



MONTEPIO
GERAL
ASSOCIAÇÃO
MUTUALISTA

Montepio Geral – Associação Mutualista
RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS
2013



Montepio

O presente Relatório e as Contas foram aprovadas, em Assembleia Geral ordinária, no dia 27 de março de 2014.

Índice

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS	5
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
3. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE	11
3.1. Enquadramento Macroeconómico	11
3.2. Panorama do Setor Mutualista	19
4. INDICADORES GLOBAIS	20
5. MISSÃO, GOVERNO E ESTRATÉGIA	21
6. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE	25
7. VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS E DIFUSÃO DO MUTUALISMO	29
8. ATIVIDADE ASSOCIATIVA	33
8.1. Base de Associados	35
8.2. Desenvolvimento da Oferta Mutualista	37
9. EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS	41
9.1. Política de Investimentos e Gestão dos Riscos	41
9.2. Evolução e Rendibilidade dos Ativos	41
9.3. Passivo e Capital Próprio	47
9.4. Receitas Associativas	49
9.5. Benefícios Vencidos e Reembolsos	50
9.6. Resultados	51
10. PROPOSTAS	53
11. RECONHECIMENTO	61

12. ENTIDADES DO UNIVERSO MONTEPIO	63
13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	67
14. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	131
15. ANEXOS	137
15.1. Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para 2014	137
15.2. Relatório Atuarial das Modalidades Associativas	138
15.3. Imputação de Custos Administrativos pelas Modalidades Associativas e Rendas	150
15.4. Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos	152
15.5. Distribuição de Resultados das Modalidades Associativas e Rendas e Rendimento de Benefícios	158
15.6. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista	168
15.7. Contas das Fundações	174

1. Órgãos Associativos

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2013-2015 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES <i>Jurista</i>
<i>1.º Secretário</i>	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO <i>Advogado</i>
<i>2.º Secretário</i>	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA <i>Economista</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES <i>Jurista</i>
	Associado n.º 620 100-5	ANTÓNIO MIGUEL LINO PEREIRA GAIO <i>Advogado</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<i>Presidente</i>	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA <i>Jurista</i>
<i>Vogais</i>	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA <i>Economista</i>
	Associado n.º 467 785-1	ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO <i>Advogado</i>
	Associado n.º 44 857-6	CARLOS VICENTE MORAIS BEATO <i>Gestor</i>

CONSELHO FISCAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 344 438-6	ÁLVARO JOÃO DUARTE PINTO CORREIA <i>Engenheiro Civil</i>
<i>Vogais</i>	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES (ROC) <i>Economista</i>
	Associado n.º 41 769-1	LUÍSA MARIA XAVIER MACHADO <i>Gestora</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 28 116-0	VÍTOR MANUEL DO CARMO MARTINS (ROC) <i>Economista</i>
	Associado n.º 623 886-1	DANIEL ANTÓNIO GALVÃO MARTINS (ROC) <i>Economista</i>

CONSELHO GERAL

<i>Efetivos</i>	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES <i>Economista</i>
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA <i>Economista</i>
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ <i>Oficial do Exército na situação de reforma</i>
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 30 988-0	ANTÓNIO GONÇALVES RIBEIRO <i>General</i>
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO <i>Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito</i>
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE <i>Engenheiro Civil</i>
	Associado n.º 28 346-9	MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS <i>Diretor do Montepio em situação de reforma</i>
	Associado n.º 191 752-7	FERNANDO LOPES RIBEIRO MENDES <i>Economista</i>
	Associado n.º 50 328-8	MARIA DO CARMO DE CARVALHO TAVARES RAMOS <i>Analista Química</i>



Conselho de Administração

Carlos Vicente Morais Beato, Álvaro Cordeiro Dâmaso, Eduardo José da Silva Farinha,
José de Almeida Serra, António Tomás Correia (Presidente)

2. Mensagem do Presidente



UM PROJETO DE CIDADANIA, DE PRESENTE E FUTURO

O ano 2013, ainda fortemente marcado pela conjuntura de crise, pelo Programa de Assistência Económica e Financeira e por políticas restritivas, terminou com o vislumbre da melhoria de alguns dos indicadores económicos mais relevantes, perspetivando uma mudança de ciclo e a entrada numa fase de crescimento económico, já a partir de 2014.

Pese embora a permanência do quadro de incerteza e de risco, o facto é que a perspetiva de voltar costas à recessão não deixa de nos revigorar, pela oportunidade de atuarmos sobre a natureza e o perfil do novo momento de crescimento, bem como de criarmos um novo paradigma económico e aprofundarmos as bases nas quais apoiaremos a atividade.

A possibilidade de impregnarmos o futuro de maior sustentabilidade, qualificando os modelos, promovendo a diferenciação, identificando novas formas de intervenção e novos processos de inovação empresarial e institucional, desafiam-nos, ainda mais, na missão que nos compete de aprofundar a economia social, o associativismo e a cidadania.

Efetivamente, a capacitação das instituições sociais e o apoio à definição de uma arquitetura jurídica e regulamentar adaptada aos requisitos de exigência que as mudanças e a inovação impõem serão fundamentais à dinâmica e evolução destas instituições. O Montepio está, aliás, consciente destes desafios, seja pela posição que lhe cabe de maior organização da economia social, seja pela determinação em apoiar o crescimento, afirmação e fortalecimento das organizações do setor, posicionando-as e dando-lhes visibilidade entre as esferas públicas e privadas.

Pese embora a complexidade do quadro de atividade e das exigências colocadas ao setor, o ano 2013 foi pontuado de realizações, acontecimentos e sucessos que voltam a marcar de forma indelével o percurso do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM). A atividade gerada permitiu registar crescimentos e desempenhos notáveis, tendo os resultados do Exercício alcançado os 70,3 milhões de euros, valor que atesta o profícuo trabalho desenvolvido na esfera associativa e de intervenção solidária, mas também na gestão dos ativos.

Destaca-se nesta linha de crescimento a progressiva adesão de novos associados, que nos aproximaram da marca histórica dos 580 mil, e o aumento do ativo, que ultrapassou os 4 mil milhões de euros, mais 666 milhões de euros do que no Exercício anterior.

As atividades desenvolvidas e o desempenho registado em 2013 fizeram prova, uma vez mais, da capacidade do Montepio Geral – Associação Mutualista e da preparação das suas equipas na identificação dos desafios e das novas tendências e na necessária adaptação, modernização e resposta às necessidades e expectativas reveladas pela comunidade de associados.

Os progressos alcançados no estreitamento da relação com os associados, mas também no crescimento e afirmação do associativismo, permitem-nos assinalar o sucesso e observar, com notada satisfação, a capacidade de o Montepio, aos 174 anos de vida, continuar a garantir os níveis de inovação, modernidade, realização e adequação tão necessários a uma afirmação e crescimento contínuos.

O presente relatório e contas, exclusivamente dedicado ao Montepio Geral – Associação Mutualista, é revelador da reforma do sistema de governação da Caixa Económica, que, segundo os novos Estatutos, em vigor desde janeiro de 2013, determinou a separação entre os órgãos de gestão e de controlo das duas entidades, bem como dos respetivos instrumentos de prestação de contas; responde às recomendações de bom governo emanadas das autoridades e entidades de supervisão; e permite maior especialização das funções de gestão e controlo.

Aliás, como descrito em ponto próprio deste documento, a mudança refletida nos novos Estatutos dotou o Montepio de equipas de administração e fiscalização exclusivamente dedicadas à entidade mutualista e ao seu Grupo, garantindo, por essa via, além da singularidade inerente a uma organização com as características do Montepio, a adequação fina das funções de gestão e administração à dimensão e exigência da maior estrutura da Economia Social em Portugal.

Os resultados que alcançámos, e que espelhamos neste documento, são prova da capacidade, competência e dedicação dos colaboradores do Montepio, bem como dos seus órgãos associativos, mas também da confiança que os milhares de portugueses que se juntam a nós depositam neste projeto, acreditando na necessidade de a economia ser colocada ao serviço das pessoas, reconhecendo a importância de uma gestão de base humana e humanista e valorizando a cidadania e a sua força na resposta às exigências dos dias e das sociedades.



Montepio

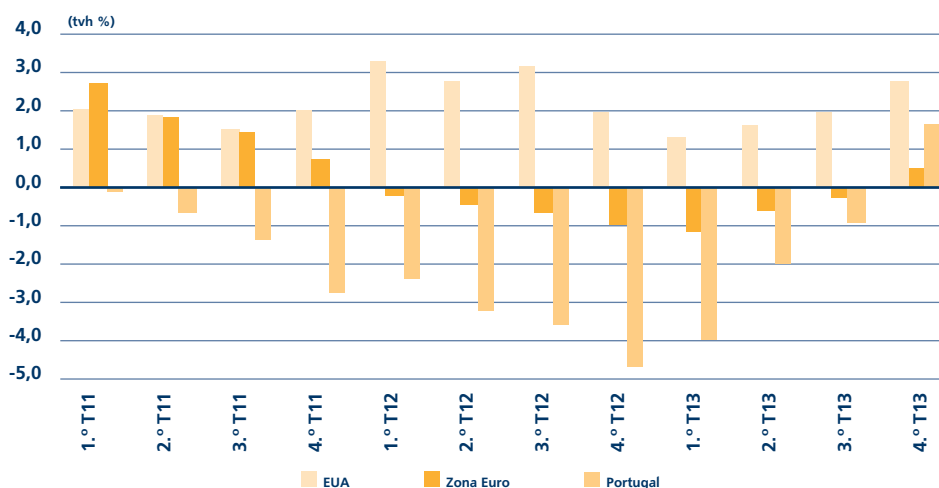
3. Enquadramento da Atividade

3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A conjuntura macroeconómica em 2013 caracterizou-se por um ligeiro abrandamento da economia mundial, que é já o terceiro consecutivo, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar uma expansão de apenas 3,0% (+3,1% em 2012). Esta desaceleração do crescimento dos dois últimos anos (+4,5% em 2010/2011) foi provocada pela desalavancagem do setor privado nas economias desenvolvidas, por políticas orçamentais restritivas, pelo impasse na resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro, pela incerteza em relação às negociações no Congresso americano para os limites ao endividamento do Estado e também pelo abrandamento do crescimento de algumas das principais economias emergentes em 2013. Algumas dessas economias emergentes (v.g. Índia, Brasil e Rússia) viram associar-se ao fraco desempenho económico, elevadas pressões inflacionistas, levando os respetivos bancos centrais a subirem as respetivas taxas de referência (Índia e Brasil) ou adiar a sua descida.

O FMI estima que, após vários anos de fracos crescimentos, as economias desenvolvidas devam finalmente ter atingido um ponto de viragem, contribuindo para a projetada aceleração no crescimento global de 3,0%, em 2013, para 3,7% este ano e 3,9% em 2015.

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: Thomson Reuters

ZONA EURO

A economia iniciou o ano em contração, com o **PIB** a cair 0,2% em cadeia no 1.º trimestre, dando continuidade à recessão em que se encontrava desde o final de 2011. Uma recessão que foi, essencialmente, o resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, designadamente em países com maior dimensão, como Itália e Espanha, na sequência da crise da dívida soberana na região, observando-se profundas assimetrias entre o centro (equilibrado) e a periferia (desequilibrada). A economia da Zona Euro começou a recuperar a partir

do 2.º trimestre, mas não conseguiu evitar uma queda anual de 0,4%, em resultado da redução da procura interna, sobretudo ao nível do investimento, em consequência das medidas de consolidação adotadas e das fracas expectativas dos empresários. Embora a redução da atividade económica em 2013 tenha sido inferior à de 2012 (o PIB contraiu -0,7% em 2012), tratou-se da segunda queda anual consecutiva da atividade, depois de dois anos de algum crescimento (+1,6% em 2011 e +2,0% em 2010) o qual não tinha permitido recuperar totalmente da contração sofrida aquando da recessão anterior (-4,4% em 2009). O PIB na Zona Euro terminou o ano de 2013 ainda 2,7% abaixo dos níveis atingidos antes da Grande Recessão de 2008/09, os quais não deverão ser ultrapassados antes de 2015.

Refletindo as dificuldades económicas, a **taxa de desemprego** deu durante os primeiros meses do ano continuidade à tendência de agravamento iniciada em meados de 2011, tendo subido de 11,9%, no final de 2012, para 12,1%, em abril de 2013, e estabilizado nesse patamar até setembro (que representa o nível mais elevado desde o início da série, em julho de 1990), acabando por se situar nos 12,0% de outubro a dezembro de 2013.

Num contexto de contração anual da atividade económica, a **taxa de inflação** homóloga registou uma descida ao longo do ano, passando de 2,2%, no final de 2012, para 0,8% em dezembro de 2013, aliviando ligeiramente no final do ano do mínimo desde novembro de 2009 observado em outubro (+0,7%). A inflação permaneceu ao longo de 2013 abaixo da barreira de 2,0% (nível objetivo de inflação do BCE), após se ter situado persistentemente acima desde dezembro de 2010. Este comportamento da inflação – em outubro chegou mesmo a falar-se no risco de deflação – justificou uma política monetária ainda mais acomodatória por parte do BCE, num contexto em que a economia continua a operar aquém do potencial e em que persistem riscos sobre a estabilidade financeira. Assim, o BCE cortou a taxa de juro de referência (*a refi rate*) num total de 0,5 p.p. (divididos entre maio e novembro), para 0,25%, renovando mínimos históricos e, comprometendo-se em manter as taxas reduzidas durante um período prolongado de tempo. Ao nível das medidas de carácter não convencional, o BCE decidiu alargar de julho de 2013 até, pelo menos, julho de 2015 o prazo de fornecimento de liquidez ilimitada ao sistema bancário por via das suas operações principais de refinanciamento (OPR), bem como lançar operações de cedência extraordinária de liquidez (*LTRO – Long Term Refinancing Operation*) a 3 meses, a serem alocadas até ao final do 2.º trimestre de 2015, e conduzidas sobre a forma de procedimentos de leilão a taxa fixa e com colocação total.

ESTIMATIVAS E PREVISÕES ECONÓMICAS PARA PORTUGAL E PARA A ZONA EURO

(unidade: %)

	2013						2014				2015			
	Portugal			Zona Euro			Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	Efe.	BdP	CE	Efe.	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	-1,4	-1,5	-1,6	-0,4	-0,4	-0,4	0,8	0,8	1,1	1,2	1,3	1,5	1,5	1,8
Consumo Privado	–	-2,0	-1,8	–	-0,6	-0,7	0,3	0,1	0,7	0,7	0,7	0,8	1,2	1,4
Consumo Público	–	-1,5	-2,0	–	0,1	0,3	-2,3	-2,5	0,3	0,4	-0,5	-1,9	0,4	0,7
Investimento (FBCF)	–	-8,4	-8,0	–	-3,0	-3,0	1,0	1,2	1,6	2,3	3,7	3,7	2,8	3,6
Exportações	–	5,9	5,8	–	1,1	1,3	5,5	5,0	3,7	4,2	5,4	5,3	4,8	5,7
Importações	–	2,7	2,6	–	-0,1	0,2	3,9	3,0	3,5	4,1	4,5	3,8	4,7	5,9
Inflação	0,4	0,5	0,4	1,3	1,4	1,3	0,8	0,8	1,1	1,0	1,2	1,2	1,3	1,3
Taxa de Desemprego	16,3	–	16,5	12,1	12,1	12,1	–	16,8	12,0	12,0	–	16,5	11,8	11,7

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 10 de dezembro de 2013; Comissão Europeia (CE), 25 de fevereiro de 2014 e Banco Central Europeu (BCE), 5 de dezembro de 2013.

Nota: «Efe.» corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2013; A inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.

PORTUGAL

Em 2013, o país prosseguiu com a implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com a *troika* (BCE, FMI e CE – Comissão Europeia), o que implicou a adoção de mais um vasto conjunto de medidas de consolidação orçamental no Orçamento de Estado (OE) para 2013, que representaram um enorme agravamento da carga fiscal, designadamente em sede de IRS; ao qual se juntaram, num orçamento retificativo, cortes na despesa pública e medidas de reforma do Estado que incidem, sobretudo, sobre os funcionários públicos e os pensionistas.

A economia iniciou o ano dando continuidade à recessão que se arrastava desde o final de 2010, com o PIB a contrair 0,3% em cadeia no 1.º trimestre, para níveis mínimos desde o 2.º trimestre de 2000. Mas, regressou aos crescimentos no 2.º trimestre, com um forte crescimento de 1,1% (que fora o maior desde o registado no 1.º trimestre de 2007, de

+1,5%), o qual foi confirmado no 3.º trimestre (+0,3%) e veio pôr termo a uma recessão que durou 10 trimestres. O anúncio, em meados de outubro, de um incremento na austeridade no âmbito da Proposta do OE para 2014 terá condicionado a economia no derradeiro trimestre do ano, mas, ainda assim, verificou-se uma aceleração do crescimento em cadeia (+0,5%), com o regresso das exportações líquidas aos contributos positivos a juntar-se ao crescimento da procura interna. De um modo geral, as diversas organizações internacionais perspetivam um regresso aos crescimentos anuais em 2014, com o impacto das novas medidas de consolidação orçamental a dever ser contrariado pela aceleração da procura externa ao longo do ano. Isto depois de o PIB ter registado em 2013 uma queda anual estimada de 1,4%, menos de metade da observada em 2012 (-3,2%), mas a 3.ª consecutiva e em níveis mínimos desde 2000, com a atividade a ser amparada pelas exportações líquidas – a melhor vertente do ajustamento económico em curso –, mas, fortemente penalizada pela procura interna (essencialmente ao nível do investimento, mas também do consumo privado e do consumo público), que continuou a ser coartada pelas medidas de austeridade em curso no país.

As difíceis condições de financiamento da república portuguesa nos últimos anos estenderam-se ao setor bancário, tendo vindo a provocar um aumento da poupança forçada das famílias, que se junta à preponderante poupança por motivos de precaução. Assim, tem-se observado um aumento da **taxa de poupança** (de 9,7% em 2011 para 12,0% em 2012), que ascendeu a mais de 13,0% em média nos 3 primeiros trimestres de 2013 (considerando os dados ajustados de sazonalidade).

A intensa deterioração do **mercado laboral** refletiu e, subsequentemente, amplificou a recessão económica do país, com a queda do investimento a traduzir-se num contínuo agravamento da taxa de desemprego, tendência que se manteve durante o 1.º trimestre do ano, com esta a subir de 16,9% no 4.º trimestre de 2012 (INE) para 17,7%, um nível máximo histórico das séries trimestrais do Banco de Portugal disponíveis desde 1977. Todavia, a partir do 2.º trimestre, a taxa de desemprego iniciou uma trajetória descendente, refletindo a recuperação da atividade económica, caindo para 16,4% (a maior redução desde o 2.º trimestre de 1998), no 3.º trimestre para 15,6% e no 4.º trimestre para 15,3%. O país registou, em 2013, uma taxa de desemprego (INE) média anual de 16,3%, ainda assim acima dos 15,7% observados em 2012. O pico da taxa de desemprego terá sido atingido no 1.º trimestre de 2013, prevendo-se uma redução da taxa de desemprego média anual em 2014.

Relativamente ao **ajustamento orçamental**, os dados da contabilidade pública (ótica de caixa) já disponíveis para o total do ano (na ótica da contabilidade nacional, ainda não são conhecidos os dados referentes ao 4.º trimestre) revelaram que o défice se fixou em 7 152 milhões de euros (M€), um valor 1 749 M€ abaixo do limite estabelecido no PAEF. O défice orçamental terá ficado entre 4,6% e 4,7% do PIB, ou entre 5,0% e 5,1%, considerando o apoio estatal ao setor bancário nacional, em qualquer dos casos abaixo da meta de 5,5% definida e que compara com os 5,9% que estavam previstos no OE para 2014. Esta evolução positiva beneficiou: i) do impacto sobre a despesa e a receita do comportamento da economia melhor do que o esperado; ii) do perdão fiscal, que permitiu aumentar a receita em 1 253 M€; iii) dos ganhos de eficiência resultantes da nova estratégia de combate à fraude, evasão fiscal e à economia paralela. Relativamente à execução do PAEF, os resultados da 10.ª avaliação indicam que o programa continua a ser globalmente executado em linha com o previsto, classificando os resultados até então obtidos como positivos, com as entidades a reconhecerem sinais adicionais de recuperação económica, sublinhando ainda que o sentimento dos mercados relativamente à dívida soberana portuguesa tem vindo a melhorar e argumentando que isso foi evidenciado pela procura robusta que gerou a operação de troca de dívida realizada no início de dezembro para reduzir as necessidades de financiamento para 2014. Note-se que, já em janeiro de 2014, observou-se uma forte procura numa emissão sindicada a 5 anos e numa emissão de dívida de curto-prazo, sendo que, em fevereiro, observou-se uma forte procura numa emissão a 10 anos.

A **inflação**, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), desacelerou intensamente ao longo do ano, dos 2,8%, registados em 2012, para 0,3% em 2013. Por sua vez, o IPC core passou de uma taxa de variação média anual de 1,5% em 2012, para 0,2% em 2013. Para além da expressiva desaceleração da inflação core, a redução da taxa de variação dos produtos energéticos, de 9,6% em 2012, para -0,7% em 2013, contribuiu também, de forma significativa, para a desaceleração do IPC em 2013. Esta redução tem subjacente a diminuição dos preços dos combustíveis, bem como a dissipação do efeito do aumento da taxa do IVA do gás natural e da eletricidade, de 6% para 23%, em outubro de 2011, que, em termos de variação média dos últimos doze meses, foi anulado em outubro de 2013. Assim, as anteriores pressões inflacionistas advinham essencialmente das *commodities* (em concreto da energia) ou de alterações fiscais e subidas dos preços regulados, assumindo um carácter largamente temporário. A dissipação desses efeitos temporários ao longo de 2013, em conjugação com uma descida do preço médio anual do petróleo, um crescimento marginal dos preços de importação de bens não energéticos e, a manutenção de uma forte moderação salarial, acabaram por se traduzir nesta intensa redução da inflação no país.

Depois de, em 2012, o **VAB da construção** ter observado uma intensa queda anual de 14,8%, o setor conseguiu nos 2.º e 3.º trimestres de 2013 retomar os crescimentos em cadeia – à semelhança do observado na economia como um todo –, crescendo 1,3% e 1,1%, embora aliviando muito pouco dos níveis mínimos desde, pelo menos 1995, com que terminaram o 1.º trimestre. Assim, a construção continuou a destacar-se largamente pela negativa entre os demais setores, devendo ter regressado às quedas no 4.º trimestre do ano e evidenciado uma contração anual do VAB entre 13,0% e 14,0% em 2013. Refira-se que o índice de **preços das casas**, publicado pelo BCE, começou a subir em outubro e prosseguiu o movimento nos dois meses seguintes, parecendo querer inverter a tendência descendente iniciada no final de 2010.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Na globalidade, o crescimento médio anual foi de 1,9% em 2013, em abrandamento face a 2012 (+2,8%), mas bem melhor do que a contração registada na Zona Euro e mesmo perante um aperto orçamental, que foi baseado num aumento de impostos e no fim de alguns benefícios fiscais, e a partir do 2.º trimestre também em cortes na despesa pública. Uma das razões para a maior resiliência da economia, num contexto internacional adverso, prende-se com o recrudescimento da atividade imobiliária, com a subida dos preços das casas a ser determinante para a recuperação da riqueza dos consumidores, apoiada também na valorização das ações; fatores que, juntamente com a redução do desemprego e o abrandamento da inflação, conduziram a confiança dos consumidores a atingir, entre o 2.º e o 3.º trimestre, níveis máximos desde finais de 2007. No início do outono, a confiança foi condicionada pela incerteza relativamente à entrada do orçamento federal de 2013/14 e à possibilidade do país atingir o nível de endividamento máximo legal (as negociações entre Democratas e Republicanos acabaram por se alastrar até 16 de outubro, pelo que, desde o início do mês até essa data, parte dos serviços públicos federais estiveram encerrados).

Apesar da **taxa de desemprego** ter descido de 7,9%, no final de 2012, para 6,7% em dezembro de 2013 (um mínimo desde outubro de 2008), permaneceu acima dos 4,7% registados em novembro de 2007, o último mês do anterior período de expansão da economia. É com o objetivo de melhorar as condições no mercado de trabalho que a *Fed* tem enveredado por uma política monetária extremamente acomodaticia, com o estímulo à economia a começar a ser aliviado na reunião de dezembro (e continuado já na reunião de janeiro de 2013), em função dos objetivos conseguidos com a redução da taxa de desemprego, não obstante o deflator do consumo privado continuar a crescer a um ritmo inferior ao atual objetivo da *Fed*. Efetivamente, o **crescimento homólogo do deflator do consumo privado** passou de 1,5%, em dezembro de 2012, para 1,1%, um ano depois. A inflação *core* ou subjacente (i.e., excluindo a alimentação e a energia) caiu, no mesmo período, de 1,6% para 1,2%, sendo que, não ultrapassa os 2% desde novembro de 2008.

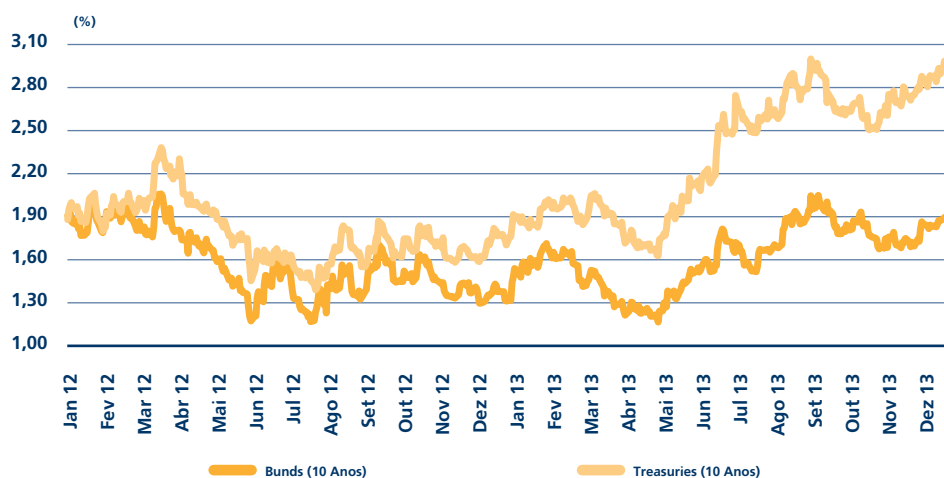
MERCADOS FINANCEIROS

O sentimento dos investidores relativamente às economias avançadas melhorou muito em 2013, nomeadamente nos mercados acionistas, mas, beneficiando sobretudo da postura expansionista dos principais bancos centrais e da continuação do aumento paulatino do otimismo em relação à resolução da crise do euro. Todavia, o sentimento nas economias emergentes ressentiu-se das dificuldades enfrentadas em algumas economias, os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) em particular.

Em relação às **expectativas face às taxas de juro**, os principais bancos centrais continuaram em destaque. A possibilidade de a *Fed* dar início à retirada dos estímulos à economia tornou-se o tema central, quando a decisão de dezembro de 2012 de tornar a política mais expansionista ainda estava fresca. A *Fed* acabou por ser mais branda do que os mercados chegaram a esperar, tendo, de facto, começado a retirar os estímulos apenas na reunião de dezembro. Igualmente a apoiar a economia esteve a conduta do BCE, que cortou a taxa de referência num total de 0,5 p.p. (divididos entre maio e novembro), para 0,25%, comprometendo-se em manter as taxas reduzidas durante um período prolongado de tempo e abordando a possibilidade de tomar medidas adicionais (como uma taxa de depósitos negativa), as quais, todavia, não chegou a pôr em prática. Mas o banco central cuja ação teve maiores efeitos foi, sem dúvida, o Banco do Japão (*BoJ*), que, em janeiro, assumiu o importante compromisso de pôr termo a duas décadas de deflação, aumentando o seu objetivo de inflação de 1% para 2% e anunciando novos estímulos monetários, sendo que, na reunião de abril, comprometeu-se em aumentar o seu balanço e a base monetária – que passou a ser o grande instrumento da sua política – de uma forma substancial.

O esbatimento progressivo da **crise do euro** foi talvez a principal boa notícia de 2013, com a pressão dos mercados a reduzir-se paulatinamente ao longo do ano, perante o sentimento de que o pior já passou, alimentado pelo comprometimento dos países do euro em segurar a moeda única. Relevante foi o facto de se ter tratado de um ano com menos desenvolvimentos a nível da política comum da União Europeia, refletindo, por um lado, a ausência de crises de monta que impedissem o cumprimento dos objetivos orçamentais dos países (e alguma, se bem que limitada, maior flexibilidade das instituições do euro com as metas orçamentais) e, por outro lado, a incerteza política na Alemanha, que só terminou perto do final do ano com a formação do Governo de coligação de bloco central. A decisão mais relevante de 2013 a nível comunitário foi a criação do Mecanismo Único de Resolução bancária, que permitirá concluir a formação de uma União Bancária, crucial para integrar o sistema bancário europeu e cortar a ligação entre o risco soberano e o dos bancos, que esteve por detrás do impacto sobre o sistema financeiro da crise do euro, a par da aprovação do regulamento e da diretiva de reforma do regime prudencial para o setor bancário, conhecido por Basileia III. Note-se que, no início do ano, a pressão dos países *core* levou as autoridades europeias a decidir inicialmente taxar todos os depósitos no Chipre, o que alarmou os investidores. Entre os países periféricos, ao nível do ajustamento orçamental, as execuções continuaram difíceis, perante a dureza das metas impostas, mas relativamente próximas dos objetivos traçados. A nível político, a Grécia beneficiou de estabilidade, embora Portugal e Itália tenham vivido alguma instabilidade. A nível económico começaram a emergir sinais de uma inversão de ciclo.

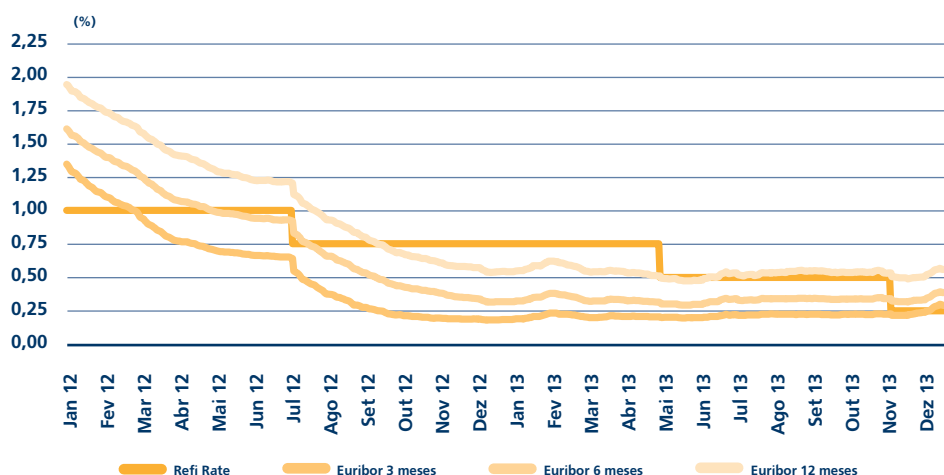
EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA (BUNDS E TREASURIES A 10 ANOS)



Fonte: Thomson Reuters

Relativamente à **dívida pública de referência**, as *yields* a 10 anos aumentaram em ambos os lados do Atlântico, sobretudo nos EUA, perante a melhoria do sentimento do mercado. No caso da dívida alemã (*bunds*), a subida das *yields* deveu-se também à evolução favorável da situação relativamente à dívida dos países periféricos, enquanto nos EUA, a evolução das *yields* refletiu em parte as expectativas em relação ao afrouxamento da política expansionista da *Fed*, com as *yields* a terminarem o ano sensivelmente em máximos desde julho de 2011. Assim, as taxas da dívida americana e alemã a 10 anos subiram 127 e 61 p.b., respetivamente, para 3,028% e 1,929%, no primeiro caso afastando-se mais dos mínimos históricos atingidos em julho de 2012 (1,39%) e no caso dos *bunds* terminando longe dos mínimos históricos que chegou a atingir no início de maio (1,16%).

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO EURIBOR – ZONA EURO



Fonte: Thomson Reuters

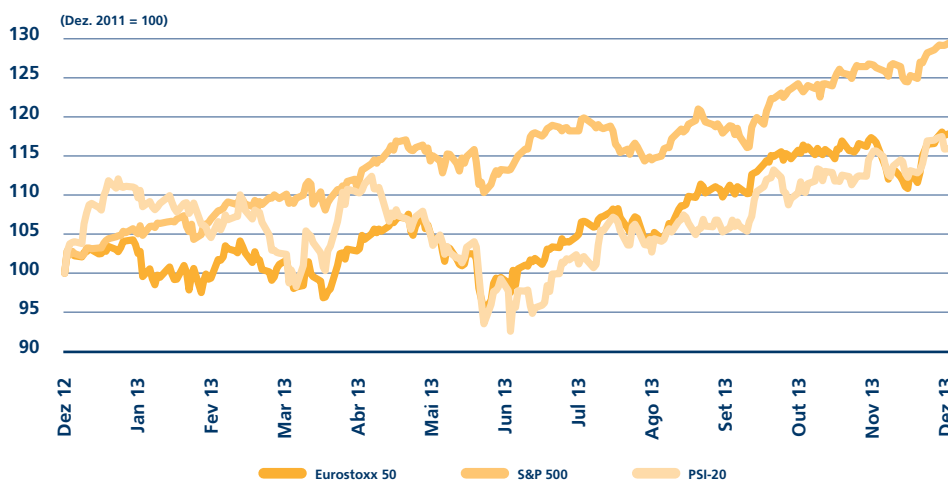
Nos prazos mais curtos registaram-se também subidas, mas que foram bastante menos pronunciadas no caso dos *treasuries* (+13 p.b. vs +23 nos *bunds*), com o efeito a ser contrariado pela evolução das expectativas em relação à manutenção das taxas de juro de curto prazo durante praticamente os próximos dois anos.

Esta evolução das expectativas foi, também observável no Mercado Monetário Interbancário (**MMI**), onde as taxas *Euribor* registaram apenas subidas ligeiras (+10 p.b. nos 3 meses e +1 p.b. nos 12 meses), terminando perto de mínimos históricos, apesar do corte acumulado de 50 p.b. na *refi rate*. Esta subida sinaliza a diminuição do excesso de liquidez no sistema (excesso que terá resultado das operações *LTRO* levadas a cabo pelo BCE e que os bancos têm vindo a amortizar antecipadamente) e, por outro lado, o regresso ao MMI de algumas instituições que se viam forçadas a refinarçar-se junto do BCE.

Por seu lado, as taxas *Libor* do dólar continuaram a descer, terminando o ano sensivelmente em mínimos históricos, refletindo as baixas pressões inflacionistas e a política monetária altamente acomodaticia.

Ao nível da **dívida pública dos chamados países periféricos**, os *spreads* face aos *Bunds* alemães continuaram a diminuir em 2013. Este movimento refletiu, por um lado, os sinais de comprometimento e até de alguma flexibilidade dos credores oficiais – que culminaram com o acordo para a criação do Mecanismo Único de Resolução –, e, por outro, refletiu os desenvolvimentos dos processos de ajustamento orçamental ao nível de cada país, relativa estabilidade política (apesar das crises em Itália e em Portugal) e com dados económicos conhecidos na 2.ª metade do ano a confirmarem o esperado início da retoma. Foram melhorias transversais, todavia com a persistência de alguns riscos, designadamente políticos, a ditar em Portugal a menor descida do *spread* relativo – juntamente com Itália –, enquanto os vencedores do ano foram claramente a Irlanda e a Espanha, o primeiro porque conseguiu passar o ano praticamente sem contratempos, tendo acabado por decidir regressar sozinho aos mercados, findo o programa de resgate, e Espanha porque conseguiu afastar de vez a perspectiva de um resgate, quando em 2012 um pedido chegara a ser dado como certo pelos mercados. O *spread* da dívida portuguesa terminou o ano em 420 p.b., 150 p.b. abaixo do valor de fecho de 2012, perto dos mínimos de fevereiro de 2011.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS

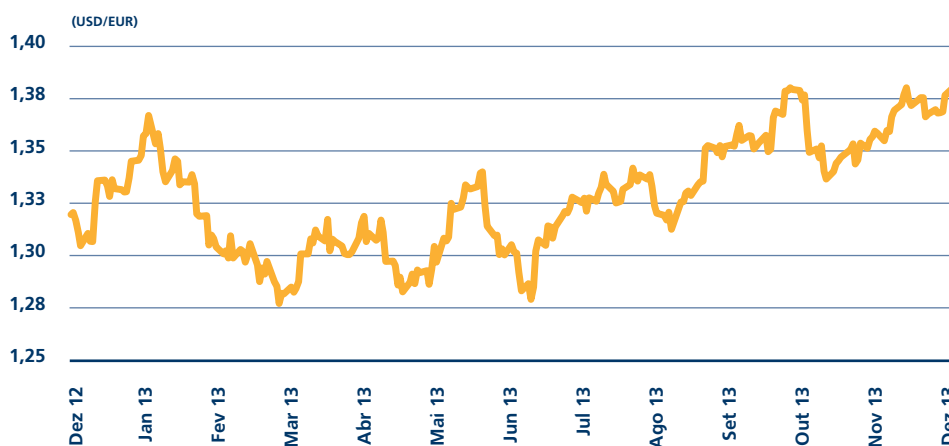


Nos **mercados acionistas**, registaram-se fortes valorizações nos principais índices, beneficiando do efeito conjunto de: i) melhores e mais sólidas perspectivas em relação ao crescimento económico no médio-prazo; ii) diminuição das expectativas em relação às taxas de juro de curto prazo, designadamente da *Fed*, o que faz aumentar o valor presente dos títulos; iii) a evolução favorável da crise do euro; iv) as quedas registadas em alguns tipos de *commodities*, como as agrícolas e os metais, que fazem diminuir os custos das empresas. Note-se, todavia, que esta evolução favorável esteve algo circunscrita às economias avançadas, uma vez que as contrariedades enfrentadas pelas economias emergentes, designadamente nos BRIC, refletiram-se em quedas dos mercados de ações destes países (com exceção da Índia). Entre as economias avançadas, a maior subida deu-se no *Nikkei 225*, que ficou 56,7% acima do valor de fecho de 2012. Nos EUA o *S&P 500* valorizou 29,6%, enquanto na Europa o *Eurostoxx 50* subiu 18,0% e o *FTSE 100* 14,4%. Na Zona Euro, registaram-se fortes subidas tanto nos índices dos países core, como dos periféricos, com o *DAX* alemão a tomar a dianteira (+25,5%), atingindo durante o mês de dezembro máximos históricos e o *PSI-20* máximos desde agosto de 2011, subindo 16,0% no ano.

No mercado da **dívida privada** os *spreads* replicaram a melhoria do sentimento do mercado, e especialmente a subida dos títulos acionistas europeus, observando-se movimentos descendentes nos índices de *CDS* (*Credit Default Swaps*) e nos índices de dívida privada na Zona Euro no mercado *spot*.

No **mercado cambial**, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro subiu 4,9% face ao final de 2012, beneficiando da apreciação da moeda única face ao dólar e, principalmente, ao iene enquanto que face à libra terminou praticamente inalterada. Esta movimentação resultou, por um lado, da melhoria do sentimento de mercado e, por outro, de diferentes expectativas em relação às taxas de juro de referência para os 12 meses seguintes, que diminuíram nos EUA e no Japão, mas aumentaram ligeiramente na Zona Euro. A libra, por sua vez, beneficiou também da sua correlação com o sentimento de mercado e dos dados muito positivos conhecidos para a economia britânica. Por seu lado, o *dollar index* terminou praticamente inalterado, com dólar a depreciar face à libra, mas a apreciar face ao iene. O par mais importante, EUR/USD, terminou o ano em 1,38, sensivelmente em máximos desde outubro de 2011, evidenciando uma valorização de 4,3%.

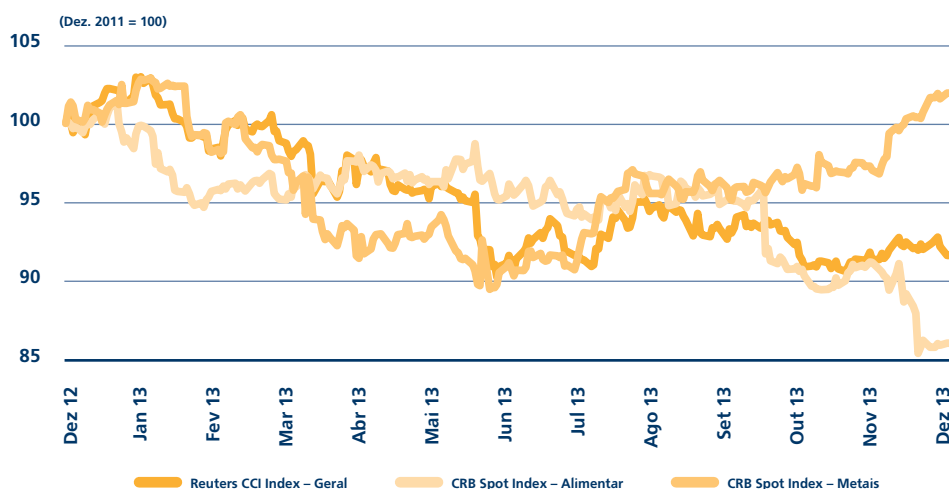
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO EURO FACE AO DÓLAR



Fonte: Thomson Reuters

Por último, nas **commodities** registaram-se movimentos diversos entre as várias categorias, mas tendencialmente descendentes, traduzindo-se em quedas dos índices compósitos *Reuters/Jefferies CRB* e *S&P GSCI* (-5,0% e -2,2%, respetivamente). A melhoria do sentimento geral do mercado foi contrabalançada, num período em que o dólar ficou sensivelmente inalterado, pela conjugação entre: i) as piores perspetivas para as economias emergentes, designadamente para a China, de onde tem vindo o crescimento da procura nos últimos anos; ii) as condições climáticas benignas, depois de um 2012 difícil, que pressionaram em baixa os preços agrícolas; iii) a perceção, por muitos analistas, do fim do ciclo de valorização do ouro, que já durava desde o início da Grande Recessão de 2008/09; iv) o aumento da oferta de alguns produtos, designadamente do petróleo. Registaram-se, assim, subidas apenas na energia (+4,0%) e no gado (+1,8%), enquanto os metais preciosos (-29,3%), as agrícolas (-22,1%) e os metais de base (-9,3%) desvalorizaram. Entre as energéticas, o *Brent* caiu 0,3%, enquanto o *WTI* – *West Texas Intermediate crude* subiu 7,2%, beneficiando sobretudo de melhorias nas *pipelines*, que permitiram minorar o efeito do progresso técnico na extração de petróleo nos EUA, que motivara a divergência do valor do *Crude* ao *Brent*. Ainda assim, o *spread* entre os dois – que chegou a esbater-se no 3.º trimestre, persistiu no final do ano, perante o aumento do ritmo de extração nos EUA – permaneceu acima dos níveis historicamente normais (entre -5 e +5 USD). O ouro foi, como referido, muito penalizado, desvalorizando 28,3%, apesar da postura acomodaticia dos principais bancos centrais, mas com o facto de, apesar dessa postura, a inflação ter abrandado, o que levou a uma redução da procura de ouro enquanto reserva de valor.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE COMMODITIES



Fonte: Thomson Reuters

ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO-SOCIAL

De um retrato tirado à **estrutura social** portuguesa atual ressaltam duas dimensões distintas. A primeira diz respeito às vastas modificações estruturais observadas nas últimas décadas, as quais podem ser divididas em dois grupos. Por um lado, têm-se observado alterações na pirâmide demográfica, sobretudo por via de menos nascimentos (-21,5% entre 2002 e 2012) – o número de óbitos vinha diminuindo, mas subiu bastante em 2012, terminando 1,3% acima do nível de 2002 –, consubstanciando-se numa passagem do saldo natural para um défice (de 8 125 para -17 771 pessoas). Para a diminuição dos nascimentos tem contribuído a queda drástica no número de casamentos celebrados (de 56,5 mil para 34,4 mil, no mesmo período), o aumento da idade média ao primeiro casamento para os dois sexos, e, mesmo fora de casamento, a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho (de 27 para 29,5 anos). Mais pronunciada ainda foi a modificação no saldo migratório, que caiu de 41 798 para -37 352 pessoas (nos últimos anos, em virtude da recessão e da consequente maior emigração). Por outro lado, beneficiando do desenvolvimento do país, tem ocorrido uma notória evolução nas condições de vida. Entre estas, saliente-se a referida diminuição do número de óbitos, bem como o aumento da esperança de vida à nascença (79,8 anos em 2012, uma subida de 3 anos face a 2002) e a diminuição da mortalidade infantil (3,4‰ em 2012, aumentando dos 2,5‰ de 2010, que são o valor mais baixo de sempre), que é das mais baixas a nível mundial (8.º lugar no *ranking* mundial, de acordo com dados do WEF – *World Economic Forum*). Ao nível do ensino, os progressos também têm sido notórios, com a taxa de abandono precoce da educação e formação a cair para metade entre 2004 e 2012, para 20,8%. Note-se que o número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário estão, respetivamente, em 18.º, 49.º e 23.º lugar no *ranking* do WEF, no caso do ensino secundário descendo muito face ao 16.º lugar no relatório de 2012, o que poderá ter resultado da crise económica.

A segunda dimensão das alterações à estrutura social prende-se com a conjuntura negativa dos últimos anos, que tem aprofundado problemas numa área e anulam parte dos progressos noutras. Até porque, não obstante as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se claramente aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos, algo que inclusive deverá estar a agudizar-se na atual conjuntura. O coeficiente de *Gini* (uma medida de desigualdade) diminuiu entre 2004 e 2009, mas voltou a subir, ficando em 2011 em 34,5% e qualificando Portugal como um dos países mais desiguais da União Europeia. Ao nível das condições de vida, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais em 2011 (últimos dados conhecidos) era de 18,0%, um valor superior à média europeia (16,9%).

No mercado laboral, a taxa de desemprego aumentou muito, atingindo um pico de 17,5% no 1.º trimestre de 2013, descendo posteriormente e ficando no 4.º trimestre em 15,3%, sendo que a taxa se encontra enviesada negativamente pelo aumento da emigração (*vide* evolução do saldo migratório). Mais alarmante ainda tem sido a evolução da taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos), ficando nos 35,7% no 4.º trimestre de 2013, depois de ter atingido um pico de 40,0% no 4.º trimestre de 2012. Acresce que os efeitos da crise podem-se converter em alterações estruturais ao desemprego subjacente, com a taxa de desemprego de longa duração em 9,7% no 4.º trimestre de 2013.

3.2. PANORAMA DO SETOR MUTUALISTA

Ao nível da União Europeia, as mútuas e mutualidades desempenham um papel muito importante na economia da zona, através de modalidades de segurança social e da prestação de cuidados de saúde e de serviços sociais a mais de 230 milhões de cidadãos europeus e empregando mais de 350 mil pessoas.

Em face dessa relevância, o ano de 2013 ficou marcado por diversas ações favoráveis à aprovação de um estatuto da mutualidade europeia.

Em março, o Parlamento Europeu aprovou, por unanimidade, uma resolução, com recomendações à Comissão Europeia, no sentido da apresentação de propostas conducentes à adoção de um estatuto da mutualidade europeia.

Na sequência, a Comissão Europeia lançou, em junho, uma consulta pública sobre as medidas propostas por via de um estudo financiado pela Comissão sobre a situação e perspectivas das mútuas e mutualidades, tendo-se obtido 340 respostas, na sua grande maioria favorável a uma iniciativa legislativa sobre um estatuto da mutualidade europeia.

Face a estes resultados, foi anunciado o lançamento, pela Comissão, de um estudo de impacto prévio à apresentação daquela iniciativa legislativa, cujo estatuto está previsto entrar em vigor em 2015.

No âmbito nacional, destaca-se a publicação, em abril de 2013, dos resultados da Conta Satélite da Economia Social (CSES) para o ano 2010 e do Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012, elaborado no âmbito de um protocolo de cooperação entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

A CSES é um projeto pioneiro, a nível internacional, por abranger a totalidade das unidades no domínio da designada Economia Social, reunindo e segmentando a informação por grupos de entidades: Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, Fundações e Associações e Outras Entidades.

Do resultado apurado, importa destacar o peso global da economia social, com 55 383 entidades que empregavam 226 935 pessoas, representando 5,5% do emprego remunerado e 2,8% do valor acrescentado bruto nacional (VAB).

PRINCIPAIS INDICADORES PARA AS MUTUALIDADES E O TOTAL DA ECONOMIA SOCIAL (2010)

	Unidades	Emprego (remunerado)	Remunerações	VAB
	N.º	N.º	Milhões euros	Milhões euros
Mutualidades (*)	119	4 537	176,2	329,9
Economia Social	55 383	226 935	3 955,4	4 262,6

(*) O grupo das mutualidades inclui 107 mutualidades, das quais 12 não se encontravam registadas na Direção Geral da Segurança Social, 5 caixas económicas (4 anexas a mutualidades e 1 anexa a misericórdia) e 7 associações do tipo mútua.

Fonte: INE (2013), Conta Satélite da Economia Social, 2010.

No que diz respeito ao quadro regulamentar da atividade, ao longo de 2013 foi publicada diversa legislação com incidência na organização e atividade das mutualidades, nomeadamente, a Lei n.º 30/2013, de 8 de maio – Lei de Bases da Economia Social, que estabelece, no desenvolvimento das disposições constitucionais sobre o sector cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios.

Refira-se ainda o Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, que procede a alteração ao diploma que aprova os regimes de normalização contabilística para microentidades e entidades do sector não lucrativo, no que se refere à obrigatoriedade da certificação legal das contas para as entidades que não apresentem contas consolidadas; o Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, que cria o fundo de reestruturação do sector solidário; o Decreto-Lei n.º 167-D/2013, de 31 de dezembro, que prorroga, até 30 de junho de 2014, o prazo legalmente previsto para efeitos de adaptação das entidades do sector social (mutualidades e misericórdias) que detenham farmácias abertas ao público aos requisitos exigidos às proprietárias das farmácias que se encontrem no mercado (farmácias de oficina); a Resolução do Conselho de Ministros n.º 95-A/2013, de 27 de dezembro, que determina que o Estado atribui um montante de 30 milhões de euros para financiamento inicial do Fundo de Reestruturação do Sector Solidário e o Despacho n.º 66-B/2013, de 2 de janeiro, que determina os valores máximos dos apoios a conceder às instituições particulares de solidariedade social, equiparadas, ou outras entidades de fins idênticos e de reconhecido interesse público.

4. Indicadores Globais

INDICADORES	2011 Reexpresso	2012 Reexpresso	2013
• DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Ativo Líquido (milhares de euros)	2 983 798	3 402 516	4 068 378
Capital Próprio (Fundos Próprios, Reservas e Resultados) (milhares de euros)	415 630	579 526	650 808
Associados (unidades)	497 420	534 418	579 530
Inscrições (número)	847 492	925 496	1 008 557
Inscrições por Associado (número médio)	1,70	1,73	1,74
Pensionistas (unidades)	7 627	7 517	8 021
• BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA			
Acordos em vigor (número de entidades)	677	870	1 052
• RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício (milhares de euros)	58 157	82 193	70 271
Receitas Associativas (milhares de euros) (a)	402 045	743 704	875 068
Cash-Flow do Exercício (milhares de euros)	72 917	90 513	80 706
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio	2,03%	2,57%	1,88%
• SOLIDEZ FINANCEIRA			
Capital Próprio / Ativo Líquido Médio	14,5%	18,1%	17,4%
Grau de Cobertura das Responsabilidades (b)	1,150	1,139	1,132

(a) Quotas e Capitais recebidos.

(b) Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos.

5. Missão, Governo e Estratégia

MISSÃO E GOVERNO

O Montepio Geral Associação Mutualista – MGAM tem por missão e finalidade desenvolver ações de proteção social, designadamente nas áreas da segurança social e da saúde, e promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida dos seus associados. A concretização destes fins materializa-se através da oferta de modalidades individuais e coletivas, da organização e gestão de equipamentos sociais e de outras formas de proteção social, bem como do desenvolvimento de atividades que visem contribuir para proporcionar benefícios de segurança social, prevenir ou colmatar a eventualidade de contingências na vida e saúde dos associados, das suas famílias e beneficiários designados.

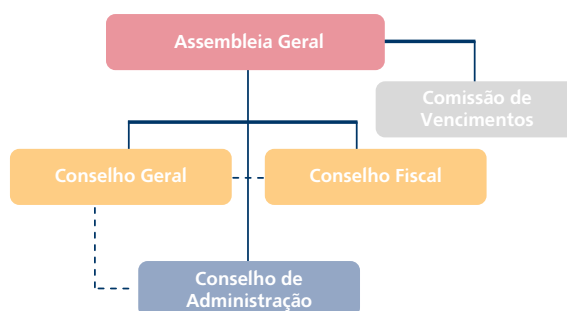
A missão do MGAM confere-lhe uma inequívoca utilidade pública e social como entidade que contribui para cobrir lacunas e limitações das funções do Estado Providência, em termos de previdência e proteção social e da prestação de cuidados de saúde e assistenciais, áreas com tendência crescente, perante um padrão demográfico de envelhecimento e um contexto de riscos e incertezas, que motivam comportamentos de salvaguarda e precaução.

Este contexto de oportunidade tem sido potenciado pelo perfil institucional cimentado nos valores da solidariedade, liberdade e democracia inerentes ao modelo e à política de governo da instituição.

Conforme definido no regime específico das associações mutualistas – Código Mutualista e nos seus estatutos, os membros dos órgãos de governo do MGAM são eleitos por métodos democráticos, sendo o direito de voto exercido pela atribuição de um voto a cada associado. As últimas eleições tiveram lugar em 8 de dezembro de 2012, tendo sido eleitos os órgãos associativos para exercer funções de gestão e fiscalização durante o triénio de 2013-2015, tendo-se completado o primeiro ano desse mandato.

Como estabelecido nos estatutos, o modelo de governo do MGAM compreende a Assembleia Geral, constituída por todos os associados maiores de idade no pleno exercício dos seus direitos associativos, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, que integra um Revisor Oficial de Contas.

Para além destes órgãos definidos estatutariamente, é eleita trienalmente, pela Assembleia Geral, uma Comissão de Vencimentos, que submete à deliberação da Assembleia a política de remuneração dos membros dos órgãos associativos, conforme apresentada em ponto próprio deste relatório. Refira-se ainda neste domínio que o MGAM recorre aos serviços de auditores externos independentes, que são atualmente prestados pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



No ano de 2013 concretizou-se uma importante reforma do sistema de governo com a separação das estruturas de governo do MGAM e da CEMG e a autonomização dos órgãos de governo desta última, na sequência da entrada em vigor dos seus novos estatutos, a partir de 14 de janeiro de 2013. Com essa separação, igualmente física, uma vez que os órgãos de administração ficaram a funcionar em edifícios diferentes, concretizou-se o objetivo de segregar e especializar esses órgãos, no sentido de adaptar o sistema de governo do grupo Montepio às recomendações e práticas de bom governo e de criar condições de governabilidade ajustadas à maior dimensão e complexidade do grupo.

Para além dos aspetos de estruturação do sistema de governo, merecem referência os princípios de política de governo que presidem ao exercício das competências e funções dos diversos órgãos, designadamente a responsabilidade, a trans-

parência, a prudência e a legitimidade, bem como as regras de gestão definidas, que se encontram expressas no Código de Conduta e que se compaginam com o perfil de instituição solidária, ética e que persegue um elevado padrão de responsabilidade social.

ESTRATÉGIA

O MGAM tem vindo a comprovar que o contexto de crise e dificuldades que o país tem atravessado implica grandes desafios mas, também constitui uma oportunidade para desenvolver e potenciar a sua missão e as suas finalidades institucionais, o que se tem traduzido na obtenção de níveis expressivos de crescimento e de resultados.

Embora seja a maior e mais dinâmica associação mutualista portuguesa e uma das mais reputadas a nível europeu, o Montepio ainda tem uma notoriedade e um reconhecimento na sociedade portuguesa muito centrado na atividade bancária desenvolvida pela CEMG. O MGAM tem, por isso, como visão estratégica equiparar a notoriedade da atividade mutualista à que detém na atividade bancária.

Para corporizar esse posicionamento estratégico e aproveitar o potencial que tem vindo a ser identificado, designadamente no seio do grupo, estão definidos objetivos de crescimento sustentado da base associativa e das modalidades mutualistas, bem como as medidas estratégicas de atividade para os atingir e as orientações de desenvolvimento institucional adequadas para assegurar as condições prudenciais e de equilíbrio económico-financeiro a médio e longo prazo.

No cumprimento da estratégia traçada, destacou-se, em 2013, os trabalhos de análise e estudo relativos à reorganização do grupo, com vista à racionalização e reestruturação das participações financeiras, que permita explorar as inter-relações entre as diversas entidades, otimizar recursos, aumentar a eficiência e potenciar capacidades e vantagens competitivas. Esses trabalhos conduziram a medidas concretas de reestruturação das participações da área seguradora com a constituição de uma Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), englobando a Lusitania-companhia de seguros, a Lusitania-vida, a Futuro-sociedade gestora de fundos de pensões e a Montepio Mediação, sociedade mediadora de seguros. A criação dessa sociedade deverá permitir obter total alinhamento e articulação estratégica da atividade seguradora, sinergias financeiras e de gestão e facilitar a flexibilidade da gestão em termos de alocação de recursos.

Em termos de concretização de projetos e medidas estratégicas são também de relevar, em 2013, o lançamento da rede de promotores mutualistas, no seio da rede de promotores da CEMG, e a implementação do novo regulamento de benefícios das modalidades mutualistas, aplicável desde 4 de novembro de 2013. O novo regulamento de benefícios foi implementado após as devidas diligências de submissão e aprovação pelas autoridades e de um profundo levantamento e diagnóstico dos processos e dos sistemas subjacentes à colocação das modalidades, tendo originado uma reformulação transversal dos mesmos, atualizando processos e sistemas, com vista à sua maior eficácia e prestação de melhor serviço aos associados.

Como habitualmente, no final do último trimestre de 2013, procedeu-se à revisão dos objetivos e da estratégia, tendo sido aprovadas as Linhas de Orientação Estratégica do MGAM para o triénio 2014-2016, com base nas quais foi elaborado o Programa de Ação e o Orçamento para 2014, aprovado na Assembleia Geral do passado dia 27 de dezembro. Foi estabelecido o aprofundamento da estratégia de crescimento sustentado, diferenciado e qualificado que tem vindo a ser seguida, baseada nos seguintes eixos de atuação:

1. Prosseguir o crescimento e a fidelização da base associativa, transformando clientes da CEMG e de outras entidades do grupo em associados;
2. Aprofundar a notoriedade da diferenciação da oferta, tornando as modalidades mais simples, flexíveis, atrativas e inovadoras, e desenvolvendo campanhas de promoção e divulgação das soluções de poupança para fins de proteção;
3. Alargar a oferta nos domínios da proteção social complementar, da saúde e bem-estar e equipamentos sociais, prosseguindo o processo de inovação de benefícios complementares para os associados e os seus familiares. Proceder ao desenvolvimento de soluções ao nível da proteção no desemprego, doenças graves e perda de autonomia/dependência;
4. Prosseguir as ações de dinamização sociocultural, ampliando as iniciativas que visem o desenvolvimento cultural e intelectual dos associados e das suas famílias, e também o seu bem-estar físico, criando uma rede local ou regional de grupos de associados para dinamização de iniciativas locais ou regionais, que promovam debates, ações de formação e ações de voluntariado entre outras;
5. Divulgar e promover o mutualismo e a cooperação institucional, aprofundando a política de informação no domínio da literacia financeira e de estímulo da poupança com o objetivo de previdência, assim como fomentar a cooperação com outras mutualidades, IPSS e organizações de economia social;
6. Prosseguir as ações de apoio social e desenvolver a política de sustentabilidade, aprofundando a política de responsabilidade social numa perspetiva transversal de sustentabilidade no seio do grupo;

7. Reforçar as capacidades de gestão dos riscos e o sistema de controlo interno, desenvolvendo as aplicações de suporte à gestão autonomizada do balanço, das carteiras e dos fundos das modalidades, assim como prosseguir com a melhoria do processo de gestão do património imobiliário;
8. Reajustar a organização do grupo, com vista à adoção de um modelo de organização que permita obter total alinhamento estratégico, poupanças de sinergias e de inter-relação, maior eficiência e flexibilidade funcional assim como otimização dos recursos.



Montepio

6. Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Em 2013 procurou-se aprofundar a dimensão da responsabilidade social, tornando-a gradualmente cada vez mais transversal a todos os intervenientes do grupo Montepio, e, lançar os alicerces para uma melhor avaliação do impacto das atividades realizadas, tendo sido criado o Comité de Responsabilidade Social.

Verificou-se um incremento da cooperação interna e uma consolidação das relações de parceria externa, que se traduziu num aumento de projetos desenvolvidos em co-autoria e numa maior otimização dos recursos.

Acompanhando as tendências internacionais e nacionais, o Montepio delineou uma estratégia de apoio ao empreendedorismo e à inovação social, apostando no investimento em novos projetos sustentáveis e na capacitação dos parceiros de economia social.

Em cumprimento do plano de ação traçado, a Fundação Montepio, enquanto entidade responsável do grupo na vertente de envolvimento com a comunidade, realizou, no decurso do ano de 2013, diversas ações no domínio da responsabilidade social do Montepio, dirigidas à comunidade, nas áreas da saúde, solidariedade, educação e formação e noutros campos complementares, promotores da cidadania e do desenvolvimento da sociedade portuguesa.

PROJETOS DE APOIO À INOVAÇÃO SOCIAL

O ano de 2013 revelou-se profícuo no desenvolvimento e acompanhamento de projetos de grande vulto no domínio do terceiro setor e na promoção da qualidade da intervenção ao nível da responsabilidade social. No âmbito da Fundação Montepio, foram realizadas cerca de 280 reuniões e visitas a instituições, de modo a aferir a viabilidade dos projetos propostos e a capacidade empreendedora das entidades promotoras. Deram entrada na Fundação Montepio mais de 1 000 pedidos, tendo sido dado cumprimento ao pagamento das quotizações e concedido apoio técnico e financeiro a 181 projetos, mais 14 do que no ano anterior, com um valor médio de 9 mil euros. O valor total atribuído foi de 1 632 mil euros, superior em 124 mil euros ao atribuído em 2012.

Destacam-se como principais projetos apoiados durante o ano de 2013, os seguintes:

- O Projeto Impacto Social 2013, desenvolvido em parceria com a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, que teve como objetivo capacitar organizações de economia social na avaliação do impacto das suas ações no terreno, através da utilização da metodologia SROI – *Social Return on Investment*, ao permitir calcular a diferença entre os benefícios e os custos do investimento e a análise da criação de valor nas componentes económica, ambiental e social num único indicador. Foram recebidas 60 candidaturas, selecionadas 10 entidades, das quais sete terminaram com sucesso o processo de formação. Em junho de 2013 foi realizada a Conferência Impacto Social 2013, onde foram apresentados os resultados do trabalho de cálculo e de análise do SROI das sete entidades.
- O Projeto+ Melhor Ação e Inovação Social, realizado em cooperação com a Fundação Gulbenkian e com a UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto, que teve como objetivo capacitar dirigentes e técnicos de IPSS do distrito do Porto, através de formação específica, certificada pela *Católica Porto Business School*, com vista a contribuir para a gestão mais eficiente destas entidades. A iniciativa, que teve origem em 2012, abrangeu 52 formandos pertencentes a 31 organizações, disponibilizou consultoria a sete entidades e terminou com um seminário onde foram apresentados cinco dos projetos abrangidos.
- O Projeto Cuidar Melhor, realizado em parceria, entre a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Montepio e o Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica, que recolheu, posteriormente, o apoio da Sonae Sierra e dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra.



O projeto destina-se, essencialmente, a sensibilizar a comunidade para as temáticas da demência, fazer diagnósticos nas áreas definidas, formar novos quadros na área da saúde e criar gabinetes de apoio a cuidadores de pessoas com demências. Durante o primeiro semestre foram abertos os gabinetes de Sintra, Oeiras e Cascais, concluídos os instrumentos de suporte técnico da intervenção, recrutada e formada a equipa, elaborado o diagnóstico de necessidades e iniciado o atendimento de clientes.

- O Projeto de Dinamização Associativa denominado «Envolver os Associados», realizado pela consultora portuguesa em *fundraising* «Call to Action» e patrocinado pela Fundação Montepio, com o objetivo de apoiar uma associação da economia social, através do desenvolvimento da sua relação com os seus associados e incremento da fonte de financiamento, que beneficiou, em 2013, a Associação Protetora dos Diabéticos, com o objetivo de tornar os associados mais ativos e colaboradores com a associação, reforçando a sua sustentabilidade.



Salienta-se, ainda, a inauguração, em abril de 2013, da RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades, um projeto inovador, nascido por iniciativa de um conjunto de 13 associações mutualistas portuguesas, incluindo o MGAM, que decidiram unir esforços em torno do objetivo comum de prestar cuidados de saúde à comunidade de associados que as integram. Trata-se de um projeto histórico para o mutualismo português, uma vez que, independentemente da mutualidade a que os associados pertençam ou do local onde vivam, todos podem usufruir dos mesmos serviços e cuidados. Atualmente, o Montepio presta apoio técnico e ocupa a vice-presidência desta associação.

Destaca-se, igualmente, a criação do Banco de Inovação Social (BIS) em abril de 2013, iniciativa lançada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e que constitui uma plataforma de apoio à inovação social e ao empreendedorismo, à qual aderiram 27 instituições públicas e privadas. No âmbito da sua missão o BIS desenvolve ações e instrumentos associados ao Programa de Empreendedorismo Social e do Programa de Apoio à Inovação Social, destinado a micro-negócios e negócios sociais. Encontra-se em curso a criação do Fundo de Investimento Social BIS, com uma dotação financeira de 450 mil euros, em resultado da parceria, sobretudo com o Montepio e a Caixa Central de Crédito Agrícola.

No contexto do Programa de Educação Financeira, foi iniciado um processo de avaliação e reestruturação do programa e estabelecidas parcerias com outras entidades, de modo a adaptá-lo às novas solicitações e à situação nacional e internacional. Relativamente ao programa destinado às crianças foram realizadas 182 ações de educação financeira, em 47 turmas de 8 escolas, que beneficiaram 1 049 crianças e envolveram 51 colaboradores voluntários. No que se refere do programa de educação financeira para adultos, realizado em parceria com a ANJAF – Associação Nacional de Jovens para Ação Familiar, o mesmo foi objeto de avaliação, tendo sido reiniciado em abril de 2013, e concretizado 3 ações, que abrangeram 58 formandos.

No que diz respeito à participação em eventos e representação externa, a Fundação Montepio e outras entidades do grupo, no domínio da responsabilidade social, participaram em cerca de 130 eventos, não só enquanto membros de órgãos sociais de entidades externas, das quais destacamos o GRACE, a JAP, o BCSD, o centro Português de Fundações, a RSO.pt e o Conselho Português do Voluntariado, mas também na qualidade de oradores e como formadores nos domínios do envelhecimento, responsabilidade social, voluntariado e economia social.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA

O grupo Montepio tem como prioridade uma política de RSE (Responsabilidade Social da Empresa) coerente com a ética e os seus valores fundamentais e orientada para o longo prazo, que ofereça claros benefícios para os diversos *stakeholders* e contribua para o desenvolvimento sustentável.

Neste quadro prosseguiu-se durante o ano de 2013, o acompanhamento dos projetos internos e foram lançados dois novos projetos:

- Projeto Responsabilidade Social na Cadeia de Valor, que envolveu dez empresas (fornecedores, clientes e parceiros) e visou estimular a partilha de práticas de responsabilidade social e a identificação de áreas de interesse e atuação comuns.
- Estudo da Perceção da Responsabilidade Social no Montepio, em articulação com a Associação LINK e com a GFK, empresa de estudos de mercado, para avaliar o impacto da responsabilidade social externa, através da consulta às partes interessadas – Colaboradores, Associados, Clientes e Fornecedores.

No que diz respeito ao voluntariado corporativo, a base de voluntários do Montepio atingiu 1 116 voluntários em 2013, o que corresponde a um aumento de 39,2% face ao ano anterior. Nos primeiros seis meses do ano, foram realizadas 30 ações de voluntariado que beneficiaram 16 entidades parceiras e que envolveram 503 colaboradores no ativo. Ao nível do voluntariado individual de formação em internet, foram realizadas 8 ações, que envolveram 13 voluntários, e nas ações promovidas pela *Junior Achievement Portugal* foram abrangidos 72 voluntários. Foi aprofundado o programa de promo-

ção do envelhecimento ativo e implementado o *e-learning* de responsabilidade social, que abrangeu 2 852 colaboradores do Montepio, o que corresponde a 77% dos recursos humanos.

Relativamente aos novos projetos de voluntariado de competências, que compreende o voluntariado de leitura (em parceria com a Universidade Nova) e o voluntariado de mentores (em parceria com o ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. e o GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial), foi registada uma adesão de 31 voluntários.

É também de salientar que decorreu, no passado dia 20 de setembro de 2013, a primeira edição do «Dia do Voluntariado» do Grupo Montepio. Uma iniciativa que contou com mais de 170 voluntários (colaboradores, associados e parceiros), de norte a sul do país, em parceria com a Associação de Reformados do Montepio, o Parque Biológico de Gaia, a Fundação Mata do Buçaco, a Cascais Natura e o Parque Natural da Serra da Arrábida. Esta ação, para além de promover o voluntariado empresarial e o convívio entre os diversos participantes, teve por objetivos a defesa da natureza e a limpeza e erradicação de várias espécies de plantas invasoras, assegurando a proteção da integridade da vegetação. Pretendeu-se, igualmente, sensibilizar a população para ações de voluntariado de preservação do meio ambiente.

Estas iniciativas demonstram a versatilidade e dinamismo do grupo Montepio e das suas diversas unidades orgânicas em prol da afirmação e da responsabilidade corporativa, que é um desiderato transversal a toda a organização e às diversas entidades do grupo.



PRÁTICAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

No âmbito da sua génese e missão, o grupo Montepio promove ações de solidariedade e campanhas que satisfaçam necessidades específicas de um conjunto de cidadãos e, através de uma responsabilidade social ativa, apoia ações que contribuam para a qualidade de vida de crianças, jovens, pessoas idosas e da comunidade em geral. O grupo visa igualmente premiar projetos e organizações que se tenham distinguido pelas boas práticas nos mais diversos domínios, entre os quais, qualificação dos recursos humanos, inovação organizacional, responsabilidade social, intercooperação e inserção na comunidade.

Em cumprimento do seu Plano de Ação e em articulação com a Lusitania, a Fundação Montepio atribuiu o Prémio Voluntariado Jovem 2013, no valor de 25 mil euros, à Associação GASTagus (associação juvenil determinada a capacitar os jovens para serem agentes ativos na construção de uma sociedade melhor) e 4 menções honrosas no valor unitário de 3 mil euros.

Foram igualmente concedidos três Prémios Escolares Montepio de 75 mil euros, no valor unitário de 25 mil euros a três escolas públicas, aos Agrupamentos de Escolas da Portela e Moscavide, Dr. Serafim Leite e Tomaz Ribeiro de Tondela, que apresentaram projetos inovadores e de qualidade, orientados para a melhoria das condições de ensino e de aprendizagem e cujo impacto das ideias e conteúdos intervenham e repliquem as boas práticas junto de toda a comunidade escolar e local.



Em 2013, no âmbito do contexto da Frota Solidária, projeto central na atividade da Fundação Montepio, foram atribuídas 21 viaturas, com um valor correspondente a cerca de 460 mil euros, o que permitiu elevar o número de viaturas oferecidas a nível nacional, incluindo as regiões autónomas, para 103, indo de encontro à satisfação de necessidades de mobilidade das respetivas instituições de solidariedade.

Ao nível do projeto Cartão+ Vida, cartão de crédito que apoia IPSS, os contributos recebidos permitiram beneficiar 4 instituições (Raríssimas, Liga Portuguesa contra o Cancro, Associação Cais e OIKOS), com um donativo no valor médio superior a 7 mil euros.

Refira-se igualmente, e, à semelhança do que se verificou em anos transatos, a atribuição de um donativo de Natal no valor global de 200 mil euros, destinado a apoiar projetos de solidariedade social. Em 2013, foram premiadas 10 instituições, com 20 mil euros cada, que se distinguiram pelo trabalho desenvolvido em prol da cultura e da solidariedade, de Norte a Sul do País, que, diariamente contribuem para a promoção da qualidade de vida e bem-estar de quem mais necessita.

No contexto do projeto *Incluarte*, a Fundação Montepio e a Associação Mutualista têm vindo a identificar diversas instituições que produzem artefactos e objetos artísticos no âmbito da sua atividade de solidariedade social. Em 2013, foram

acolhidas 6 instituições no espaço mutualista e realizadas quatro campanhas de angariação de bens e donativos para apoio dos respetivos projetos de solidariedade social.

Também em 2013, iniciou-se a realização de ações de rastreio gratuitas, desenvolvidas nos balcões do Montepio ou nas instalações das entidades parceiras, com o objetivo de alertar para a importância da monitorização e controle da saúde. Assim, e no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Saúde (dia 8 de abril), foram efetuados rastreios de saúde em diversos balcões do Montepio, nos Açores, em Braga, Coimbra, Faro, Funchal, Lisboa e Porto, com a colaboração de técnicos de saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, foram direcionados aos associados e clientes mas, também, à população em geral.

7. Valorização das Relações Associativas e Difusão do Mutualismo

COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA

No âmbito das ações de divulgação e promoção do mutualismo, o grupo Montepio tem vindo a aprofundar a política de comunicação e a desenvolver ações de impacto a nível nacional, designadamente através dos media e outros meios de comunicação, assim como a criar espaços diferenciados de comunicação associativa nos balcões da CEMG.

Neste domínio, a revista Montepio, publicação direcionada para os associados com idade superior a 20 anos, tem constituído um meio privilegiado de comunicação entre o MGAM e os seus associados, que retrata, através de entrevistas, reportagens, infografias, análise e crónica, temas que marcam o contexto mundial, a realidade nacional, a vida dos associados, mas também as tendências sociais, económicas e culturais. Em 2013, a revista Montepio, viu a sua qualidade editorial e de *design* serem reconhecidas a nível nacional e internacional.

O jornal Montepio Jovem, dirigido aos associados entre os 13 e os 20 anos de idade, foi também distinguido a nível internacional, conquistando a 3.ª posição na categoria «*Best Internal newspaper/ newsletter*» no *Grand Prix 2013* da FEIEA (*Federation of European Business Communicators Associations*).

Destaca-se igualmente a parceria estabelecida, em outubro de 2013, entre o Montepio e o Jornal de Notícias (JN) para a divulgação de conteúdos sobre a economia social. Durante um ano, o JN terá uma rubrica editorial dedicada ao tema, incluindo análises ao setor, projetos inovadores, reportagens e entrevistas de personalidades, entre outros conteúdos.

Salienta-se, ainda, que no decurso do ano de 2013, foi criado e desenvolvido o primeiro espaço «atmosfera m» no Porto (constituído por salas de formação, espaço lúdico, sala de exposições, dois auditórios, biblioteca, ludoteca, espaço lounge e postos de atendimento da Associação Mutualista e Caixa Económica, estando prevista a respetiva inauguração para meados do próximo mês de março de 2014. Este espaço visa cumprir a missão mutualista do Montepio, concretizando a disponibilização aos associados e, à sociedade em geral, de «espaços de cidadania», nos quais podem ser realizadas iniciativas orientadas para o pensamento, a reflexão, a aprendizagem, as artes, a cultura, a solidariedade e a intervenção cívica.

DISTINÇÕES – REVISTA MONTEPIO

Foi considerada a melhor publicação a concurso no Grande Prémio APCE, iniciativa promovida pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, vencendo em duas categorias (Melhor Publicação Externa e Melhor Imagem e Ilustração) e, na edição de 2013 dos Prémios Comunicação da Meios & Publicidade, destacou-se como a melhor publicação interna institucional.

A nível internacional, a revista alcançou a 3.ª posição nos *Pearl Awards 2013*, na categoria «*Excellence in Editorial – Best International Publication*», iniciativa que premeia os conteúdos editoriais a partir de uma avaliação criteriosa das melhores estratégias de alinhamento editorial, tendo sido a única publicação em língua portuguesa a figurar na fase final da competição.



AÇÕES DE DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA

No decurso de 2013 foi dado seguimento à orientação estratégica de aprofundar a relação associativa e a fidelização dos associados, tendo-se prosseguido com as ações de dinamização sócio-cultural e de divulgação e promoção do mutualismo.

Durante o ano foram realizadas 94 ações e atividades, mais 19 face ao ano anterior, que incluíram 23 Atividades de Ar Livre, 15 Passeios com História, 32 Visitas Orientadas, 12 Cursos e 12 *Workshops*.

Em 2013, o Montepio e a Sonae Turismo assinaram um protocolo de cooperação destinado à promoção e divulgação das Ruínas Romanas de Tróia, sítio arqueológico com mais de 2 mil anos de história, bem como à atribuição de condições preferenciais aos associados do Montepio nos serviços prestados pela Sonae Turismo. Os associados passaram a ter acesso

gratuito às Ruínas Romanas de Tróia, bem como a um leque de vantagens e descontos, desde a cultura, ao turismo e ao desporto, nas unidades que compõem o Grupo Sonae Turismo. No âmbito do protocolo assinado, o Montepio, enquanto promotor da cultura nacional, apoiou a realização do Congresso Internacional Ânforas Lusitanas – Produção e Difusão, realizado em outubro, no sítio arqueológico de Troia, considerado o maior complexo de salgas de peixe do mundo romano conhecido.

Salienta-se o acentuado crescimento de adesões dos associados às atividades promovidas pelo MGAM, justificado, entre outros fatores, pelo aumento da oferta, pela diversificação geográfica e por uma melhor divulgação das mesmas. Assim, em 2013, registou-se uma adesão de 3 152 participantes às ações de dinamização associativa, correspondendo a um acréscimo de 73% face ao ano anterior.

Com base no inquérito anual de satisfação dos associados do MGAM, comprovou-se uma satisfação global positiva da oferta mutualista e ao nível das parcerias estabelecidas, entre as quais se destaca a notoriedade do cartão Repsol, assim como a elevada satisfação no que diz respeito às ações de dinamização associativa realizadas.

No âmbito do projeto dirigido à comunidade infanto-juvenil, o Clube Pelicas registou em 2013 um crescimento de 7% face ao ano anterior, sendo que, no final do ano, o Clube era composto por 67 834 membros. Os sócios do Clube Pelicas, para além de usufruírem de um alargado número de descontos, de uma agenda *on-line* e de passatempos exclusivos, recebem uma revista trimestral do Clube. Ao nível do *site* do Clube Pelicas destaca-se a introdução de novos jogos, a atualização de imagens e o desenvolvimento de novas áreas, assim como a realização de uma



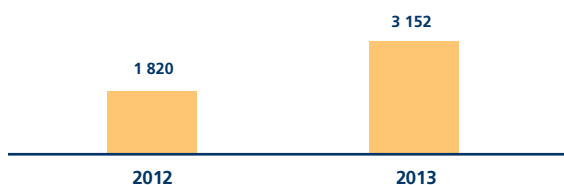
campanha de promoção para registo no site do Clube, a qual permitiu obter cerca de 7 000 registos. No âmbito do programa «Pelicas vai à Escola» foram efetuadas visitas a escolas que abrangeram cerca de 1 100 crianças. Foi criado o primeiro fato da mascote «PELICAS», que tem sido fator de grande atração e notoriedade para o Montepio em todos os eventos em que participa, quer junto do segmento alvo, quer junto do restante público. Destaca-se, igualmente, a participação da mascote, na 1.ª Parada das Mascotes (uma iniciativa da Fundação do Gil), onde teve enorme sucesso junto dos participantes e ampla divulgação nos meios de comunicação social. São ainda de referir as participações da mascote no evento «Moda'r Mentalidades», evento patrocinado pelo Montepio e onde o princípio mutualista de não discriminação foi amplamente divulgado, tendo a mascote sido, uma vez mais, um sucesso junto dos participantes, bem como nas atividades especiais de Natal de dinamização associativa «Aldeia Natal» e «Terra dos Sonhos», tendo sido possível divulgar os princípios mutualistas e o Clube para uma audiência de cerca de 3 500 pessoas.

Refira-se ainda a realização de 8 passatempos para o segmento alvo do Clube Pelicas, tendo-se registado a participação de cerca de 300 membros do Clube.

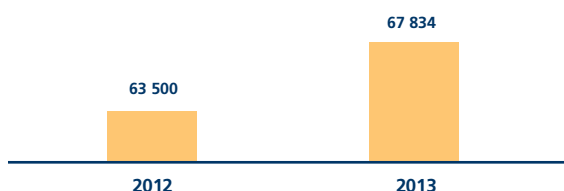
Merece, ainda, especial destaque a realização da 1.ª Corrida Montepio no dia 27 de outubro de 2013, uma iniciativa organizada pelo MGAM com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, a favor da Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito do projeto «Portugal Mais Feliz», e que contou com a inscrição de 7 000 participantes. A totalidade do montante angariado a partir das inscrições nas duas provas (corrida de 10 km e caminhada de 3 km), no valor global de 38 mil euros reverteu, na totalidade, a favor do lema do projeto, cuja iniciativa teve por finalidade apoiar as famílias mais carenciadas e vulneráveis face à crise económica, em vários eixos de atuação, que vão desde a alimentação, ao apoio financeiro, ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais, à integração escolar e/ou profissional, à saúde e a outras que se revelem necessárias.



N.º PARTICIPANTES NAS ATIVIDADES DE DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA



CLUBE PELICAS – N.º DE ASSOCIADOS



DIFUSÃO DO MUTUALISMO

Neste âmbito, destaca-se a manutenção da presidência por parte do Montepio do Grupo de Trabalho da *Association Internationale de la Mutualité* (AIM) sobre o Estatuto da Mutualidade Europeia. Este cargo implicou, no decurso do ano de 2013, a realização de várias reuniões em Bruxelas, bem como diversas intervenções no Parlamento Europeu, junto de

mutualidades italianas e de mútuas de resseguro francesas, com o objetivo de salientar a importância do movimento mutualista e agilizar a breve aprovação do Estatuto da Mutualidade Europeia, que permita proporcionar às mutualidades, presentes no espaço europeu, um quadro normativo comum e adequado às realidades social e económica atuais.

Importa, referir, ainda, que, no final de 2013, o MGAM aderiu, como membro de pleno direito, ao *Institut de la Protection Sociale Européenne* (IPSE), organização fundada em 1989 a partir da vontade de contribuir para o fomento do bem-estar social de uma Europa solidária, através da promoção do diálogo social e da economia social e solidária, tendo participado em reuniões do Conselho de Orientação do respetivo organismo em Paris e Bruxelas.

O Montepio também marcou presença na Direção, como vogal, do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-IUL) – ISCTE, uma organização sem fins lucrativos, que associa várias entidades na promoção da produção e difusão da educação pública.

A nível de ações de formação, importa referir a realização do projeto Jovens Estudantes Montepio, sobre o lema «Encontro de Culturas», iniciativa que reuniu em julho de 2013, em Lisboa, 13 jovens estudantes do ensino superior nacionais e estrangeiros, sete selecionados através dos Escritórios de Representação do Montepio e do Finibanco Angola, com o objetivo de conhecer a cidade de Lisboa, viver novas experiências e aprofundar conhecimentos em áreas tão diversas como a cultura portuguesa, música, economia social, história ou voluntariado.

Destaca-se, igualmente, a participação em diversos congressos e seminários, nomeadamente:

- I Congresso Internacional «A Economia Social nos desafios do século XXI», realizada em junho de 2013 no Estoril, onde foi apresentada a «Carta de Cascais para a Economia Social» da iniciativa do Conselho Nacional para a Economia Social, na qual se apresentam os princípios orientadores para o setor, a defesa dos interesses coletivos e a visão humanista da sua ação, de forma a permitir maiores investimentos no futuro;
- A participação na sessão de abertura do JeniAL'13 – Encontro de Juniores Empresários, no ISCTE-IUL, em Lisboa;
- Seminário «Estratégia Europa 2020: oportunidade para o sector da economia social, sim ou não?», organizado pela Associação Portuguesa de Gestão das Pessoas, na Covilhã, com uma intervenção sobre o mutualismo em Portugal;
- Seminário «Apoio domiciliário e trabalho doméstico: perspetivas de emprego», organizado pelo Conselho Económico e Social, em Lisboa;
- Apresentação pública, em Coimbra e em Lisboa, do livro do Prof. Rui Namorado «O mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo».



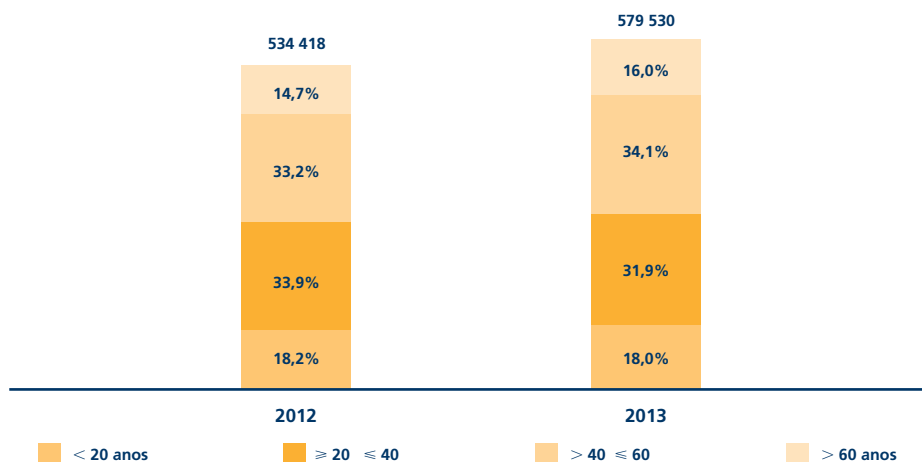
8

Atividade
Associativa

8.1. BASE DE ASSOCIADOS

Em 2013, o movimento associativo apresentou, uma vez mais, um comportamento positivo, sobretudo, se atendermos ao contexto macroeconómico observado, ao longo do ano, com particular impacto na vida das populações. O Montepio continuou a alargar a sua base associativa obtendo um aumento do número de associados, de 534 418, em 2012, para 579 530, no final do ano 2013. Em termos homólogos, este comportamento reflete uma taxa anual de crescimento de 8,4% (7,4% em 2012). Na estrutura etária da base de associados é de realçar, de forma particular, o incremento verificado no escalão sénior (> 60 anos), bem como no escalão de idades dos 40 aos 60 anos. A idade média dos associados aumentou ligeiramente dos 38 anos, em 2012, para 39 anos, no final de 2013.

NÚMERO DE ASSOCIADOS EFETIVOS



O esforço conjunto de toda a rede comercial da CEMG e a contínua dinamização dos canais de oferta das modalidades mantiveram-se como importantes veículos para o reforço do leque de associados. O fluxo anual líquido de associados traduziu-se num aumento de 45 112 associados justificado, sobretudo, pelo incremento de admissões de 8 435, mas, também, pela redução do número de saídas comparativamente com o ano anterior.

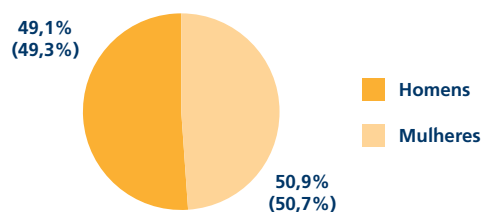
MOVIMENTO ANUAL ASSOCIATIVO

DESIGNAÇÃO	2012	2013	(Unidades)	
			Variação	
			N.º	%
Entradas				
Admissões	58 250	66 685	8 435	14,5
Readmissões	2 293	1 389	-904	-39,4
Saídas				
Falecimentos e habilitações	814	1 223	409	50,2
Cessões de direitos, desistências e eliminações	22 731	21 739	-992	-4,4
Total de Associados	534 418	579 530	45 112	8,4

A estrutura da base de associados por género manteve-se praticamente inalterada, embora as mulheres evidenciem um ligeiro aumento da sua predominância (50,9%).

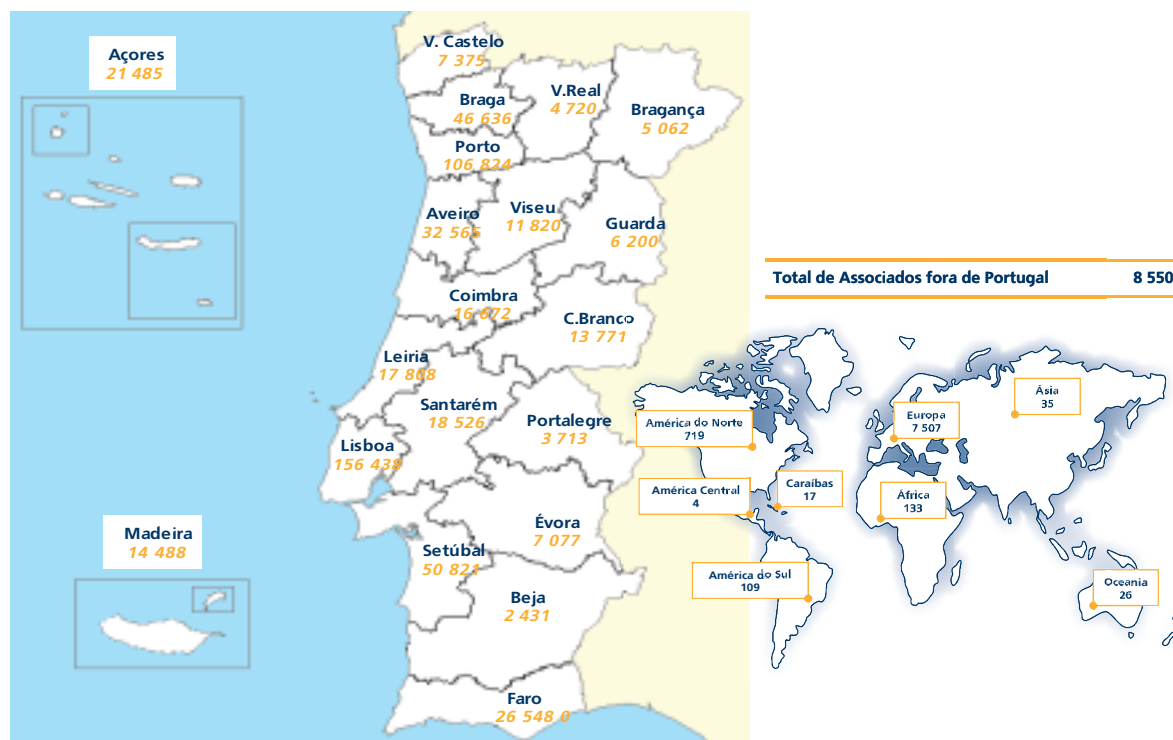
A distribuição geográfica dos associados abrange o território nacional, Continente e Ilhas, segundo a assimetria de distribuição em linha com a da densidade populacional dos diversos distritos. O conjunto de associados está implantado, de uma forma mais significativa, em cinco distritos do território nacional (Lisboa, Porto, Setúbal,

ESTRUTURA DE BASE DE ASSOCIADOS – Por Género 2013 (2012)



Braga e Aveiro) e que, no conjunto, representam mais de dois terços do universo associativo (isto é, cerca de 68%), sendo que apenas nos distritos de Lisboa e Porto esta representatividade ronda 45% do total de associados. De destacar, também, o aumento de mais 1 368 associados no estrangeiro, o que traduz uma taxa de crescimento anual de 19%.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO NÚMERO DE ASSOCIADOS

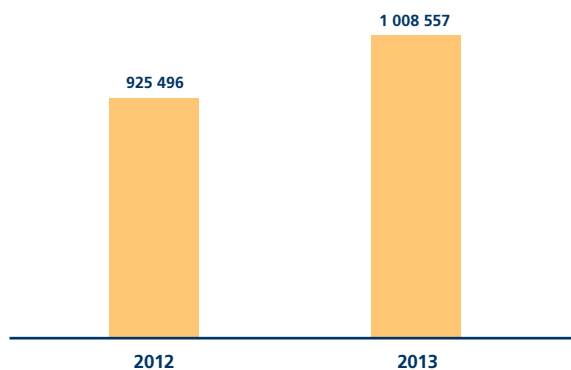


SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES

Em 2013 o número de subscrições de modalidades cresceu cerca de 9%, tendo atingido um valor acumulado de 1 008 557 subscrições em 31 de dezembro de 2013. O número médio de subscrições por Associado apresentou, também, uma evolução positiva, passando de 1,73 para 1,74.

Em 2013, registaram-se 147 623 novas subscrições em modalidades associativas individuais (136 919 em 2012) continuando a ser, preferencialmente, realizadas em modalidades de capitalização: Montepio Capital Certo (39,9%) e Montepio Poupança Complementar (28,9%) e em Modalidades de Previdência, com destaque para a nova modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (22,5%).

NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES



A distribuição do número de novas subscrições em modalidades mutualistas comportou-se da seguinte forma:

NOVAS SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE

MODALIDADES INDIVIDUAIS	2012		2013		Variação	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Montepio Capital Certo	68 532	50,1	58 942	39,9	-9 590	-14,0
Montepio Poupança Complementar	28 498	20,8	42 615	28,9	14 117	49,5
Montepio Proteção 5 em 5	30 013	21,9	33 207	22,5	3 194	10,6
Montepio Proteção Encargos ⁽¹⁾	2 128	1,6	7 257	4,9	5 129	241,0
Montepio Proteção 18-30 ⁽²⁾	2 106	1,5	2 603	1,8	497	23,6
Capitais Previdência Diferidos com Opção	3 983	2,9	2 402	1,6	-1 581	-39,7
Outras	1 659	1,2	597	0,4	-1 062	-64,0
TOTAL	136 919	100,0	147 623	100,0	10 704	7,8

(1) Nova denominação da Modalidade, em consequência da entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios (antiga Modalidade GPE I e GPE II).

(2) Nova denominação da Modalidade, em consequência da entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios (antiga Modalidade Montepio Proteção Sub 25).

A modalidade Montepio Capital Certo apresentou uma redução do número de subscrições devido ao vencimento de três séries a cinco anos no decurso de 2013. Pela positiva, destacam-se as variações anuais de subscrições na modalidade Montepio Poupança Complementar e, também, nas modalidades de Proteção Encargos que, em consequência da entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios (em novembro de 2013) passou a segmentar a proteção de encargos em Crédito à Habitação, Crédito Individual e, ainda, Outros Encargos.

8.2. DESENVOLVIMENTO DA OFERTA MUTUALISTA

MODALIDADES

No quadro da sua missão de satisfação das necessidades financeiras, previdenciais e de proteção dos Associados, a Associação Mutualista continuou, em 2013, a divulgar e a promover a oferta de modalidades para constituição de poupanças com finalidades de proteção e de previdência complementar.

No que diz respeito às modalidades de poupança, que permitem aos associados constituir e valorizar as suas poupanças, foram emitidas 15 séries da modalidade Montepio Capital Certo, a 5 anos e 1 dia e 8 anos e 1 dia, que permitiram captar um montante global de cerca de 576 milhões de euros.

Ainda, no capítulo das modalidades de incentivo à poupança, foi efetuada, ao longo de todo o ano, uma campanha de divulgação e promoção da modalidade Montepio Poupança Complementar, dirigida à captação e fidelização de Associados menores de idade sob o nome «Montepio Poupança Complementar Jovem».

Em relação às modalidades de proteção, que permitem aos associados a cobertura financeira dos riscos de morte, invalidez ou velhice, foram efetuadas ao longo do ano diversas ações de dinamização junto dos balcões da Caixa Económica.

Relativamente às campanhas de angariação/fidelização associativa e promoção das modalidades mutualistas, deu-se continuidade à campanha «Assistência Montepio Mais Saúde», realizada em conjunto com a Lusitania, através da qual os associados aderentes beneficiaram de uma cobertura gratuita, por 12 meses, de assistência médica ao domicílio, assistência em viagem e serviços de conforto.

No âmbito da realização da primeira corrida Montepio, foi também efetuada uma campanha de promoção das modalidades mutualistas, destinada a participantes de corridas e caminhadas. Esta campanha teve por objetivo despertar a atenção para o interesse em fazer parte do Montepio – Associação Mutualista, junto de uma comunidade, cada vez maior, constituída por pessoas que fazem da corrida ou da caminhada um hábito saudável de estilo de vida.

As campanhas acima referidas, para além de recorrerem aos diversos media disponíveis (TV, Imprensa, Rádio, Cinema e Internet), foram também acompanhadas por ações de divulgação junto dos balcões da Caixa Económica.

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA

Os associados Montepio beneficiam de um conjunto de descontos e condições especiais na subscrição de produtos e serviços disponibilizados pelas empresas que constituem o grupo Montepio.

Em 2013, os associados continuaram a usufruir de vantagens em produtos e serviços comercializados pela rede de distribuição da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG). São disso exemplo, a redução de *spreads* no Crédito à Habitação (0,1%), no Crédito Individual e Auto (0,2%) e no Leasing Auto, Imobiliário e *Renting*.

Além da majoração da taxa de juro na Conta Montepio 24, foi lançado o depósito «Poupança Especial Associado» específico para associados, com condições preferenciais de remuneração. Foram igualmente mantidas a diferenciação de preço na anuidade dos cartões de crédito, a isenção de comissões de manutenção nas contas à ordem, nas quais o Associado seja primeiro titular, e a redução das mensalidades nas Soluções Montepio.

Ao nível dos seguros comercializados através da rede de balcões da Caixa Económica, os associados beneficiaram de condições preferenciais nos Seguros Montepio Proteção Mais II, Seguro Acidentes de Trabalho – Serviço Doméstico, Cartão Seguro Saúde + Fácil, bem como numa campanha promocional que garantiu a redução de 10% sobre o valor do Seguro Auto.

O valor de benefícios atribuídos aos associados da Associação Mutualista, enquanto clientes da CEMG, ascendeu a 26 388 milhares de euros em 2013, ou seja, +8% comparativamente ao valor registado em 2012 (24 458 milhares de euros).

TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA CAIXA ECONÓMICA AOS ASSOCIADOS

(milhares de euros)

CLASSE	Família Produtos	Valor do Benefício		Var.
		2012	2013	
PRODUTOS DO ATIVO	Crédito à Habitação	7 452	4 612	-38%
	Crédito ao Consumo	518	120	-77%
PRODUTOS DO PASSIVO	Depósitos Ordem	14 685	21 398	46%
	Depósitos Prazo	1 678	201	-88%
PRODUTOS FORA DE BALANÇO	Cartões de Crédito	123	57	-54%
	Administração Propriedades	2	0	–
TOTAL		24 458	26 388	8%

PARCERIAS

Foram celebradas, no ano de 2013, 173 novas parcerias, abrangendo entidades de âmbito nacional e local.

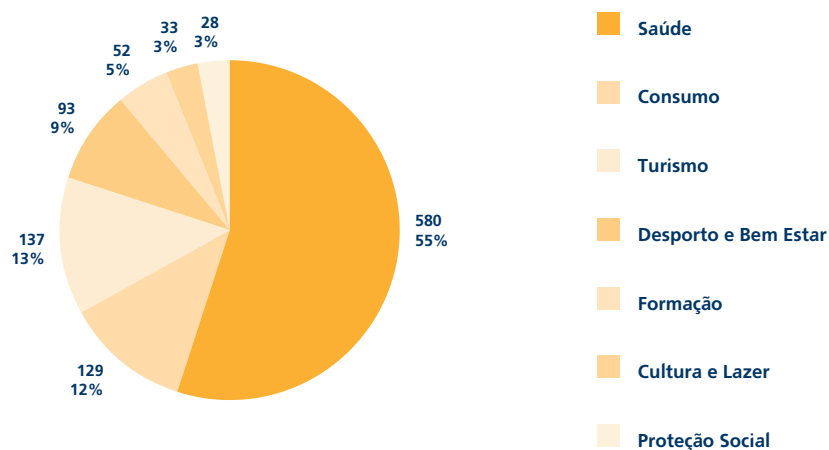
É de salientar a continuidade da importante parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa que, em 2013, permitiu alargar a esfera do acordo ao Serviço de Transporte de Doentes e, igualmente ao setor do ensino, através da concessão de benefícios na Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa e na Escola de Socorrismo.

O ano de 2013 fica registado como sendo o ano em que se concretizou a parceria com a Fundação INATEL, permitindo o acesso dos associados, em condições preferenciais, às diversas vertentes de atuação do Inatel, nomeadamente nos sectores da hotelaria, turismo, desporto e cultura.

ACORDOS CELEBRADOS – 2013

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	N.º	%
Saúde	81	46,8
Consumo	34	19,7
Turismo	19	11,0
Desporto e Bem-Estar	18	10,4
Formação	9	5,2
Cultura e Lazer	8	4,6
Proteção Social	4	2,3
TOTAL	173	100

No final de 2013, o MGAM detinha um total de 1 052 parcerias ativas, distribuídas pelas seguintes áreas:



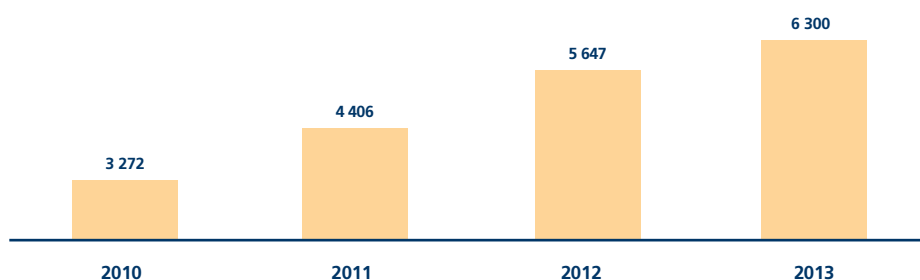
Destaca-se, ainda, a parceria com a Repsol que, ao longo dos quatro anos de parceria estratégica entre as duas entidades, se tem traduzido em elevados níveis de adesão e de crescimento, permitindo aos associados efetivos, maiores de 18 anos, beneficiar de um desconto de 6 cêntimos por litro de combustível na rede de estações de serviço aderentes.

Durante o ano de 2013 foram emitidos 55 078 novos cartões Montepio Repsol, tendo o montante do benefício acumulado para os seus utilizadores ascendido a 6,3 milhões de euros.

O benefício total acumulado desde o início da parceria, de outubro de 2009 até dezembro de 2013, já permitiu que os associados utilizadores do cartão Montepio Repsol poupassem cerca de 20 milhões de euros na aquisição de combustíveis.

CARTÕES REPSOL – POUPANÇA ANUAL PARA OS ASSOCIADOS

(milhares de euros)





Montepio

9. Evolução do Balanço e Resultados

9.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E GESTÃO DOS RISCOS

A política de investimentos do MGAM é seletiva e assume um perfil conservador e prudente de orientação para o longo prazo, pesando o binómio risco-retorno, tendo em conta o perfil das responsabilidades.

Os investimentos do MGAM são realizados após a análise da composição da carteira de ativos de cada modalidade e a respetiva rentabilidade. A seleção das aplicações financeiras assenta na informação financeira disponível, nomeadamente relatórios e contas dos emitentes, classificações de *rating* e publicações de *research* de bancos de investimento.

A alocação dos investimentos às carteiras das modalidades é realizada tendo em consideração a conjugação da rentabilidade com os prazos, os riscos e perfil das modalidades, assegurando, desta forma, a sua solvabilidade. São, também, estabelecidos limites de exposição por emitente.

A política de investimentos prevê, igualmente, a realização de aplicações de curto prazo para a carteira de negociação com a finalidade de obter mais-valias e a utilização de derivados para a cobertura de determinados riscos. O MGAM tem como política não investir em setores com reputação negativa, tais como fabrico de armas, produtores de tabaco entre outras.

No ano de 2013, distinguiram-se, sobretudo, os investimentos em dívida *corporate* de rendimento fixo, procurando conjugar o menor risco possível com a maximização do rendimento, sendo de referir, igualmente as aplicações em papel comercial, com a finalidade de aumentar a rentabilidade, tendo sido assegurados os níveis de liquidez desejáveis para o cumprimento das responsabilidades das modalidades. A *duration* da carteira (obrigações de taxa fixa) no final de 2013 correspondeu a 3,66 anos.

A gestão de risco tem como função identificar e acompanhar os riscos inerentes à atividade, procurando, através da sua mensuração, que se mantenham em níveis considerados adequados, por forma a não afetar negativamente a situação patrimonial.

O controlo do risco de mercado da carteira de ativos financeiros é gerido tendo em atenção os fatores que podem influenciar o seu valor, nomeadamente as taxas de juro de mercado, no caso dos títulos de rendimento fixo, as expectativas de evolução das cotações dos títulos no mercado e o risco dos emitentes.

O nível de adequação dos ativos de cada modalidade é gerido em termos de liquidez e de rentabilidade, de acordo com o perfil das suas responsabilidades e características, designadamente maturidades, taxas técnicas, esperança de vida e sinistralidade.

São efetuados testes de sensibilidade com a finalidade de determinar o impacto no valor dos ativos financeiros e das responsabilidades resultante de hipóteses de alterações das taxas de juro de mercado, reembolsos ou mortalidade.

9.2. EVOLUÇÃO E RENTABILIDADE DOS ATIVOS

A Associação Mutualista finalizou o ano de 2013 com um volume de ativos de 4 068 milhões de euros, traduzindo um crescimento homólogo de 19,6% (13,8% em 2012).

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS E DAS TAXAS DE RENDIMENTO

(milhares de euros)

CLASSE DE ATIVOS	2012 Reexpresso ⁽¹⁾		2013		Variação	
	Valor	Tx. Rend. (%)	Valor	Tx. Rend. (%)	Valor	%
Participação Financeira Institucional	1 295 000	1,3	1 500 000	0,1	205 000	15,8
Títulos	938 603	7,0	1 452 646	6,0	514 043	54,8
Depósitos Bancários	585 642	3,7	509 069	3,4	-76 573	-13,1
Propriedades de Investimento	412 667	11,5	401 960	2,2	-10 707	-2,6
Participações Financeiras Diversas	161 831	-3,1	191 705	19,0	29 874	18,5
Outros Ativos	2 018	–	6 062	–	4 044	200,4
Empréstimos a Associados	3 251	6,1	4 083	6,0	832	25,6
Ativos Tangíveis	3 504	–	2 853	–	-651	-18,6
TOTAL	3 402 516	4,1	4 068 378	3,8	665 862	19,6

(1) Valores reexpressos na sequência da alteração da Política Contabilística de valorização das Propriedades de Investimento.

Notas: – As taxas de rendimento dos ativos financeiros foram, por simplificação, apuradas tendo em conta, apenas duas observações do Saldo Médio de Capital. Na Participação Financeira Institucional, dada a natureza do seu comportamento, a taxa foi obtida tendo como base treze observações.

– O valor dos Juros Corridos dos ativos financeiros encontra-se acomodado nas respetivas classes de ativos.

Na evolução do ativo destaca-se o comportamento evidenciado pela carteira de Títulos com um crescimento de 54,8% e, também, o reforço da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica Montepio Geral.

O valor das Propriedades de Investimento registou, em termos homólogos, uma diminuição de 2,6%, tendo, para esta variação, contribuído fundamentalmente o ajustamento do justo valor dos imóveis, efetuado no final de 2013.

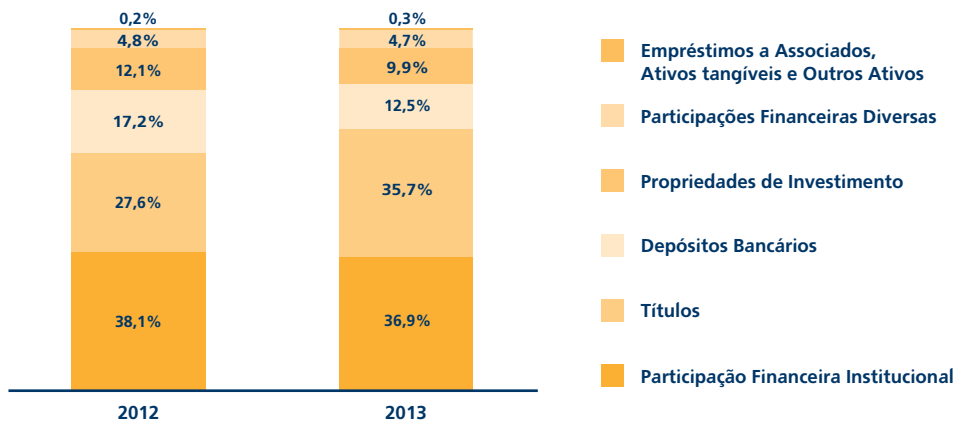
Relativamente ao acréscimo observado nas Participações Financeiras Diversas é de referir que está, sobretudo, relacionado com a troca ao valor de mercado das participações financeiras detidas pela Associação Mutualista nas diversas participadas da área de seguros, com a nova Sociedade Gestora de Participações Sociais – Montepio Seguros, SGPS, constituída no âmbito da reestruturação do ramo segurador do Grupo Montepio.

Num contexto de redução das taxas de juro de referência de mercado, nomeadamente das taxas Euribor e das taxas dos depósitos bancários, a rentabilidade proporcionada pelos ativos financeiros em carteira beneficiou, particularmente, das mais-valias que foram obtidas com a alienação de Títulos e, também, dos ganhos resultantes da operação de troca de Participações Financeiras. Por outro lado, os reajustamentos efetuados ao nível das Propriedades de Investimento, por via do reconhecimento do justo valor dos imóveis, afetaram de forma negativa a sua rentabilidade no ano de 2013 (pelas mesmas razões, no exercício de 2012, tinha sido reconhecido um ganho com o justo valor).

A conjugação de todos estes fatos, traduziu-se numa diminuição da taxa média de rentabilidade dos ativos comparativamente àquela que tinha sido obtida no ano anterior (4,1%, em 2012, e 3,7% em 2013).

No final de 2013, a estrutura do ativo evidenciou uma redução do peso da participação institucional na CEMG a favor do aumento da expressão da carteira de títulos, de 27,6% em 2012 para 35,7% em 2013.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO



Nota: Ativo de 2012 reexpresso em função da alteração da política contabilística das Propriedades de Investimento.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A alteração da política contabilística das Propriedades de Investimento, com a avaliação ao justo valor obrigou a que fossem também reexpressas as demonstrações financeiras do ano de 2012.

Durante o ano de 2013, não se verificaram novas aquisições de imóveis nem foram realizadas vendas, pelo que a variação ocorrida nas Propriedades de Investimento deve-se, essencialmente, ao ajustamento do Justo Valor efetuado no exercício no montante de 16,4 milhões de euros.

De realçar, no entanto, o aumento do montante anual de receitas líquidas, no montante de 2,8 milhões de euros, influenciado pelo número de imóveis em carteira e pela taxa de atualização de rendas.

VALORIZAÇÃO AO JUSTO VALOR DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A alteração da política contabilística, no final de 2013, veio substituir a política de mensuração reconhecida até então assente no custo de aquisição dos imóveis e deduzido de amortizações acumuladas e quaisquer perdas de imparidade.

CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS

O aumento da carteira de títulos teve por origem a aquisição de obrigações de rendimento fixo para cobertura das responsabilidades da modalidade Montepio Capital Certo. Saliente-se, ainda, a anulação de um montante significativo de reservas de reavaliação negativas, na sequência das operações de alienação de obrigações subordinadas realizadas durante o ano, facto que contribuiu positivamente para a valorização anual da carteira de títulos.

No final do ano, a carteira global de títulos apresentava-se valorizada em 1 452,6 milhões de euros (938,4 milhões de euros em 2012), traduzindo um acréscimo anual de 54,8%.

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos e Derivados						
Obrigações (inclui Títulos de Negociação)	831 295	87,4	1 308 569	89,2	477 274	57,4
Obrigações do Tesouro	60 401	6,4	75 086	5,1	14 685	24,3
Papel Comercial	33 497	3,5	57 362	3,9	23 865	71,2
Ações (inclui Títulos de Negociação)	2 938	0,3	3 150	0,2	212	7,2
Derivados	177	0,0	46	0,0	-131	-74,0
TOTAL 1	928 308	97,6	1 444 213	98,4	515 905	55,6
% do Ativo ⁽¹⁾	27,3		35,5		8,2 p.p.	
2. Outras Aplicações Financeiras						
Fundos de Investimento Mobiliários	12 231	1,3	11 081	0,8	-1 150	-9,4
Fundos de Investimento Imobiliários	7 462	0,8	7 767	0,5	305	4,1
Outros Fundos de Investimento	2 953	0,3	4 403	0,3	1 450	49,1
TOTAL 2	22 646	2,4	23 251	1,6	605	2,7
% do Ativo ⁽¹⁾	0,7		0,6		-0,1 p.p.	
TOTAL (1+2)	950 954	100,0	1 467 464	100,0	516 510	54,3
% do Ativo ⁽¹⁾	27,9		36,1		8,2 p.p.	
3. Imparidade						
Obrigações	4 035	32,7	5 147	34,8	1 112	27,6
Ações	1 453	11,8	1 501	10,1	48	3,3
Fundos de Investimento Mobiliários	6 863	55,6	8 170	55,1	1 307	19,0
TOTAL 3	12 351	100,0	14 818	100,0	2 467	20,0
TOTAL LÍQUIDO	938 603		1 452 646		514 043	54,8
% do Ativo	27,6		35,7		8,1 p.p.	

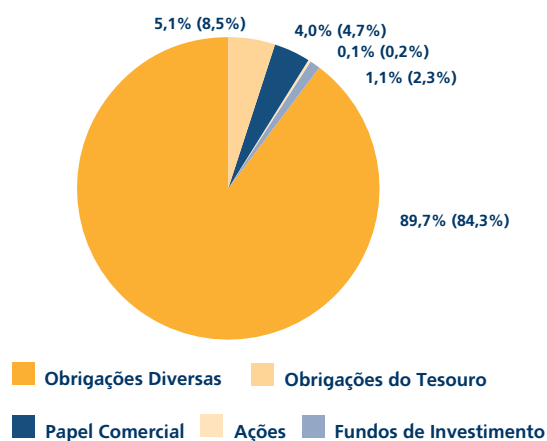
Nota: Inclui o montante de Juros Corridos de Obrigações.

(1) O valor total do Ativo Líquido, de 2012, foi reexpresso em consequência da alteração da Política Contabilística das Propriedades de Investimento.

Em 2013, salienta-se o acréscimo das aplicações financeiras em títulos de rendimento fixo, nomeadamente, obrigações, com um horizonte temporal entre os três e os cinco anos. A dinamização das aplicações financeiras de mais curto prazo, nomeadamente, através de subscrições de papel comercial, foi paralelamente uma importante alternativa de investimento seguida ao longo do ano.

Não se registaram alterações muito significativas na estrutura da carteira de obrigações por classes de notação de *rating* dos emitentes.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ATIVOS 2013 (2012)



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSE DE RATING

(milhares de euros)

CLASSES DE RATING	2012		2013	
	Valor	%	Valor	%
AA-	1 470	0,2	0	0,0
A+	754	0,1	0	0,0
A	980	0,1	0	0,0
A-	15 281	1,7	81	0,0
BBB+	10 310	1,2	5 879	0,4
BBB	21 530	2,4	20 888	1,5
BBB-	9 172	1,0	12 950	0,9
<BBB-	756 349	85,2	1 239 525	90,0
NR	71 815	8,1	99 184	7,2
TOTAL	887 661	100,0	1 378 507	100,0

Nota: Exclui-se o montante de Juros Corridos.

A natureza dos ativos sob gestão e o perfil de responsabilidades de cada modalidade são os critérios de base na alocação dos títulos em carteira pelas várias modalidades e fundos autónomos. Em termos de gestão financeira de carteiras, continuou a privilegiar-se a alocação de títulos na carteira de investimento (*available for sale*) e, sobretudo, na carteira a vencimento (*held to maturity*), com destaque para as obrigações de caixa subscritas para cobertura das responsabilidades da modalidade de Montepio Capital Certo. No que respeita à carteira de títulos classificados ao justo valor em resultados (*fair value option*) e à carteira de negociação (*trading*), continuam ambas a ter uma representatividade pouco expressiva na estrutura global da carteira de títulos.

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Carteira		Imparidade		Variação	
	2012	2013	2012	2013	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Disponíveis para Venda	708 092	807 895	12 351	14 818	99 803	2 467
Obrigações do Tesouro	60 401	75 086			14 685	
Obrigações Diversas	603 617	662 113	4 035	5 147	58 496	1 112
Papel Comercial	18 490	44 448			25 958	
Ações	2 937	2 996	1 453	1 501	59	48
Fundos de Investimento	22 647	23 252	6 863	8 170	605	1 307
Detidos até à Maturidade	229 242	638 152			408 910	
Obrigações Diversas	214 235	625 238			411 003	
Papel Comercial	15 007	12 914			-2 093	
Classific. Justo Valor em Resultados	12 219	16 009			3 790	
Obrigações	12 219	16 009			3 790	
Negociação	1 401	5 408			4 007	
Ações	0	154			154	
Obrigações	1 224	5 208			3 984	
Derivados	177	46			-131	
TOTAL	950 954	1 467 464	12 351	14 818	516 510	2 467

Durante o ano de 2013, a carteira de títulos proporcionou um rendimento líquido de cerca de 72,0 milhões de euros (58,9 milhões de euros em 2012), facto que contribuiu para melhorar, de forma significativa, a taxa média global de rentabilidade dos ativos financeiros em gestão. Para além dos proveitos obtidos com as aplicações financeiras de tesouraria de curto prazo que foram realizadas ao longo do ano, este efeito explica-se, particularmente, pelos resultados que foram obtidos com a alienação de obrigações.

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA INSTITUCIONAL NA CAIXA ECONÓMICA

A Associação Mutualista reforçou a Participação Financeira Institucional no montante total de 205 milhões de euros em 2013, através de duas operações, a primeira, realizada em setembro (100 milhões de euros) e a segunda (105 milhões de euros) no mês de novembro. A Participação Financeira Institucional passou, deste modo, de 1 295 milhões de euros, em 2012, para 1 500 milhões de euros, no final de 2013.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS

Durante o ano de 2013, destacam-se, como principais ocorrências na carteira de Participações Financeiras, as seguintes:

- A participação no aumento de capital da empresa Nova Câmbios, no montante de 300 mil euros;
- A participação na constituição de uma nova sociedade já referida – a Montepio Seguros, SGPS, no montante de 72,5 milhões de euros. A participação da Associação Mutualista nesta operação foi realizada em espécie, mediante a transferência das ações detidas nas sociedades Futuro, Lusitania Vida, Lusitania-Companhia de Seguros e Montepio Mediação, da qual resultou um ganho de 36,8 milhões de euros (tendo por base o valor de avaliação de cada um destas sociedades).

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE MONTEPIO SEGUROS, SGPS

A nova sociedade do Grupo Montepio foi constituída com um capital de 137,75 milhões de euros, sendo a participação da Associação Mutualista de 52,63%.

O rendimento proporcionado pela carteira de Participações Financeiras melhorou relativamente ao ano anterior, tendo-se obtido, no final do exercício, um rendimento acumulado de 4,1 milhões de euros (1,5 milhões de euros em 2012). É de realçar o aumento dos rendimentos distribuídos pela Montepio Gestão de Ativos e, também, pela primeira vez, os rendimentos provenientes da sociedade Finibanco Vida.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E SEUS RENDIMENTOS

(milhares de euros)

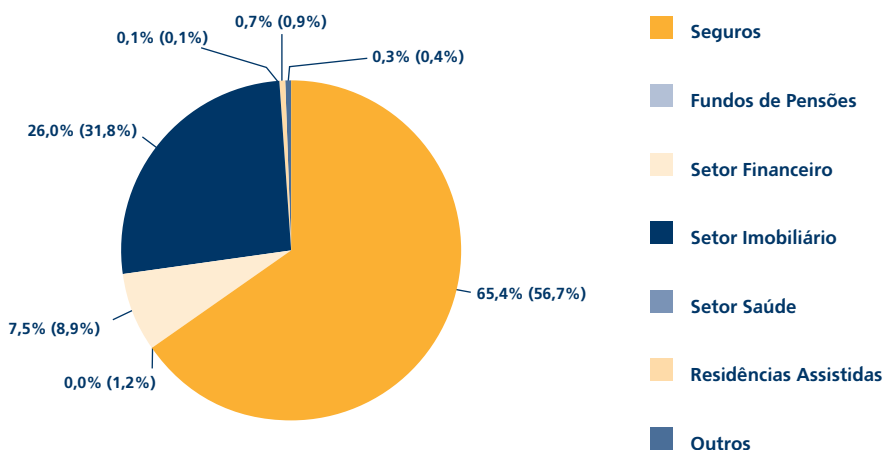
DESIGNAÇÃO	2012				2013			
	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%
Participações Financeiras de Capital								
Investimentos em Subsidiárias (>50% Capital)	78 381	46,6	459	29,9	124 837	60,8	3 117	75,1
MONTEPIO GESTÃO DE ATIVOS	1 331	0,8	277	18,0	1 331	0,7	1 773	42,7
FUTURO	1 963	1,2	182	11,9	0	0,0	219	5,3
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	23 769	14,1			0	0,0		
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	1 530	1,1			1 530	0,8		
FINIBANCO VIDA – Companhia de Seguros	17 665	10,5			17 665	8,6	1 125	27,1
MONTEPIO MEDIAÇÃO – Soc. Med. de Seguros	313	0,2			0	0,0		
MONTEPIO IMÓVEIS	1 505	0,9			1 505	0,7		
LESTINVEST, SGPS	13 194	7,9			13 195	6,4		
BOLSIMO	15 119	9,0			15 119	7,4		
GERMONT	1 700	1,0			1 700	0,8		
MG INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	50	0,0			50	0,0		
LEACOCK	242	0,1			242	0,1		
MONTEPIO SEGUROS, SGPS	0	0,0			72 500	35,3		
Investimentos em Associadas (<50% Capital)	10 970	6,6	1 078	70,1	1 623	0,8	1 031	24,9
LUSITANIA – VIDA	9 647	5,8	904	58,9	0	0,0	987	23,8
NEBRA ENERGIAS RENOVÁVEIS	611	0,4			611	0,3		
NOVACÂMBIOS	227	0,1	11	0,7	527	0,3	11	0,3
SAGIES	97	0,1	52	3,3	97	0,0	24	0,6
SILVIP	308	0,2	111	7,2	308	0,2	9	0,2
SOCIEDADE BEM COMUM	80	0,0			80	0,0		
Subtotal	89 351	53,2	1 537	100,0	126 460	61,6	4 148	100,0
Empréstimos Concedidos								
MONTEPIO SEGUROS, SGPS	43 750	26,0			43 750	21,3		
BOLSIMO	35 000	20,8			35 000	17,1		
Subtotal	78 750	46,8			78 750	38,4		
TOTAL	168 101	100,0	1 537	100,0	205 210	100,0	4 148	100,0

Nota: Exclui o montante de Imparidades constituído.

Como habitualmente, foram efetuados, no final do ano, testes de imparidade ao valor dos ativos das empresas participadas pela Associação Mutualista, tendo-se concluído ser necessário reforçar os níveis de imparidade na sociedade Lestinvest, SGPS, em 7,2 milhões de euros e na Montepio Imóveis, em 35 mil euros.

O setor de seguros e o setor imobiliário continuam a ser os mais representativos no perímetro de exposição da Associação Mutualista, atendendo ao valor das posições detidas nas empresas participadas desses setores.

EXPOSIÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS PARTICIPADAS 2013 (2012)

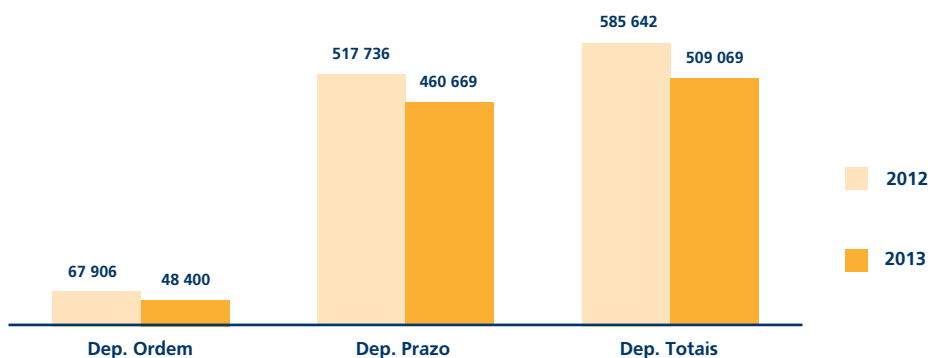


DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A diminuição observada, em termos homólogos, no montante de depósitos bancários está relacionada com uma maior apetência por aplicações financeiras em títulos de dívida. O valor acumulado de 509,1 milhões de euros, com que se encerrou o ano de 2013 (incluindo os juros corridos dos depósitos a prazo) representa, ainda assim, cerca de 12,5% do volume total do ativo da Associação Mutualista (17,2%, em 2012, de acordo com o valor do ativo reexpresso).

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

(milhares de euros)



ATIVOS TANGÍVEIS E OUTROS ATIVOS

Os ativos tangíveis dizem respeito a bens do Património Histórico, terrenos para construções e equipamento básico e administrativo.

Os Outros Ativos englobam os valores a receber de devedores diversos, nomeadamente quotizações de associados.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

O número de novos contratos de Empréstimos a Associados realizados durante o ano de 2013 desceu ligeiramente comparativamente com o ano anterior (274 novos contratos em 2012 e 92 em 2013) tendo, no total, sido confirmados 2 008 contratos. Foram concedidos cerca de 5,6 milhões de euros, mais 1,1 milhões de euros do que em 2012, com reflexo positivo no montante médio por contrato. Em termos acumulados, o montante de empréstimos concedidos aumentou para 4,1 milhões de euros, com os empréstimos sobre capitais a apresentarem uma maior representatividade, facto directamente relacionado com as elevadas subscrições nas modalidades de capitalização (Montepio Poupança Complementar e Montepio Capital Certo).

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

DESIGNAÇÃO	2012	2013	Variação
			(unidades)
Número de Contratos Novos	1 916	2 008	92
Sobre Reservas Matemáticas ⁽¹⁾	920	905	-15
Sobre Capitais	996	1 103	107
			(milhares de euros)
Montante de Contratos Novos	4 565	5 620	1 055
Sobre Reservas Matemáticas	1 542	1 722	180
Sobre Capitais	3 023	3 898	875
			(râcios)
Montante médio por contrato novo	2,4	2,8	0,4
Sobre Reservas Matemáticas	1,7	1,9	0,2
Sobre Capitais	3,0	3,5	0,5
			(milhares de euros)
Montante Acumulado	3 251	4 083	832
Sobre Reservas Matemáticas	1 072	1 262	190
Juros Corridos	3	4	1
Sobre Capitais	2 169	2 808	639
Juros Corridos	7	9	2

(1) Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis.

9.3. PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

Relativamente ao ano de 2012, o valor do passivo apresentou um crescimento de 21,1% (14,8% em 2012), ou seja, um aumento homólogo de 594,6 milhões de euros. Esta evolução está directamente relacionada com o sucessivo acréscimo do volume de responsabilidades nas modalidades de capitalização, com destaque para as subscrições provenientes da Modalidade de Montepio Capital Certo (em 2013, foram emitidas quinze novas séries que permitiram captar cerca de 576 milhões de euros). De referir, no entanto, também, o reforço do montante de reservas matemáticas em algumas modalidades de previdência como, por exemplo, as modalidades Montepio Proteção 5 em 5 e Montepio Proteção Sub-25 que, ao longo de 2013, contribuíram para a dinâmica associativa e a captação de poupanças.

Relativamente à redução de algumas componentes do passivo, destaca-se a cessação de dois contratos *swaps* de taxa de juro (valorizados e classificados na rubrica de Passivos Financeiros detidos para Negociação) e, ainda, para a liquidação financeira da Prestação Suplementar na Lusitania Companhia de Seguros (14 milhões de euros).

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PROVISÕES	2 796 522	99,1	3 411 180	99,8	614 658	22,0
PROVISÕES JUDICIAIS EM CURSO	69	0,0	629	0,0	560	811,6
PROVISÕES ESPECÍFICAS DO SETOR	2 719 874	96,4	3 336 727	97,6	616 853	22,7
Estatutárias	2 626 460	93,0	3 226 045	94,4	599 585	22,8
Rendas Vitalícias	16 718	0,7	16 705	0,5	-13	-0,1
Rendas Temporárias	297	0,0	389	0,0	92	31,0
Atuariais	76 398	2,7	93 588	2,7	17 190	22,5
SUBVENÇÕES E MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	76 579	2,7	73 824	2,2	-2 755	-3,6
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	5 361	0,2	0	0,0	-5 361	-
OUTROS PASSIVOS	21 107	0,7	6 390	0,2	-14 717	-69,7
TOTAL	2 822 990	100,0	3 417 570	100,0	594 580	21,1

A alteração da política contabilística de valorização das propriedades de investimento levou ao reajustamento das demonstrações financeiras do exercício de 2012, o que originou uma valorização patrimonial, cujo reflexo contabilístico foi registado na rubrica de Resultados Transitados e que será distribuído pelas modalidades e fundos da Associação Mutualista durante o ano de 2014. As Reservas apresentaram uma evolução positiva, em particular as reservas de reavaliação de títulos, devido à anulação do montante de reservas negativas na sequência das operações de venda de obrigações subordinadas, realizadas durante o ano de 2013.

A variação observada nos Resultados Líquidos e nos Fundos Próprios contribuiu, também, para a evolução positiva de 12,3% apresentada pelo montante dos capitais próprios em 2013, com mais 71,3 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

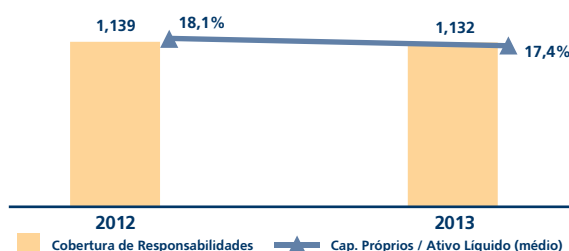
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDO SOCIAL	175 923	30,4	176 420	27,1	497	0,3
FUNDOS PRÓPRIOS	108 684	18,7	117 711	18,1	9 027	8,3
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	197	0,0	270	0,0	73	37,0
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	52 370	9,0	57 067	8,8	4 697	9,0
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	970	0,2	989	0,2	19	2,0
FUNDO GARANTIA DE PAGAMENTO DE ENCARGOS	54 776	9,5	59 033	9,1	4 257	7,8
FUNDO SERV. CLÍNICOS – MONTEPIO EGITANIENSE	371	0,1	352	0,1	-19	-5,1
EXCEDENTES TÉCNICOS	67 239	11,6	58 709	9,0	-8 530	-12,7
RESERVAS	212 475	36,7	273 093	42,1	60 618	28,5
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-31 505	-5,4	9 924	1,5	41 429	131,5
RESERVAS LEGAIS	218 000	37,6	229 405	35,3	11 405	5,2
OUTRAS RESERVAS	25 980	4,5	33 764	5,2	7 784	30,0
RESULTADOS TRANSITADOS ⁽¹⁾	108 934	18,8	130 777	20,0	21 843	20,1
RESULTADOS LÍQUIDOS ⁽¹⁾	82 193	14,2	70 271	10,8	-11 922	-14,5
OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	0	0,0	247	0,0	247	0,0
TOTAL	579 526	100,0	650 808	100,0	71 282	12,3

(1) Valores reexpressos, do ano 2012, na sequência da alteração da política contabilística das Propriedades de Investimento.

Como consequência da evolução positiva das rubricas de capital próprio, em particular da rubrica de Reservas, os indicadores de solidez financeira da Associação Mutualista mantiveram-se em níveis ajustados ao perfil da instituição e em linha com as metas estratégicas. O comportamento do indicador de Cobertura de Responsabilidades reflete o acréscimo do montante de Fundos Próprios e Reservas para fazer face às responsabilidades dos associados e traduz a capacidade de solvabilidade da Associação Mutualista para responder de forma equilibrada aos compromissos assumidos a médio e longo prazo.

NÍVEIS DE SOLIDEZ FINANCEIRA



9.4. RECEITAS ASSOCIATIVAS

O volume total de Receitas Associativas registado, no final de 2013, ascendeu a 875,1 milhões de euros, o que traduz um crescimento homólogo de 17,7%. Este aumento teve origem, sobretudo, nos capitais recebidos das modalidades de capitalização, em particular, na modalidade Montepio Capital Certo (através da emissão de quinze novas séries durante o ano) e na modalidade Poupança Complementar, que voltou a apresentar um aumento significativo das entregas de capital. Por outro lado, nas modalidades de previdência foram as quotizações recebidas na modalidade Montepio Proteção 5 em 5 e, também, na modalidade Montepio Proteção Sub 25 que mais contribuíram para o aumento das receitas associativas.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

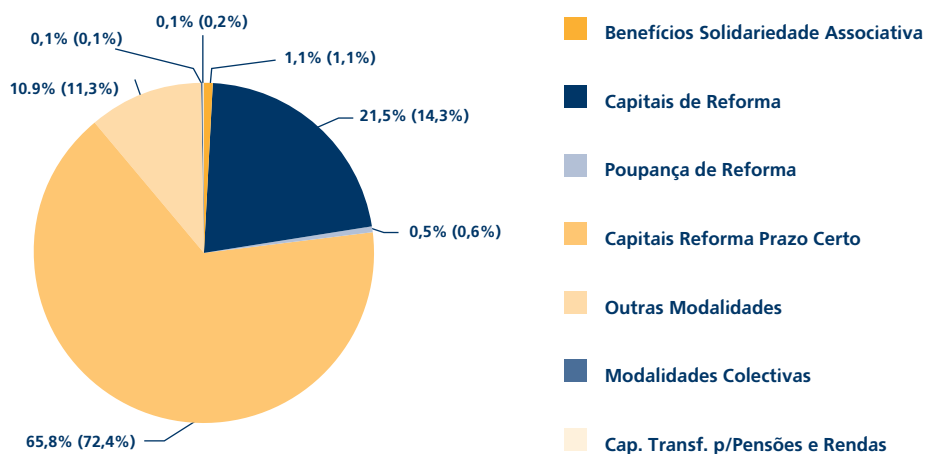
MODALIDADES	2012	2013	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	8 409	9 515	1 106	13,2
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	733 364	864 141	130 777	17,8
2.1. <i>Poupança Complementar (Capitais de Reforma)</i>	106 163	187 802	81 639	76,9
2.2. <i>Poupança de Reforma</i>	4 493	4 580	87	1,9
2.3. <i>Montepio Capital Certo</i>	538 436	575 743	37 307	6,9
2.4. <i>Outras Modalidades</i>	84 272	96 015	11 743	13,9
Das quais:				
Montepio Proteção 5 em 5	29 432	40 698	11 266	38,3
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	23 822	22 351	-1 471	-6,2
Montepio Proteção Sub 25	3 891	5 302	1 411	36,3
Capitais p/ Jovens	2 069	1 847	-222	-10,7
Montepio Pensões de Reforma	964	1 238	274	28,4
Montepio Proteção Encargos ⁽¹⁾	22 506	22 976	470	2,0
3. MODALIDADES COLETIVAS	609	360	-249	-40,9
4. CAPITAIS TRANSFERIDOS P/PENSÕES E RENDAS	1 322	1 05	-269	-20,3
5. TOTAL (1) + (2) + (3) + (4)	743 704	875 068	131 364	17,7

Nota: Excluem-se os capitais recebidos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, uma vez que não são consideradas modalidades associativas.

(1) Com o Novo Regulamento de Benefícios, em vigor desde Novembro de 2013, esta rubrica passou a englobar as Modalidades «Proteção Crédito à Habitação», «Proteção Crédito Individual» e «Proteção Outros Encargos» (em substituição das antigas modalidades de «Garantia de Pagamento de Encargos»: GPE1988, GPE I e GPE II).

A estrutura das receitas associativas apresenta a seguinte distribuição:

ESTRUTURA DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS 2013 (2012)



9.5. BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

Em valor, o montante total de benefícios vencidos e de reembolsos aumentou, em termos homólogos, 22,3 milhões de euros. Destaca-se o maior volume de reembolsos na modalidade de Montepio Capital Certo (+101,0 milhões de euros), influenciado pelo vencimento de três séries ocorrido ao longo do ano. Ao invés, na modalidade de Poupança Complementar verificou-se uma redução dos capitais reembolsados (-68,9 milhões de euros), invertendo, deste modo uma tendência que vinha sendo observada nos últimos anos.

Ao nível das modalidades de previdência verificou-se, em termos globais, uma redução dos vencimentos de frações de capital em -5,5 milhões de euros. A modalidade de Capitais de Previdência Diferidos com Opção (-10,6 milhões de euros de vencimentos) e a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (+5,3 milhões de euros de capitais vencidos) foram as modalidades, com vencimento de frações programados, que mais contribuíram para este comportamento.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

DESIGNAÇÃO	2012		2013		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	6 981	9 580	7 915	10 168	588	6,1
Valores Subscritos	6 981	5 330	7 915	5 892	562	10,5
Subvenções e Melhorias		4 250		4 276	26	0,6
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	40 885	49 428	35 561	43 451	-5 977	-12,1
Valores Subscritos	40 885	46 950	35 561	41 500	-5 450	-11,6
Subvenções e Melhorias		2 478		1 951	-527	-21,3
REEMBOLSOS	146 381	252 118	118 392	282 247	30 129	12,0
OUTROS CUSTOS	7 806	18 858	8 882	16 401	-2 457	-13,0
TOTAL	202 053	329 984	170 750	352 267	22 283	6,8

Nota: Excluem-se os capitais pagos de Rendias Vitalícias e Rendias Temporárias, uma vez que estes produtos não são considerados modalidades associativas.

Comparativamente com o ano anterior é de referir, ainda, um decréscimo no número de processos relativos aos reembolsos, nomeadamente das modalidades de capitalização, pese embora o elevado montante de reembolsos verificado e, também, o maior número de séries emitido da modalidade de Montepio Capital Certo.

A Associação Mutualista distribuiu, no ano de 2013, por conta dos resultados obtidos no ano anterior, uma taxa de melhorias de benefícios de 0,5% às Modalidades de Previdência com taxa técnica de 3% (1,0% em 2012) – de acordo com o Artigo 18.º dos Estatutos e com o Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas. O custo das melhorias atribuído foi de 409 mil euros (584 mil euros em 2012).

Relativamente às Modalidades de Capitalização (exceto a modalidade Montepio Capital Certo), foi distribuída uma taxa anual global de rendimento idêntica à do ano anterior, ou seja, de 3,25%, composta pelas seguintes componentes:

- Taxa de Rendimento Anual Mínimo (entre 0,579% e 0,281%);
- Taxa de Rendimento Anual Complementar (de 2,671% a 2,969%).

Como habitualmente e, nos termos regulamentares, as Modalidades com Fundo Disponível negativo e/ou com dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral não beneficiaram da atribuição de taxa de melhorias de benefícios e de taxa de rendimento anual complementar.

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

No final do ano de 2013, encontravam-se registados 386 rendistas e contabilizadas 714 rendas vitalícias (imediatas, diferidas e a termos certos), das quais 24 rendas referem-se a novas rendas constituídas no ano. O montante de capitais recebidos em Rendas Vitalícias foi superior ao do ano anterior.

Relativamente à subscrição de Rendas Temporárias (imediatas e a termos certos) foram constituídas mais duas rendas que em 2012, embora o montante de capitais recebidos tenha sido inferior. No final do ano, encontravam-se registados 8 rendistas.

Em termos de capitais pagos, o montante foi sensivelmente inferior ao do ano anterior, com redução nas Rendas Vitalícias.

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

RUBRICAS	Capitais Recebidos (m€)		Capitais Pagos (m€)		Número Total de Rendas	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Rendas Vitalícias	267	1 103	2 444	2 347	713	714
Rendas Temporárias	304	110	13	33	5	7

As rendas vitalícias com taxa técnica de 3%, constituídas até dezembro do ano anterior, foram atualizadas, de acordo com o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos, em 0,5% (1,0% em 2012). O custo desta atualização foi de 21,4 mil euros, em 2013, que compara com o custo de 40,63 mil euros, que tinha sido atribuído em 2012.

9.6. RESULTADOS

A Associação Mutualista encerrou o exercício de 2013 com um Resultado Líquido acumulado de 70,3 milhões de euros, superior ao que tinha sido obtido em 2012, de 60,4 milhões de euros, embora abaixo do valor reexpresso de 2012, por via da alteração contabilística (82,2 milhões de euros).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2012 Reexpresso	2013	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Proveitos Inerentes a Associados	747 433	879 306	131 873	17,6
Custos Inerentes a Associados	-332 316	-354 647	-22 331	-6,7
1. Margem da Atividade Associativa	415 117	524 659	109 542	26,4
Redução de Reservas Matemáticas	325 585	353 144	27 559	8,5
Aumento de Reservas Matemáticas	-774 144	-928 521	-154 377	-19,9
2. Variação de Provisões Técnicas	-448 559	-575 377	-126 818	-28,3
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	18 366	5 875	-12 491	-68,0
Outros Rendimentos e Ganhos (¹)	40 751	65 546	24 795	60,8
Outros Gastos e Perdas	-4 772	-22 462	-17 690	-370,7
4. Outros Resultados de Exploração	35 979	43 084	7 105	19,7
5. Juros e Outros Rendimentos Similares	52 689	74 079	21 390	40,6
6. Custos e Perdas de Financiamento	-1 365	-282	1 083	79,3
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor, através de Resultados	2 991	3 341	350	11,7
8. Resultados de Ativos Financeiros disponíveis para Venda	25 287	18 707	-6 580	-26,0
9. Custos com Pessoal	0	-2 674	-2 674	-
10. Gastos Gerais Administrativos	-9 992	-10 706	-714	-7,1
11. Gastos de Depreciação e Amortização (¹)	0	-9	-9	-
12. Provisões do Exercício	-69	-559	-490	-710,1
13. Imparidade Líquida de Reversões	-8 251	-9 867	-1 616	-19,6
Outros Ativos	-7 110	-7 400	-290	-4,1
Ativos Financeiros	-1 141	-2 467	-1 326	-116,2
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	82 193	70 271	-11 922	-14,5

(1) Rubricas reexpressas, em 2012, na sequência da alteração da política contabilística das Propriedades de Investimento.

Para o resultado apurado no exercício de 2013, foi determinante a evolução das seguintes rubricas:

- Dinâmica da atividade, com aumento da Margem da Atividade Associativa em cerca de 110 milhões de euros;
- Reforço das reservas matemáticas atuariais (17,2 milhões de euros), na sequência do teste de adequabilidade das responsabilidades realizado no final do ano. Aumento do rendimento mínimo garantido das modalidades de capitalização, em benefício dos seus subscritores (43,3 milhões de euros em 2013 e 24,3 milhões de euros em 2012);
- Outros Resultados de Exploração, de 43,1 milhões de euros, englobando ganhos com Associadas e Subsidiárias, no montante de 36,8 milhões de euros, decorrentes da operação de troca de participações financeiras para constituição da nova sociedade «Montepio Seguros, SGPS» e perdas de justo valor com a avaliação das Propriedades de Investimento, no montante de 16,4 milhões de euros.
- Aumento significativo da componente de Juros e Outros Rendimentos Similares em 21,4 milhões de euros, devido essencialmente ao acréscimo dos proveitos inerentes à gestão da carteira de obrigações e, também, pela maior diversificação da política de investimentos assente na dinamização de aplicações de curto prazo (depósitos a prazo e papel comercial);
- Aumento dos Custos Administrativos, com a imputação dos Custos com Pessoal dos órgãos sociais da Associação Mutualista e, também, dos Gastos Gerais Administrativos, nomeadamente, de informática, campanhas publicitárias e despesas com estudos e consultas;
- Reforço da Imparidade, designadamente em Participações Financeiras, no montante de 7,2 milhões de euros.

10. Propostas

10.1. PROPOSTA DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL PARA COBERTURA DOS SALDOS NEGATIVOS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

Considerando que algumas Modalidades apresentaram, no exercício de 2013, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com os Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (art.º 59), «quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral», propõem-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 3 590 278,69 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo dos resultados do Fundo Montepio Egitanense, por via do recurso ao seu Fundo Próprio, no montante de 30 663,59 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos nas respetivas modalidades, no montante de 10 942 044,71 euros.

Fundo Permanente da Respetiva Modalidade

(Euros)

– Excedentes Técnicos

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2011-2016 – 12.ª Série)	35 795,67
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas – 4% (‘)	799 485,19
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas – 4% TV 88/90 (‘)	651 959,29
Pensão p/ Deficientes – 4%	50 517,60

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Pensão de Reforma + Restituição de Quotas – 6% (‘)	2 052 520,94
--	--------------

Subtotal

3 590 278,69

Fundo Próprio do Respetivo Fundo Autónomo

(Euros)

– Fundo Próprio

(O existente nos respetivos Fundo Próprio para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)

Fundo Montepio Egitanense	30 663,59
---------------------------	-----------

Subtotal

30 663,59

Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)	
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização 6% (*)	425 051,87
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização 4% (*)	6 763 007,54
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas – 6%	3 753 985,30
Subtotal	10 942 044,71
TOTAL	14 562 986,99

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

10.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração:

- A transferência de 3 590 278,69 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 30 663,59 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 10 942 044,71 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura de Fundos Disponíveis;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias, Outros Fundos e, também, pelo rendimento do Fundo de Reserva Geral, no montante total de 70 270 645,42 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 84 833 632,41 euros, relativamente ao qual se propõe o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

– Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:		9 050 245,49
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (67% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)		
Modalidades Individuais		
Montepio Proteção Crédito à Habitação	9 225 572,97	
Montepio Proteção Outros Encargos	233 632,14	
Montepio Proteção Crédito Individual	5 306,70	9 464 511,81
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)		
Modalidades Individuais		
Montepio Proteção Vida – 3%	2 904,65	
Montepio Proteção 5 em 5 – 3%	54 464,87	
Montepio Proteção 18-30 – 3%	11 387,59	
Montepio Pensões de Reforma – 3%	3 485,25	
Montepio Proteção Invalidez – 3%	105,53	
Capitais de Garantia	9 373,87	
Quotas para Invalidez – Modalidades Coletivas	98,18	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas – 3%	69,49	
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	73,05	
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	20,92	
Capitais de Previdência – 4%	73 905,09	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	259 598,09	
Capitais para Jovens – 4%	100 268,95	
Capitais para Estudos – 4%	19 476,58	

Subsídio por Morte – 4%	2 832,82		
Capitais de Previdência a Prazo – 4%	7 816,56		
Pensões de Sobrevivência e Dotes – 4%	63 657,80		
Capital Temporário de Invalidez – 4%	1 175,25		
Rendas de Sobrevivência – 4%	887,12		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional – 4%	343,98		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas – 4%	21,39		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas – 4%	988,80		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional – 4%	131,91		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	1 124,43		
Montepio Poupança Reforma	373 680,40		
Montepio Poupança Complementar	1 536 675,73		
Modalidades Coletivas			
Capitais Coletivos	15 309,38		
Rendas Vitalícias e Pensões Modalidades de Capitalização – 3% (*)	17 668,57		
Rendas Temporárias – 3%	506,15		
Fundos Diversos			
Fundo Bolsas de Estudos	922,59		
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (10% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis da seguinte Modalidade)			
Modalidades Individuais			
Montepio Capital Certo	606 118,76	3 165 093,75	21 679 851,05

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Para os Fundos Permanentes das Respetivas Modalidades e Rendas:

(Euros)

– (Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Excedentes Técnicos:			
Montepio Proteção Vida – 3%	55 188,33		
Montepio Proteção 5 em 5 – 3%	1 034 832,55		
Montepio Proteção 18 – 30 – 3%	216 364,13		
Montepio Pensões de Reforma – 3%	66 219,71		
Montepio Proteção Invalidez – 3%	2 005,05		
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas – 3%	1 320,39		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	1 387,94		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	397,52		
Capitais de Previdência – 4%	1 404 196,74		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	4 932 363,63		
Capitais para Jovens – 4%	1 905 110,08		
Capitais para Estudos – 4%	370 054,98		
Subsídio por Morte – 4%	53 823,58		
Capitais de Previdência a Prazo – 4%	148 514,56		
Pensões de Sobrevivência e Dotes – 4%	1 209 498,16		
Capital Temporário de Invalidez – 4%	22 329,69		
Rendas de Sobrevivência – 4%	16 855,31		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional – 4%	6 535,64		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas – 4%	406,34		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas – 4%	18 787,17		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional – 4%	2 506,36		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	21 364,22		
Rendas Temporárias – 3%	9 616,90		
Rendas Vitalícias e Pensões Modalidades de Capitalização – 3% (*)	335 702,76	11 835 381,74	

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Para os Fundos Próprios das Respetivas Modalidades e Outros Fundos:

(Euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Modalidades de Capitalização			
Modalidades Individuais			
Montepio Poupança Complementar	29 196 838,87		
Capitais de Garantia	178 103,52		
Montepio Poupança Reforma	7 099 927,54		
Montepio Capital Certo	5 455 068,55		
Quota para Invalidez – Modalidades Coletivas	1 865,46		
Modalidades Coletivas			
Capitais Coletivos	290 878,21	42 222 682,15	
– Fundo de Solidariedade Associativa		4 353 178,57	
– Fundo de Administração		63 384,55	
– Fundo Bolsas de Estudo		17 529,14	
– Montepio Proteção Crédito à Habitação		4 543 938,92	
– Montepio Proteção Outros Encargos		115 072,54	
– Montepio Proteção Crédito Individual		2 613,75	51 318 399,62
TOTAL			84 833 632,41

10.3. PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL E DOS EXCEDENTES TÉCNICOS

Dando cumprimento ao n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, segundo o qual «o Fundo de Reserva será ressarcido dos valores que tenham sido utilizados para completar os Fundos Disponíveis», propõe-se que seja efetuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

Capitais para Estudos – 4%	107 359,02	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas – 4%	1 423,74	
TOTAL		108 782,76

Por outro lado, e dando seguimento ao processo iniciado no ano de 2005, voltou a efetuar-se um teste de adequação às responsabilidades das modalidades actuariais, baseado em pressupostos mais adequados à realidade. Os cálculos efetuados, no final do ano, demonstraram que algumas modalidades podem libertar reservas matemáticas constituídas no ano anterior.

Em face disto, propõe-se que seja efetuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

– Para Excedentes Técnicos das seguintes Modalidades		
Capitais Diferidos c/ Opção – 4%	2 671 191,34	
Capitais p/ Jovens – 4%	1 020 756,30	
Capitais p/ Estudos – 4%	262 695,96	
Capitais Previdência a Prazo – 4%	54 806,62	
Pensão Sobrevivência e Dotes – 4%	489 439,53	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas – 4%	12 090,46	
TOTAL		4 510 980,21

10.4. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL DO VALOR DOS EXCEDENTES TÉCNICOS DAS SÉRIES ENCERRADAS DA MODALIDADE MONTEPIO CAPITAL CERTO

Por encerramento das Séries da Modalidade Montepio Capital Certo, emitidas no ano de 2007 e vencidas no ano de 2012, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas Séries, propõe-se a transferência dos seguintes valores para o Fundo de Reserva Geral:

		(Euros)
– Para o Fundo de Reserva Geral		
Montepio Capital Certo (Série 2007-2012 – 1.ª Série)	8 716,05	
Montepio Capital Certo (Série 2007-2012 – 2.ª Série)	31 398,89	
Montepio Capital Certo (Série 2007-2012 – 3.ª Série)	20 090,99	
TOTAL		60 205,93

10.5. PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo da Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, propõe-se que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2013:

MODALIDADES	(%)
Montepio Poupança Complementar	0,290
Montepio Poupança Reforma	0,290
Modalidades Coletivas	0,290
Montepio Capital Certo	0,420
Modalidades de Proteção Encargos	1,000
Restantes Modalidades, Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias	0,200

10.6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Propõe-se que sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de Dezembro de 2013), às seguintes modalidades:

– Modalidades com Taxa Técnica de 6%	0,00%
– Modalidades com Taxa Técnica de 4%	0,00%
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%	0,50%

O custo das Melhorias a atribuir aos Associados será o seguinte:

(Euros)

(Dotação nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos e 53.º do Código das Associações Mutualistas)	
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%	
Montepio Proteção Vida	3 738,02
Montepio Proteção 5 em 5	380 282,45
Montepio Proteção 18-30	83 955,08
Montepio Pensões de Reforma	19 626,21
Pensões de Capitais de Reforma (*)	28 665,71
Pensões de Poupança Reforma (*)	416,57
Montepio Proteção Invalidez	18,00
TOTAL	516 702,04

(*) Modalidades geridas em conjunto com as Rendas Vitalícias, a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Todas as Modalidades e Rendas que apresentem um Saldo anual negativo dos Fundos Disponíveis, ou tenham dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral, ou Saldo anual positivo dos Fundos Disponíveis, apenas, por via da Libertação de Provisões atuariais decorrentes do teste de adequação de responsabilidades, não beneficiam de atribuição de Melhorias.

10.7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

Considerando o volume dos excedentes técnicos existentes no Fundo das Rendas Vitalícias 3% e o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2012 sejam atualizadas em 0,5% (22 357,46 euros).

No que diz respeito ao Fundo de Rendas Temporárias 3%, considerando o volume dos excedentes técnicos existentes, propõe-se, também, que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2012 sejam atualizadas em 0,5% (1 396,71 euros).

10.8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO ANUAL COMPLEMENTAR ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando:

- o resultado anual gerado pelas Modalidades Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos, deduzido dos respetivos rendimentos mínimos anuais garantidos e da comparticipação para o Fundo de Administração;
- as dotações para o Fundo de Reserva Geral.

Para garantir a cada Modalidade uma taxa global de 3,25%, propõe-se a atribuição do seguinte rendimento anual complementar:

– Montepio Poupança Reforma	3,198%
– Montepio Poupança Complementar	3,198%
– Capitais Coletivos	3,198%

De forma a atribuir uma taxa global de rentabilidade de 3,25% às modalidades de capitalização, prevê-se a necessidade dum recurso financeiro extraordinário de 9 milhões de euros na Modalidade de Poupança Complementar, montante que poderá ser coberto através da Reserva de Estabilização de Resultados acumulada na Modalidade.

O excedente resultante, depois de atribuído o respetivo rendimento anual complementar aos subscritores de cada modalidade, deverá ser transferido para a Reserva de Estabilização de Resultados da modalidade.

10.9. PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS TRANSITADOS

Considerando o montante de Resultados Transitados, resultantes da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento da Associação Mutualista, no valor de 130 776 821,42 euros, propõe-se, de acordo com a estrutura de segregação da componente imobiliária pelas várias modalidades e fundos em gestão, a seguinte distribuição:

Para o Fundo de Reserva Geral

(Euros)

– Reserva Geral	6 142 984,20	
Subtotal		6 142 984,20

Para os Fundo Próprio, Reservas de Estabilização de Resultados das Modalidades e Outros Fundos

(Euros)

– Modalidades de Capitalização (Reserva de Estabilização de Resultados)		
Modalidades Individuais		
Montepio Poupança Complementar	92 021 123,69	
Montepio Poupança Reforma	2 963 802,06	
Modalidades Coletivas		
Capitais Coletivos	357 140,68	95 342 066,43
– Fundo de Solidariedade Associativa	2 993 749,45	
– Fundo Montepio Egitanense	23 234,37	
– Fundo Bolsas de Estudo	68 634,43	3 085 618,25
Subtotal		98 427 684,68

Para Excedentes Técnicos das seguintes Modalidades

(Euros)

Subsídio por Morte – 4%	132 481,95	
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional – 4%	2 776,64	
Capitais de Previdência a Prazo – 4%	257 389,78	
Capitais de Previdência – 4%	1 758 506,60	
Montepio Proteção Vida – 3%	89 523,38	
Capitais Previd. Diferidos c/ Opção – 4%	4 163 547,97	
Montepio Proteção 5 em 5 – 3%	3 718 562,26	
Capitais Previdência Cobertura Adicional – 4%	4 999,85	
Capitais para Estudos – 4%	188 797,58	
Capitais para Jovens – 45	2 230 827,99	
Montepio Proteção 18-30 – 3%	592 627,39	
Capitais Temporários por Invalidez – 4%	21 972,42	
Pensões de Reforma Adicional de Invalidez – 6%	19 735,83	
Pensões de Reforma Adicional de Invalidez – 4% TV 88/90	3 474,56	
Montepio Pensões de Reforma – 3%	298 925,71	
Pensão de Reforma – 6%	7 668 590,44	
Pensão de Reforma – 4%	605 136,02	
Pensão de Reforma TV 88/90 – 4%	857 108,98	
Pensões de Sobrevivência e Dotes – 4%	1 146 918,42	
Pensões para Deficientes – 4%	65 679,72	
Rendas de Sobrevivência – 4%	116 965,54	
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas – 4%	5 600,60	
Rendas Vitalícias + Pensões Modalidades de Capitalização 6% (*)	66 304,73	
Rendas Vitalícias + Pensões Modalidades de Capitalização 4% (*)	1 480 030,70	
Rendas Vitalícias + Pensões Modalidades de Capitalização 3% (*)	669 835,80	
Pensões/Rendas Modalidades Coletivas – 3%	39 831,68	26 206 152,54
Subtotal		26 206 152,54
TOTAL		130 776 821,42

(*) Modalidades geridas em conjunto com as Rendas Vitalícias, a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

10.10. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DO MONTANTE DE OUTRAS RESERVAS PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL

Considerando:

- o valor acumulado na rubrica de Outras Reservas, relativo à constituição periódica de Reservas para Obras em Imóveis que vinha sendo efetuada até ao final do ano de 2012;
- a recomendação de suspender este procedimento, de acordo com as diretrizes definidas pelas normas internacionais de contabilidade.

Propõe-se, de acordo com o princípio de segregação e de autonomia das modalidades e fundos da Associação Mutualista, a transferência desta verba (atualmente imputada ao Fundo Autónomo de Imóveis) para o Fundo de Reserva Geral:

(Euros)	
– Para o Fundo de Reserva Geral	
Outras Reservas (Reservas Periódicas em Imóveis)	1 998 843,26
TOTAL	1 998 843,26

10.11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RENDIMENTO A TRANSFERIR DA CAIXA ECONÓMICA

Considerando o disposto no Artigo 62.º dos Estatutos do MGAM, propõe-se que os Resultados que venham a ser transferidos para a Associação Mutualista, relativos ao exercício de 2013 da Caixa Económica Montepio Geral, após a devida deliberação pelos seus órgãos, sejam aplicados da seguinte forma:

- 3,25% para o Fundo de Solidariedade Associativa;
- 0,1% para o Fundo de Bolsas de Estudo;
- O remanescente para os Fundos Disponíveis das Modalidades, Rendas, Outros Fundos e Reserva Geral.

10.12. PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista em 1995, dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 1 000 000,00 euros.

11. Reconhecimento

Os diferentes enquadramentos económicos, regulamentares e sociais exigem às Organizações respostas adequadas às oportunidades e desafios que, em cada momento, se colocam, facilitando ou dificultando o cumprimento da sua missão.

No exercício que ora findou, caracterizado por um ambiente macroeconómico adverso, podemos afirmar que continuamos a ver reconhecido o projeto mutualista que desenvolvemos, destacando-se, como principais factos do desempenho do Montepio Geral – Associação Mutualista, o contínuo crescimento do número de associados num esforço de alargamento da resposta mutualista às necessidades dos indivíduos e das famílias, nos domínios da previdência complementar, da saúde e da qualidade de vida.

É, assim, devido um reconhecimento a todos os associados que nos privilegiam e distinguem com a sua preferência, e também a todos os que colaboram e contribuem com o seu desempenho profissional dedicado, para a dinâmica de crescimento do Montepio e de reforço da sua posição de maior Associação Mutualista do País.

Também o Conselho regista, reconhecido, todo o apoio prestado às nossas atividades ao longo do último exercício pelos restantes membros dos órgãos associativos.

Os agradecimentos são ainda extensivos às diversas Autoridades, Governamentais, Monetárias e Financeiras, pela cooperação, apoio e confiança que nos dispensaram.

E, por fim, ao submeter o presente Relatório e Contas à apreciação da Assembleia Geral, o Conselho de Administração propõe que esta o acompanhe nos votos de agradecimento e reconhecimento anteriormente referenciados, bem como no voto de pesar em memória dos associados e dos colaboradores falecidos ao longo do ano findo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Carlos Vicente Morais Beato



Montepio

12. Entidades do Universo Montepio

Apresentam-se neste capítulo os principais destaques sobre a atividade e o desempenho, em 2013, das empresas estratégicas do Grupo Montepio em que a Associação Mutualista é detentora diretamente de parte ou do total do capital.

ATIVIDADE SEGURADORA

No âmbito do processo de reestruturação das entidades do setor segurador do Grupo Montepio foi constituída, em 27 de dezembro de 2013, a **Montepio Seguros SGPS, SA**, aglutinando as participações diretas nas sociedades seguradoras e de mediação de seguros, Lusitania-Companhia de Seguros, Lusitania-Vida e Montepio Mediação, e de Fundos de Pensões-Futuro.

ATIVIDADE DE SEGUROS NÃO VIDA

No final de dezembro de 2013, o volume da produção de seguro direto do setor segurador do ramo Não Vida em Portugal foi de 3,3 mil milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 4,4% face ao período homólogo. A redução da produção foi transversal a todos os ramos com particular incidência no ramo automóvel (-7,4%, que representa uma diminuição de 101 milhões de euros de prémios). O ramo Doença foi o único que registou um comportamento positivo face ao ano anterior, com os prémios brutos emitidos a evidenciarem um crescimento de 3,2%. Ao nível da sinistralidade, o setor registou uma redução de 92 milhões de euros (-3,8% face ao período homólogo), tendo os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho contribuído com reduções de 11,3% e 14,0% respetivamente. Os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho representam 43,3% e 19,9% da estrutura de custos com sinistros do setor.

Esta atividade no Grupo Montepio é desenvolvida pela **Lusitania-Companhia de Seguros, SA** e pela **N Seguros, SA**.

Em 2013, a Lusitania-Companhia de Seguros, registou uma diminuição de produção de 15,2%, atingindo um valor de 169,1 milhões de euros, que compara com 199,4 milhões de euros no período homólogo. Em linha com o setor, os ramos em que a Lusitania registou as maiores quebras foram os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho (-20,9% e -21,5%, respetivamente). Como reflexo, assistiu-se a uma redução de 0,7 pp da quota de mercado global, sendo no final de dezembro de 4,3%. Os Custos com Sinistros cifraram-se em 138,1 milhões de euros (-18,2%). Apesar da redução a que se assistiu nos Custos com Sinistros, a taxa de sinistralidade agravou-se em 1,3 pp, tendo atingido os 81,5%, fruto da quebra de produção superior à redução dos custos com sinistros.

Face ao exposto o resultado líquido apurado, ainda em termos provisórios, terá sido negativo em 22,3 milhões de euros.

A taxa de cobertura da margem de solvência da Lusitania Companhia de Seguros no final de dezembro de 2013 fixou-se em 115%.

A **N Seguros, SA** opera no mercado dos seguros diretos em Portugal desde fevereiro de 2008 e define a sua atuação por um forte investimento em plataformas tecnológicas orientadas para o apoio ao cliente e para a subscrição direta de seguros. Com uma oferta abrangente, a N Seguros aposta na segmentação e na personalização dos seus produtos dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Saúde. Em 2013, a N Seguros registou uma redução do volume de prémios brutos emitidos (-4,7%) em linha com a do setor, cifrando-se em 11,5 milhões de euros, esta redução consubstanciou-se no Ramo Automóvel (ramo de atividade core).

Os Custos com Sinistros reduziram-se 5,7%, contribuindo para a melhoria da taxa de sinistralidade em 0,80 pp, tendo-se fixado em 73,5%. O resultado líquido foi de 833 mil euros (-23,9% face a 2012).

ATIVIDADE DE SEGUROS VIDA

Após dois anos de decréscimos, a produção de seguro direto do setor segurador do ramo Vida em Portugal obteve uma variação positiva em 2013. Este comportamento consubstanciou-se num aumento de 2 253 milhões de euros face a 2012

(+33,4%), materializando-se, a produção do ano, em 9.000 milhões de euros. O bom comportamento a que se assistiu justifica-se pelo incremento da produção da modalidade Vida Não Ligados a Fundos de Investimento (crescimento de 54,6% nos contratos de seguro e de 49,5% em contratos de investimento).

Em complemento ao acréscimo da produção do setor verificou-se também uma redução da sinistralidade em cerca de 0,8 mil milhões (-8,8%), essencialmente devido à redução da taxa de resgate em 4,8 pp, fixando-se em dezembro de 2013 em 9,3%.

No Grupo Montepio, esta área de negócio é desenvolvida pela **Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA** que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização e PPR's. A **Lusitania Vida-Companhia de Seguros, SA** complementa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à atividade da Lusitania-Companhia de Seguros não vida, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

Em 2013, a Lusitania Vida registou um aumento de produção de 51,2%, atingindo um valor de 117,4 milhões de euros face a 77,6 milhões de euros no período homólogo. Este crescimento da produção é justificado pela colocação de 69,1 milhões de euros em contratos de investimento e de 13,7 milhões de euros de PPR/E, mais 25,4 e 11,0 milhões de euros, respetivamente, do que no período homólogo. A rede de balcões da Caixa Económica Montepio Geral (*bancasseguros*) foi responsável pela colocação de 41,5% da produção total.

A quota de mercado, no final de dezembro de 2013, foi de 1,3% (1,1% em 2012), demonstrando que a *performance* da Lusitania Vida está ligeiramente acima do valor realizado no mercado.

Os Custos com Sinistros Líquidos cifraram-se em 22,5 milhões de euros, tendo registado uma redução de 11,9 milhões de euros (-34,6%).

Face ao exposto, o resultado líquido evidenciou uma evolução positiva de 614 mil euros (+11,9%) face a 2012, tendo atingido os 5,8 milhões de euros.

A margem de solvência da Lusitania Vida atingiu 310 % no final de dezembro de 2013, situando-se 100 pp acima da taxa de cobertura da margem de solvência das empresas do ramo vida supervisionadas pelo ISP (210%).

Em 2013, a Lusitania Vida foi distinguida pela Revista Exame com o prémio de **Melhor Seguradora Vida 2013**, na categoria de média ou pequena dimensão.

GESTÃO DE ATIVOS

A **Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA** é a entidade do grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

O mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário registou uma valorização de 0,7% em 2013, com o volume de ativos sob gestão a situar-se nos 12.356 milhões de euros no final do ano. Na mesma data, o valor dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela Montepio Gestão de Activos ascendia a 337 milhões de euros, traduzindo uma redução de 2,9% no ano e uma quota de mercado de 2,7%.

O mercado de Gestão de Patrimónios verificou um crescimento de 4,6% em 2013, com o valor das carteiras sob gestão discricionária a terminar o ano nos 54.547 milhões de euros. A Montepio Gestão de Activos, com um montante sob gestão de 1.201 milhões de euros, registou um aumento de 14,5% face ao ano transato. A quota de mercado de 2,2% evidenciou um aumento face a 2,0% no final do ano anterior.

O Produto Bancário gerado foi de 3,4 milhões de euros, sofrendo uma redução de 21,1%, enquanto os Gastos Operacionais registaram uma redução residual de 0,2%, mantendo-se nos 1,6 milhões de euros. O Resultado Líquido foi de 1,3 milhões, registando uma variação de -32,3% face a 2012.

A oferta de fundos de investimento imobiliário é da responsabilidade da **Montepio Valor, SA**, denominação assumida pela Finivalor, SA, em janeiro de 2014, no âmbito do processo de alinhamento da identidade corporativa das empresas do Grupo.

Em 2013, o mercado de Fundos de Investimento Imobiliário observou um aumento de 7,5% terminando o ano com uma carteira de 12 292 milhões de euros.

No segundo semestre de 2013, a Montepio Valor lançou dois novos Fundos Imobiliários de Arrendamento Habitacional (Montepio Arrendamento Habitacional II e Montepio Arrendamento Habitacional III) e viu reforçado o Fundo Montepio Arrendamento Habitacional, terminando o ano com um volume de ativos sob gestão de 1 111 milhões de euros. Atingiu assim um crescimento que lhe permitiu ascender ao 3.º lugar do ranking das sociedades gestoras de fundos imobiliários, com uma quota de mercado de 9,0% (em 2012 detinha uma quota de mercado de 3,7%).

O Produto Bancário foi de 4,0 milhões de euros, aumentando 62,7%, enquanto os Gastos Operacionais cresceram apenas 13,9%, totalizando 1,9 milhões de euros. O Resultado Líquido foi de 1,6 milhões de euros, valor acima dos 0,6 milhões de euros no ano de 2012.

FUNDOS DE PENSÕES

A **FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares e que em 2013 celebrou um quarto de século.

No final de 2013, o valor dos ativos sob gestão no mercado nacional de Fundos de Pensões era de 14 788 milhões de euros, o que traduz um aumento de 5,1% face ao final de 2012.

Os ativos sob gestão dos Fundos de Pensões geridos pela Futuro registaram um crescimento inferior ao do mercado (1,4%), ascendendo a 1 151 milhões de euros em dezembro de 2013. No final do ano, a quota da Futuro no mercado de fundos de pensões português era de 7,8%, valor que compara com 8,1% no final de 2012.

O valor dos serviços prestados sofreu uma redução de 11,2%, situando-se nos 7,4 milhões de euros. Porém, o Resultado Líquido atingiu 2,6 milhões de euros, beneficiando da reorganização das participações sociais do Grupo ao nível da atividade seguradora, que teve um impacto positivo sobre o ativo da Futuro.

SERVIÇOS DE SAÚDE E GESTÃO DE CENTROS RESIDENCIAIS

A empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A. é a empresa do Grupo Montepio, vocacionada para a prestação de serviços nesta área, orientados em especial para o segmento sénior. A sua atividade centra-se na gestão centros residenciais, que incluem residências geriátricas, residências assistidas, centros de dia e serviços pessoais ao domicílio.

No final do exercício de 2013 encontravam-se em funcionamento seis Residências Montepio: Porto, Gaia, Coimbra, Parede, Montijo e Parque das Nações, esta última com início de atividade em janeiro de 2013.

As residências do Porto, Gaia e Coimbra, apresentaram taxas médias de ocupação em 2013 de 100%, enquanto as da Parede e do Montijo de 84% e 87%, respetivamente.

A atividade de Apoio Domiciliário, complementar à dos Centros Residenciais, continua a ser promovida através da comercialização dos cartões Vitalidade +, na rede de Balcões do Montepio, tendo o número de aderentes a estes serviços se fixado no final de 2013, em 2.892 cartões ativos (+3,8%).

Os proveitos aumentaram 10,3%, face ao período homólogo, refletindo o impacto da atividade da Residência do Parque das Nações.

Está projetada a abertura de mais três centros residenciais:

- Parede II e Lisboa – Rego com data de início de atividade previsto para janeiro de 2015;
- Braga, em data a definir.



Montepio

13. Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Certificação de Contas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 1 DE JANEIRO DE 2012

(milhares de euros)

	NOTAS	2013	2012	1 JAN. 2012
ATIVO			Reexpreso	Reexpreso
Disponibilidades em instituições de crédito	16	48 400	67 906	77 730
Aplicações em instituições de crédito	17	460 669	517 736	388 505
Ativos financeiros detidos para negociação	18	5 408	1 401	1 977
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	19	16 009	12 219	10 750
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	793 077	695 741	749 310
Investimentos detidos até à maturidade	21	638 152	229 242	–
Investimentos em subsidiárias e associadas	22	1 691 705	1 456 831	1 384 602
Propriedades de investimento	23	401 960	412 667	361 740
Ativos tangíveis	24	2 853	3 504	4 190
Outros ativos	25	10 145	5 269	4 994
TOTAL DO ATIVO		4 068 378	3 402 516	2 983 798
PASSIVO				
Passivos financeiros detidos para negociação	18	–	5 361	6 212
Outras Provisões	28	629	69	–
Provisões técnicas				
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	29	3 336 727	2 719 873	2 296 621
Subvenções e melhorias de benefícios	29	73 824	76 578	79 455
Outros passivos	26	6 390	21 109	76 945
TOTAL DO PASSIVO		3 417 570	2 822 990	2 459 233
SITUAÇÃO LÍQUIDA				
Fundos próprios	30	117 711	108 684	99 498
Excedentes Técnicos	30	58 709	67 239	66 802
Reservas de justo valor	31	9 924	(31 505)	(41 768)
Reserva geral	31	229 405	218 001	196 095
Outras reservas e resultados transitados	31	164 788	134 914	203 938
Resultado líquido do exercício	31	70 271	82 193	–
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		650 808	579 526	524 565
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA		4 068 378	3 402 516	2 983 798

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Carlos Vicente Morais Beato

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

		(milhares de euros)	
	NOTAS	2013	2012
			Reexpresso
Proveitos inerentes a associados	3	879 306	747 433
Custos inerentes a associados	4	(354 647)	(332 316)
Variação das provisões técnicas	5	(575 377)	(448 559)
Juros e rendimentos similares	6	74 079	52 689
Juros e encargos similares	6	(282)	(1 365)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	5 875	18 366
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8	3 341	2 991
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9	18 707	25 287
Provisões liquidas de reposições e anulações	28	(559)	(69)
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	10	(2 467)	(1 141)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	11	(7 400)	(7 110)
Custos com pessoal	12	(2 674)	–
Gastos gerais administrativos	13	(10 706)	(9 992)
Amortizações do exercício	14	(9)	–
Outros resultados de exploração	15	43 084	35 979
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		70 271	82 193

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Carlos Vicente Morais Beato

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
		Reexpresso
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Reserva de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda	41 429	10 263
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Reconhecimento dos desvios atuariais	247	–
Resultado líquido do exercício	70 271	82 193
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	111 947	92 456

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(milhares de euros)

	Fundos Próprios	Excedentes Técnicos	Reserva de Justo Valor	Reserva Geral	Outras reservas e resultados transitados	Resultado Líquido Exercício	Total Situação Líquida
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	99 498	66 802	(41 768)	196 095	36 846	58 157	415 630
Transferência de resultado	–	–	–	–	58 157	(58 157)	–
Alteração da política contabilística das propriedades de investimento	–	–	–	–	108 935	–	108 935
Saldos em 1 de Janeiro de 2012	99 498	66 802	(41 768)	196 095	203 938	–	524 565
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	9 186	10 669	–	14 283	(58 157)	–	(24 019)
Distribuição de excedentes dos CRPC	–	(1 984)	–	–	–	–	(1 984)
Recurso à reserva de estabilização (ver nota 31)	–	–	–	–	(10 867)	–	(10 867)
Reposição de Reserva Geral (ver nota 31)	–	(7 623)	–	7 623	–	–	–
Atribuição de benefícios	–	(625)	–	–	–	–	(625)
Variação da reserva de justo valor	–	–	10 263	–	–	–	10 263
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	82 193	82 193
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	108 684	67 239	(31 505)	218 001	134 914	82 193	579 526
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	9 027	(5 178)	–	10 425	21 842	(82 193)	(46 077)
Distribuição de excedentes dos CRPC	–	(1 943)	–	–	–	–	(1 943)
Recurso à reserva de estabilização (ver nota 31)	–	–	–	–	7 785	–	7 785
Reposição de Reserva Geral (ver nota 31)	–	(979)	–	979	–	–	–
Atribuição de benefícios	–	(430)	–	–	–	–	(430)
Variação da reserva de justo valor	–	–	41 429	–	–	–	41 429
Desvios Atuariais	–	–	–	–	247	–	247
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	70 271	70 271
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	117 711	58 709	9 924	229 405	164 788	70 271	650 808

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Custos inerentes a associados	(354 647)	(332 316)
Proveitos inerentes a associados	879 306	747 433
Associados e beneficiários	1 006	70
Outros proveitos operacionais	847	370
Outros custos operacionais	(15 951)	(11 605)
Fundos próprios	(1 000)	(900)
Outros ativos e passivos	(25 286)	(61 399)
	484 275	341 653
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos em subsidiárias e associadas	(205 300)	(78 500)
Alienação / (aquisição) de propriedades de investimentos	18 393	(12 802)
Aquisição de ativos financeiros detidos até à maturidade	(393 734)	(224 661)
Alienação / (aquisição) de ativos financeiros detidos para negociação	(1 116)	(4 231)
Alienação / (aquisição) de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 789	(1 139)
Alienação / (aquisição) de ativos financeiros disponíveis para venda	(5 046)	61 366
Aplicações em instituições de crédito	74 002	(114 091)
Juros de depósitos à ordem	1 462	4 373
Ativos tangíveis	(494)	–
	(509 044)	(369 685)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos	5 875	18 131
Empréstimos de financiamento	(612)	77
	5 263	18 208
Varição Líquida em Disponibilidades em instituições de crédito	(19 506)	(9 824)
Disponibilidades em instituições de crédito no início do período	67 906	77 730
Disponibilidades em instituições de crédito no fim do período	48 400	67 906

ÍNDICE

1. Políticas contabilísticas	73
2. Número de associados	81
3. Proveitos inerentes a associados	82
4. Custos inerentes a associados	83
5. Variação das provisões técnicas	84
6. Juros	84
7. Rendimentos de instrumentos de capital	85
8. Resultados de ativos avaliados ao justo valor através de resultados	85
9. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	86
10. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	86
11. Imparidade de outros ativos líquida de reversões	87
12. Custos com pessoal	87
13. Gastos gerais administrativos	88
14. Amortizações do exercício	88
15. Outros resultados de exploração	89
16. Disponibilidades em instituições de crédito	89
17. Aplicações em instituições de crédito	90
18. Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	90
19. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	93
20. Ativos financeiros disponíveis para venda	94
21. Investimentos detidos até à maturidade	96
22. Investimentos em subsidiárias e associadas	97
23. Propriedades de investimento	99
24. Ativos tangíveis	100
25. Outros ativos	101
26. Outros passivos	102
27. Benefícios aos empregados	103
28. Outras provisões	106
29. Provisões técnicas	106
30. Fundos próprios e Excedentes Técnicos	109
31. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados	109
32. Justo valor	111
33. Transações com partes relacionadas	112
34. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	114
35. Impacto da alteração da política contabilística	114
36. Gestão de riscos	115
37. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	121

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Montepio Geral – Associação Mutualista («Associação» ou «MGAM»), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. Iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840 e as contas agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo («ESNL») e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Associação adotou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

As demonstrações financeiras da Associação agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2013.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board («IASB») e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee («IFRIC»), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2012.

Até 31 de dezembro de 2012, as propriedades de investimento encontravam-se valorizadas ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade.

De acordo com uma das opções previstas no IAS 40 Propriedades de investimento, a Associação optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer inicialmente as propriedades de investimento ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor, sendo as variações de justo valor determinadas a cada data de balanço e reconhecidas em resultados. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2012. Nessa base, conforme referido na nota 35, a rubrica Outras reservas e resultados transitados inclui, com efeito a 1 de janeiro de 2012, uma reexpressão resultante da referida alteração.

Em 2013 a Associação adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2013. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais esti-

mativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1 r).

As demonstrações financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2014.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativo	Número de anos
Equipamento Básico	8
Equipamento Administrativo	5 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil..

c) Propriedades de investimento

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

d) Investimentos em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Associação exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Associação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Associação detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presu-

mido que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Associação exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

e) Ativos financeiros

Classificação

A Associação classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Ativos financeiros detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- *Empréstimos e contas a receber*

Esta categoria inclui valores a receber relacionados com as transações relacionadas com a atividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação («*trade date*»), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente («*bid-price*»). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um

evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

f) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*«trade date»*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*«discounted cash flows»*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

g) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

h) Disponibilidades em instituições de crédito

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as disponibilidades em instituições de crédito englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço.

i) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

j) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral (*«CEMG»*) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam

l) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

m) Contratos de seguro

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos Associados. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) Despesas relativas à Caixa Económica Montepio Geral

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afetos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista e ao Gabinete de Dinamização da Associação Mutualista, custos com os trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 13).

r) Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua adequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

d) Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

2. Número de associados

Em 31 de dezembro de 2013, a Associação possuía 579 530 (2012: 534 418) Associados efetivos, que efetuaram 1 008 557 inscrições (2012: 925 496). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2013	2012
Modalidades individuais:		
Capitais de reforma	290 555	263 777
Garantia de pagamento de encargos	121 298	138 353
Capitais de previdência diferidos com opção	186 809	172 743
Poupança reforma	21 523	21 745
Capitais para jovens	14 614	13 843
Capitais de previdência	6 676	6 905
Capitais de reforma com prazo certo	163 937	123 171
Pensões de reforma	4 397	4 688
Pensões de sobrevivência e dotes	1 477	1 565
Outros	2 205	2 348
	813 491	749 138
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma – restituição de quotas	4 148	4 728
Capital temporário de invalidez	163	181
Pensões de reforma – adicional de invalidez	136	146
Quotas para capitais de garantia	31	32
	4 478	5 087

3. Proveitos inerentes a associados

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Jóias	599	524
Quotizações e capitais	876 281	744 275
Outros proveitos inerentes a associados	2 426	2 634
	879 306	747 433

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1 m). Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	63 049	53 253
Garantia de pagamento de encargos	22 976	22 506
Capitais para jovens	7 149	5 960
Pensões de reforma	1 238	964
Capitais de previdência	786	808
Capitais transferidos para Pensão / Renda	1 053	1 322
Outras	817	781
	97 068	85 594
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	187 802	106 163
Poupança reforma	4 580	4 493
Capitais de reforma de prazo certo	575 743	538 436
Modalidades coletivas	360	609
	768 485	649 701
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	9 515	8 409
Rendas vitalícias	1 103	267
Rendas temporárias	110	304
	10 728	8 980
	876 281	744 275

4. Custos inerentes a associados

Os custos inerentes a associados são analisados como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Prestações e capitais	332 019	306 854
Subvenções e melhorias de benefícios	6 227	6 728
Outros custos inerentes a associados	16 401	18 734
	354 647	332 316

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuarias e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1 m). Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Modalidades atuarias		
Capitais de previdência diferidos com opção	36 919	42 234
Capitais para jovens	3 921	4 281
Pensões de reforma	4 436	4 019
Capitais de previdência	432	270
Capitais transferidos para Pensão / Renda	859	716
Outras	668	633
	47 235	52 153
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	133 002	201 926
Poupança reforma	3 998	5 428
Capitais de reforma de prazo certo	144 677	43 668
Modalidades coletivas	570	1 096
	282 247	252 118
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	157	127
Rendas vitalícias	2 347	2 443
Rendas temporárias	33	13
	2 537	2 583
	332 019	306 854

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Modalidades atuarias		
Capitais de previdência diferidos com opção	972	1 495
Capitais para jovens	573	754
Pensões de reforma	2 258	2 155
Capitais de previdência	893	768
Capitais transferidos para Pensão / Renda	48	47
Outras	1 483	1 509
	6 227	6 728

5. Variação das provisões técnicas

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

2013 Euros '000		
Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	529 517	49 023
Subvenções e melhorias de benefícios	–	(3 163)
	529 517	45 860
		575 377

2012 Euros '000		
Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	421 860	30 158
Subvenções e melhorias de benefícios	–	(3 459)
	421 860	26 699
		448 559

Em 31 de dezembro de 2013, a variação das provisões matemáticas de capitalização, inclui um montante de Euros 473 704 000 (2012: 515 491 000) referente às modalidades de Capitais de Reforma Prazo Certo.

6. Juros

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Juros e rendimentos similares:		
Juros de depósitos	18 397	19 478
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	97	84
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	515	475
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	35 093	27 789
Juros de investimentos detidos até à maturidade	19 687	4 580
Outros juros	290	283
	74 079	52 689
Juros e encargos similares:		
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	(94)	(1 218)
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	(188)	(147)
	(282)	(1 365)
	73 797	51 324

7. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	34	244
Rendimentos de subsidiárias e associadas	5 841	18 122
	5 875	18 366

A rubrica Rendimentos de subsidiárias e associadas inclui dividendos distribuídos pela Caixa Económica – Montepio Geral no montante de Euros 1 692 000 (2012: 16 584 000).

8. Resultados de ativos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2013			2012		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	6	–	6	–	–	–
de outros emissores	57	–	57	57	(16)	41
	63	–	63	57	(16)	41
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Credit default swaps</i>	96	(51)	45	1 402	(212)	1 190
<i>Interest rate swaps</i>	2 747	–	2 747	1 410	(1 754)	(344)
<i>Call options</i>	–	–	–	–	(30)	(30)
	2 843	(51)	2 792	2 812	(1 996)	816
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 658	(1 172)	486	2 801	(667)	2 134
de outros emissores	1 658	(1 172)	486	2 801	(667)	2 134
	4 564	(1 223)	3 341	5 670	(2 679)	2 991

9. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2013			2012		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	116		116	3	(519)	(516)
De outros emissores	18 085	(122)	17 963	3 040	(377)	2 663
Ações	–	–	–	3	–	3
Outros títulos de rendimento variável	628	–	628	23 137	–	23 137
	18 829	(122)	18 707	26 183	(896)	25 287

10. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	12 351	20 250
Dotação do exercício	2 624	1 675
Reversão do exercício	(157)	(534)
	2 467	1 141
Reversão por alienação	–	(9 040)
Saldo em 31 de dezembro	14 818	12 351

11. Imparidade de outros ativos líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

2013 Euros '000				
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro	912	6 270	686	7 868
Dotação do exercício	305	7 235	–	7 540
Reversão do exercício	(140)	–	–	(140)
Anulação da Imparidade	–	–	(606)	(606)
Saldo em 31 de dezembro	1 077	13 505	80	14 662

2012 Euros '000				
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro	758	–	–	758
Dotação do exercício	170	6 270	686	7 126
Reversão do exercício	(16)	–	–	(16)
Saldo em 31 de dezembro	912	6 270	686	7 868

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 22.

12. Custos com pessoal

Os Gastos com Pessoal em 2013 foram de Euros 2 674 000 e correspondem aos Órgãos de Gestão e Fiscalização.

Conforme referido na nota 1 k), no seguimento da alteração dos estatutos da CEMG que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM, foram eleitos órgãos de gestão que tomaram posse em 11 de Janeiro de 2013.

13. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Trabalhos especializados	7 908	6 704
<i>Cedência de Pessoal</i>	5 315	5 438
<i>Informática</i>	1 860	860
<i>Trabalho independente</i>	132	132
<i>Encargos com Inspeções Médicas</i>	174	160
<i>Outros serviços especializados</i>	427	114
Publicidade e propaganda	1 456	1 105
Conservação e reparação	88	–
Materiais	85	57
Energia e fluídos	176	193
Deslocações, estadas e transportes	30	50
Serviços Diversos	963	1 883
<i>Rendas e Alugueres</i>	83	51
<i>Comunicações</i>	547	479
<i>Seguros</i>	4	53
<i>Contencioso e Notariado</i>	152	60
<i>Despesas de Representação</i>	25	6
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	–	1
<i>Outros serviços</i>	152	1 233
	10 706	9 992

A rubrica Cedência de pessoal inclui os custos suportados pela Associação com os colaboradores cedidos pela Caixa Económica – Montepio Geral. A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afetos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista e ao Gabinete de Dinamização da Associação Mutualista, custos com os trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial.

14. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Activos fixos tangíveis		
Equipamento Administrativo	8	–
Equipamento Básico	1	–
	9	–

15. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Ganhos Justo Valor – Propriedades de Investimento	–	15 583
Rendimentos em propriedades de investimento	27 890	24 798
Mais valias na alienação de subsidiárias	36 809	–
Rendimentos suplementares	301	368
Outros	546	2
	65 546	40 751
Outros custos de exploração:		
Perdas Justo Valor – Propriedades de Investimento	(16 383)	–
Menos valias na alienação de propriedades de investimento	–	(5)
Despesas com propriedades de investimento	(2 517)	(2 255)
Donativos diversos	(1 379)	(953)
Custos diversos com aquisição Finibanco	–	–
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(186)	(113)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Tio Pelicas	(1 336)	(1 096)
Programa de educação financeira	(235)	(206)
Serviços bancários	(5)	(5)
Outros	(421)	(139)
	(22 462)	(4 772)
	43 084	35 979

As mais valias na alienação de subsidiárias correspondem ao ganho obtido na alienação das sociedades Lusitania – Companhia de Seguros, S.A., Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A., Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A., conforme referido na nota 22.

16. Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica corresponde na totalidade a depósitos bancários na Caixa Económica Montepio Geral.

17. Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica corresponde na totalidade a depósitos a prazo na Caixa Económica – Montepio Geral.

As principais aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2013, vencem juros à taxa média anual de 3,75% (2012: 3,5%).

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Até 3 meses	23 667	4 087
3 meses a 6 meses	29 295	13 318
6 meses a 1 ano	105 398	77 991
1 ano a 5 anos	299 331	402 630
Mais de 5 anos	2 978	19 710
	460 669	517 736

18. Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Ações	154	–
Obrigações de outros emissores	5 208	1 224
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	46	177
	5 408	1 401
Dos quais:		
Nível 1		1 224
Nível 2		177
Nível 3		–
		1 401

Relativamente a 2013, os níveis são apresentados como segue:

	2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações	154	–	–	154
Obrigações de outros emissores	5 208	–	–	5 208
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	–	46	–	46
Total	5 362	46	–	5 408

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	–	5 361
Dos quais:		
Nível 1	–	–
Nível 2	–	5 361
Nível 3	–	–
	–	5 361

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é apresentada como segue:

		2013 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos financeiros detidos para negociação							
Ações		–	–	–	–	154	154
Obrigações de outros emissores		–	–	1 184	4 024	–	5 208
		–	–	1 184	4 024	154	5 362
		2012 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos financeiros detidos para negociação							
Ações		–	–	–	–	–	–
Obrigações de outros emissores		–	–	1 224	–	–	1 224
		–	–	1 224	–	–	1 224

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação (derivados) em 31 de dezembro de 2013 e 2012, pode ser analisado como segue:

Produto derivado	2013		2012	
	Derivado		Derivado	
	Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000
Contratos sobre crédito				
<i>Credit default swaps</i>	6 000	46	8 500	1
Contratos sobre taxas de juro				
<i>Interest rate swaps</i>	–	–	25 000	(5 185)
	6 000	46	33 500	(5 184)

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é a seguinte:

	2013						
	Nacionais com prazo remanescente				Justo valor		
	Inferior a 3 meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Entre 1 e 5 anos Euros '000	Superior a 5 anos Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre crédito:							
<i>Credit default swaps</i>	–	6 000	–	–	6 000	46	–
Contratos sobre taxas de juro:							
<i>Interest rate swaps</i>	–	–	–	–	–	–	–
	–	6 000	–	–	6 000	46	–
	2012						
	Nacionais com prazo remanescente				Justo valor		
	Inferior a 3 meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Entre 1 e 5 anos Euros '000	Superior a 5 anos Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre crédito:							
<i>Credit default swaps</i>	–	2 500	6 000	–	8 500	28	27
Contratos sobre taxas de juro:							
<i>Interest rate swaps</i>	–	–	15 000	10 000	25 000	149	5 334
	–	2 500	21 000	10 000	33 500	177	5 361

19. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Obrigações de emissores públicos	–	–
Obrigações de outros emissores	16 009	12 219
	16 009	12 219
Dos quais:		
Nível 1		11 075
Nível 2		1 144
Nível 3		–
		12 219

Relativamente a 2013, os níveis são apresentados como segue:

	2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de emissores públicos	–	–	–	–
Obrigações de outros emissores	11 849	4 160	–	16 009
Total	11 849	4 160	–	16 009

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é a seguinte:

	2013 Euros '000					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações de outros emissores	182	99	7 964	7 764	–	16 009
	182	99	7 964	7 764	–	16 009
	2012 Euros '000					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações de outros emissores	4 183	70	2 936	5 030	–	12 219
	4 183	70	2 936	5 030	–	12 219

20. Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

2013 Euros '000				
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	77 406	(2 320)	–	75 086
Obrigações de outros emissores	653 723	8 390	(5 147)	656 966
Papel comercial	43 986	462	–	44 448
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	2 618	378	(1 501)	1 495
Fundos de investimento	20 238	3 014	(8 170)	15 082
	797 971	9 924	(14 818)	793 077

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de emissores públicos	75 086	–	–	75 086
Obrigações de outros emissores	167 340	489 626	–	656 966
Papel comercial	–	44 448	–	44 448
Ações de empresas	751	744	–	1 495
Fundos de investimento	14 550	532	–	15 082
Total	257 727	535 350	–	793 077

2012 Euros '000				
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	65 193	(4 792)	–	60 401
Obrigações de outros emissores	632 805	(29 188)	(4 035)	599 582
Papel comercial	18 490	–	–	18 490
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	2 619	318	(1 453)	1 484
Fundos de investimento	20 490	2 157	(6 863)	15 784
	739 597	(31 505)	(12 351)	695 741

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

Nível 1	275 882
Nível 2	419 859
Nível 3	–
	695 741

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é a seguinte:

2013 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos	–	–	25 888	49 198	–	75 086
Obrigações de outros emissores	4 703	14 854	549 321	88 088	–	656 966
Papel comercial	36 907	7 541	–	–	–	44 448
	41 610	22 395	575 209	137 286	–	776 500
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas	–	–	–	–	1 495	1 495
Fundos de investimento	–	–	–	–	15 082	15 082
	–	–	–	–	16 577	16 577
	41 610	22 395	575 209	137 286	16 577	793 077
2012 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos	–	–	23 071	37 330	–	60 401
Obrigações de outros emissores	3 998	25 706	437 466	132 412	–	599 582
Papel comercial	9 117	9 373	–	–	–	18 490
	13 115	35 079	460 537	169 742	–	678 473
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas	–	–	–	–	1 484	1 484
Fundos de investimento	–	–	–	–	15 784	15 784
	–	–	–	–	17 268	17 268
	13 115	35 079	460 537	169 742	17 268	695 741

21. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Investimentos detidos até à maturidade		
Obrigações de outros emissores	625 238	214 235
Papel comercial	12 914	15 007
	638 152	229 242

A análise dos investimentos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é a seguinte:

	2013 Euros '000					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Investimentos detidos até à maturidade						
Obrigações de outros emissores	–	25 000	593 731	6 507	–	625 238
Papel comercial	–	12 914	–	–	–	12 914
	–	37 914	593 731	6 507	–	638 152

	2012 Euros '000					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Investimentos detidos até à maturidade						
Obrigações de outros emissores	–	–	210 802	3 433	–	214 235
Papel comercial	–	15 007	–	–	–	15 007
	–	15 007	210 802	3 433	–	229 242

22. Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são analisados como segue:

	2013						
	Capital Social	Porcentagem de Participação	Valor Balanço Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Capitais Próprios Euros '000	Resultado Líquido Euros '000
Subsidiárias e associadas							
Caixa Económica Montepio Geral c)	1 700 000	100,00%	1 500 000	25 807 457	24 198 692	1 608 765	(221 170)
Nova Câmbios, S.A.	750	30,00%	527	4 994	2 605	2 389	333
Silvip, S.A.	750	26,40%	308	2 618	478	2 140	222
MG Gestão de Ativos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	1 200	99,86%	1 331	4 183	423	3 760	1 336
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	100,00%	50	11	81	(70)	75
Bolsimo – Gestão de Ativos a)	16 500	91,63%	50 119	111 175	61 324	49 851	(793)
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	50,99%	1 530	7 076	5 893	1 183	(454)
Sagies, S.A.	500	27,00%	97	1 595	646	949	71
Leacock (Seguros), Lda.	300	81,00%	242	2 418	8	2 410	(26)
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	3 000	56,67%	1 700	24 459	23 024	1 435	(302)
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611				
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	307	6	68	(24)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros	7 500	100,00%	17 665	80 697	68 338	12 359	1 587
Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares	250	100,00%	1 505	17 072	16 619	453	(482)
Lestinvest, SGPS	20 000	100,00%	13 195	54 476	51 175	3 301	(922)
Montepio Seguros, SGPS S.A. b)	137 750	52,63%	116 250	200 250	11	200 239	(11)
			1 705 210				
Imparidade							
Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares			(1 505)				
Lestinvest, SGPS			(12 000)				
			1 691 705				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 43 750 000 referente a prestações acessórias de capital.

c) A percentagem de participação na CEMG corresponde aos direitos de voto. O interesse económico na CEMG é de 88,24%.

2012							
	Capital Social	Porcentagem de Participação	Valor Balanço Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Capitais Próprios Euros '000	Resultado Líquido Euros '000
Subsidiárias e associadas							
Caixa Económica Montepio Geral	1 295 000	100,00%	1 295 000	24 128 859	22 520 387	1 608 472	2 256
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. a)	26 000	64,22%	67 519	523 206	442 594	80 612	(14 649)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 000	41,11%	9 647	497 552	445 090	52 462	5 158
Nova Câmbios, S.A.	750	30,00%	227	3 076	1 022	2 054	282
Silvip, S.A.	750	26,40%	308	2 318	364	1 954	35
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	61,74%	1 963	10 433	5 008	5 425	342
Montepio Gestão de Ativos	1 200	99,86%	1 331	5 293	1 094	4 199	1 974
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	100,00%	50	11	81	(70)	(75)
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A. b)	16 500	91,63%	50 119	111 412	60 603	50 809	565
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	50,99%	1 530	8 770	7 347	1 423	420
Sagies, S.A.	500	27,00%	97	1 649	712	937	119
Leacock (Seguros), Lda.	300	81,00%	242	2 477	41	2 436	51
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	3 000	56,67%	1 700	24 407	22 582	1 825	(482)
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	267	1	266	(14)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros	7 500	100,00%	17 665	87 650	75 917	11 733	2 570
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros	50	100,00%	313	1 255	522	733	130
Finimóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares	250	100,00%	1 505	6 206	6 220	(14)	588
Lestinvest, SGPS	20 000	100,00%	13 194	51 862	49 058	2 804	(1 651)
			1 463 101				

Imparidade

Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares	(1 470)
Lestinvest, SGPS	(4 800)
	1 456 831

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 43 750 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

Em 2012, a CEMG procedeu ao aumento de capital no montante de Euros 50 000 000, tendo o mesmo sido integralmente subscrito e realizado pelo MGAM.

No decurso do exercício de 2012, o MGAM procedeu à aquisição de 50% da Finibanco Vida no montante de Euros 13 500 000, passando a deter 100% desta sociedade.

Ainda em 2012, o MGAM concedeu prestações acessórias à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. no montante de Euros 14 000 000.

Relativamente à participação na Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A., o MGAM procedeu, em 2012, à realização de capital no montante de Euros 1 000 000.

Em 2013, a CEMG procedeu ao aumento de capital no montante de Euros 405 000 000 (2012: 50 000 000), tendo o MGAM subscrito e realizado o montante de Euros 205 000 000. Importa referir que o aumento remanescente de capital no montante de Euros 200 000 000 foi efetuado através de uma oferta pública de subscrição de unidades de participação representativas do fundo de participação da CEMG que integra o respetivo património social. A titularidade das unidades de participação referidas não confere direito de voto.

No final do exercício de 2013, o MGAM procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos setores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, SGPS, S.A. com o objetivo

de gerir participações sociais dos setores acima referidos. Esta sociedade controlada pelo MGAM, adquiriu posteriormente ao MGAM as seguintes sociedades:

- Lusitania – Companhia de Seguros, S.A. pelo montante de Euros 77 836 000 (incluindo prestações acessórias no montante de Euros 43 750 000);
- Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A. pelo montante de Euros 33 593 000;
- Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. pelo montante de Euros 3 550 000;
- Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A. pelo montante de Euros 1 270 000.

Decorrente das alienações efetuadas, o MGAM reconheceu uma mais valia no montante global de Euros 36 809 000 (ver nota 15).

23. Propriedades de investimento

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2013 e 2012, são analisados como segue:

2013						
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	412 667	4 262	–	1 414	(16 383)	401 960
	412 667	4 262	–	1 414	(16 383)	401 960

2012						
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	361 740	35 361	(16)	–	15 582	412 667
	361 740	35 361	(16)	–	15 582	412 667

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Rendimentos	27 890	24 798
Despesas com propriedades de investimento:		
de propriedades que geraram rendimentos durante o exercício	2 490	2 033
de propriedades que não geraram rendimentos durante o exercício	27	222
	2 517	2 255

Importa salientar a existência de compromissos firmados ao nível de investimentos futuros nas propriedades de investimento, quer nos projetos de construção das residências assistidas (projetos de arquitetura, fiscalização e coordenação da obra de construção da residência da Parede II e projetos para a construção da residência na Rua Sousa Lopes em Lisboa), quer na reabilitação dos prédios de rendimento, nomeadamente, obras estruturais e remodelações de frações em diversos imóveis em Lisboa, no Porto e em Vila Nova de Gaia. Em 31 de dezembro de 2013 estes compromissos ascendem ao montante de Euros 2 658 000 (2012: 2 414 000).

24. Ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Ativos tangíveis		
Terrenos	135	3 181
Bens Património Histórico	1 009	1 009
Ativos Fixos Tangíveis – em curso	1 304	–
Outros Ativos Fixos Tangíveis	495	1
<i>Equipamento Básico</i>	88	–
<i>Equipamento Administrativo</i>	406	–
<i>Outros</i>	1	1
	2 943	4 191
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(9)	–
Relativas a exercícios anteriores	(1)	(1)
Imparidade		
Terrenos	(80)	(686)
	(90)	(687)
	2 853	3 504

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o exercício de 2013, são analisados como segue:

	2013 Euros '000			
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Saldo em 31 dezembro
Ativos tangíveis				
Terrenos	3 181	–	–	135
Património histórico	1 009	–	–	1 009
Ativos Fixos Tangíveis – em curso	–	1 304	–	1 304
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1	494	–	495
<i>Equipamento Básico</i>	–	88	–	88
<i>Equipamento Administrativo</i>	–	406	–	406
<i>Outros</i>	1	–	–	1
	4 191	1 798	–	2 943
Amortizações acumuladas				
Outros ativos tangíveis	(1)	(9)	–	(10)
Imparidade				
Terrenos	(686)	–	–	(80)
	(687)	(9)	–	(90)
Valor de balanço	3 504	1 789	–	2 853

25. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Estado e outros entes públicos	13	241
Associados	315	524
Devedores diversos	6 802	2 166
Empréstimos de financiamento	4 083	3 251
Ativos por benefícios pós-emprego (ver nota 27)	10	–
	11 223	6 182
Imparidade para outros ativos	(1 078)	(913)
	10 145	5 269

A análise dos Outros ativos por maturidade em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é a seguinte:

		2013 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Estado e outros entes públicos		13	–	–	–	–	13
Associados		315	–	–	–	–	315
Devedores diversos		–	6 802	–	–	–	6 802
Empréstimos de financiamento		–	–	4 083	–	–	4 083
Benefícios pós-emprego		10	–	–	–	–	10
		338	6 802	4 083	–	–	11 223

		2012 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Estado e outros entes públicos		241	–	–	–	–	241
Associados		524	–	–	–	–	524
Devedores diversos		30	2 136	–	–	–	2 166
Empréstimos de financiamento		–	–	3 251	–	–	3 251
		795	2 136	3 251	–	–	6 182

26. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Fornecedores	831	557
Estado e outros entes públicos	351	226
Beneficiários	3 883	3 087
Credores por acréscimos de gastos	290	244
Credores diversos	1 035	16 995
	6 390	21 109

A análise dos Outros passivos por maturidade em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é a seguinte:

2013 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Fornecedores	831	–	–	–	–	831
Estado e outros entes públicos	351	–	–	–	–	351
Beneficiários	3 883	–	–	–	–	3 883
Credores por acréscimos de gastos	290	–	–	–	–	290
Credores diversos	1 035	–	–	–	–	1 035
	6 390	–	–	–	–	6 390

2012 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Fornecedores	557	–	–	–	–	557
Estado e outros entes públicos	226	–	–	–	–	226
Beneficiários	3 087	–	–	–	–	3 087
Credores por acréscimos de gastos	244	–	–	–	–	244
Credores diversos	16 995	–	–	–	–	16 995
	21 109	–	–	–	–	21 109

27. Benefícios aos empregados

Conforme referido na nota 1 k), no final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral («CEMG») que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

	2013
Pressupostos financeiros	
Taxa de evolução salarial	1,5%
Taxa de crescimento das pensões	0,5%
Taxa de rendimento do fundo	3,5%
Taxa de desconto	3,5%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação	
Tábua de mortalidade	
Homens	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80
Métodos de valorização atuarial	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2013
Ativos	5
Reformados e sobreviventes	–
	5

Os ativos / (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço no exercício de 2013 são como segue:

	2013 Euros '000
Ativos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço	
Responsabilidades com benefícios de reforma	
Ativos	6 702
Responsabilidades com benefícios de saúde	
Ativos	436
Responsabilidades com subsídio por morte	
Ativos	4
Total das responsabilidades	7 142
Coberturas	
Valor dos fundo	7 152
Ativos líquidos em Balanço (ver nota 25)	10
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	246

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

2013 Euros '000			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte
Responsabilidades no início do exercício	–	–	–
Transferência da CEMG	6 423	417	7
Custo do serviço corrente	222	14	–
Custo dos juros	289	19	–
(Ganhos) e perdas atuariais	(232)	(14)	(3)
Responsabilidades no final do exercício	6 702	436	4

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

	2013 Euros '000
Saldos do fundo no início do exercício	–
Transferência da CEMG	6 847
Rendimento esperado do fundo	308
Ganhos e (perdas) atuariais	(3)
Saldos do fundo no fim do exercício	7 152

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	2013 Euros '000
Aplicações em bancos e outras	1 401
Obrigações	4 520
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 113
Imóveis	119
	7 152

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo Montepio ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo Montepio são detalhados como seguem:

	2013 Euros '000
Aplicações em bancos e outras	1 138
Obrigações	36
Ações e outros títulos de rendimento variável	–
Imóveis	119
	1 293

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2013 Euros '000
Desvios atuariais no início do exercício	–
Ganhos e perdas atuariais	
– nas responsabilidades	249
– nos ativos do plano	(3)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	246

Os custos do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte podem ser analisados como segue:

	2013 Euros '000
Custo do serviço corrente	236
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	–
Custo do exercício	236

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2013 Euros '000
No início do exercício	–
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(236)
Ganhos e perdas atuariais e financeiros	246
No final do exercício	10

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros nas responsabilidades	
	-0,25%	0,25%
Taxa de desconto	163	(157)
Taxa de crescimento salarial	–	–
Taxa de crescimento das pensões	(162)	168
Contribuição SAMS	(17)	17
	Impacto das alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades	
	-1%	1%
Mortalidade	21	(21)

28. Outras provisões

A rubrica Outras provisões diz respeito a valores provisionados para fazer face a processos judiciais em curso.

29. Provisões técnicas

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

- a) Provisões matemáticas – destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1 /).
- b) Subvenções e melhorias de benefícios – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de provisões técnicas pode ser analisada como segue:

	2013 Euros '000		
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma	1 315 896	–	1 315 896
Capitais de reforma prazo certo	1 459 965	–	1 459 965
Poupança reforma	85 667	–	85 667
Modalidades Coletivas	8 341	–	8 341
	2 869 869	–	2 869 869
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência	13 313	23 851	37 164
Capitais de previdência diferidos com opção	200 282	3 768	204 050
Pensões de reforma	142 162	24 176	166 338
Capitais para jovens	50 304	2 057	52 361
Pensões de sobrevivência e dotes	7 519	18 108	25 627
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	29 000	–	29 000
Outros	24 278	1 864	26 142
	466 858	73 824	540 682
	3 336 727	73 824	3 410 551

	2012 Euros '000		
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma	1 224 842	–	1 224 842
Capitais de reforma prazo certo	986 262	–	986 262
Poupança reforma	82 644	–	82 644
Modalidades Coletivas	8 312		8 312
	2 302 060	–	2 302 060
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência	12 942	24 307	37 249
Capitais de previdência diferidos com opção	176 972	4 430	181 402
Pensões de reforma	126 608	24 564	151 172
Capitais para jovens	47 015	2 499	49 514
Pensões de sobrevivência e dotes	8 025	18 798	26 823
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	21 362	–	21 362
Outros	24 889	1 980	26 869
	417 813	76 578	494 391
	2 719 873	76 578	2 796 451

As provisões matemáticas têm como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

Modalidades de subscrição aberta	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência – 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma – 3%	TV 88/90	3%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	TD 88/90	3%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	TD 88/90	3%
Capitais para Jovens – 3%	TD 88/90	3%
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3%
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	TV 99/01	3%
Pensões de Poupança de Reforma – 3%	TV 99/01	3%

Modalidades de subscrição fechada	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência	PM 60 G	4%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma – 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	6%
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	PM 60 G	4%
Capitais de Previdência a Prazo	PM 60 G	4%
Capitais para Jovens	PM 60 G	4%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW	4%
Capitais Temporários por Invalidez	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	PM 60 G + HW	4%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4%
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	PF 60/64	6%
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	PF 60/64	4%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF / RF	4%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF / RF	4%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4%

Rendas Vitalícias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Vitalícias – 6%	PF 60/64	6%
Rendas Vitalícias – 4%	PF 60/64	4%
Rendas Vitalícias – 3%	TV 99/01	3%

Rendas Temporárias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Temporárias – 3%	TV 88/90	3%

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Euros 93 588 000 (2012: Euros 76 398 000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1 f). A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2013 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1% e 3,5% (2012: entre 1% e 4,2%). Adicionalmente, o teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida.

30. Fundos próprios e Excedentes Técnicos

Os Fundos próprios são constituídos para as modalidades cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros.

Os Excedentes técnicos são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

A movimentação destas rubricas é apresentada na demonstração das alterações da situação líquida.

31. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 924	(31 505)
Reservas e resultados transitados		
Reserva geral	229 405	218 001
Outras reservas	34 011	25 979
Resultados transitados	130 777	108 935
	394 193	352 915

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação. Em 31 de março de 2013, para além da dotação da Reserva Geral, foi efetuada a reposição desta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis em exercícios anteriores, no montante de Euros 979 000 (2012: Euros 7 623 000).

A distribuição de resultados referentes aos exercícios de 2011 e 2012, inclui transferências entre rubricas da situação líquida da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

No decurso do exercício de 2012, a Associação decidiu recorrer à reserva de estabilização, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Euros 10 867 000.

No ano de 2013, existiu uma dotação da reserva de estabilização, no montante de Euros 7 785 000.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística referida na nota 1 e).

A movimentação durante o exercício de 2013 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Ajustamentos no justo valor Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(4 792)	2 515	(43)	–	(2 320)
Obrigações de outros emissores	(29 188)	30 038	8 652	(1 112)	8 390
Papel comercial	–	462	–	–	462
	(33 980)	33 015	8 609	(1 112)	6 532
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	318	107	–	(47)	378
Fundos de investimento	2 157	2 165	–	(1 308)	3 014
	2 475	2 272	–	(1 355)	3 392
	(31 505)	35 287	8 609	(2 467)	9 924

A movimentação durante o ano de 2012 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Ajustamentos no justo valor Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(25 218)	20 426	–	–	(4 792)
Obrigações de outros emissores	(38 103)	(255)	9 265	(95)	(29 188)
Papel comercial	45	–	(45)	–	–
	(63 276)	20 171	9 220	(95)	(33 980)
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	131	(28)	–	215	318
Fundos de investimento	21 377	(132)	(20 109)	1 021	2 157
	21 508	(160)	(20 109)	1 236	2 475
	(41 768)	20 011	(10 889)	1 141	(31 505)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2013 Euros '000	2012 Euros '000
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	797 971	739 597
Imparidade acumulada reconhecida	(14 818)	(12 351)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	783 153	727 246
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	793 077	695 741
Ganhos/ (Perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	9 924	(31 505)

32. Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes

Disponibilidades em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Outros ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	2013 Euros '000		2012 Euros '000	
	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	48 400	48 400	67 906	67 906
Aplicações em instituições de crédito	463 513	460 669	453 551	517 736
Investimentos detidos até à maturidade	648 950	638 152	226 221	229 242
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	10 145	10 145	5 269	5 269
	1 171 008	1 157 366	752 947	820 153
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	6 390	6 390	21 109	21 109

33. Transações com partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, as transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

Empresas	2013 Euros '000			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral				
Depósitos à ordem	48 400	–	1 462	–
Depósitos a prazo	460 669	–	16 935	–
Cedência de pessoal à CEMG	–	–	–	5 315
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	–	–	16 275	–
Dividendos	–	–	1 692	–
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 339	–	32	–
Ativos financeiros disponíveis para venda	451 220	–	21 874	–
Investimentos detidos até à maturidade	587 660	–	18 989	–
Lusitania Vida				
Investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda	4 030	–	133	–
Dividendos	–	–	987	–
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.				
Investimentos em subsidiárias e associadas	–	–	36 809	–
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.				
Papel Comercial	12 000	–	–	–
Bolsimo				
Investimentos detidos até à maturidade	37 900	–	698	–
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Futuro	–	–	219	–
MG Gestão de Ativos	–	–	1 773	–
Finibanco – Vida	–	–	1 125	–
Silvip	–	–	9	–
Sagies	–	–	24	–
Nova Câmbios	–	–	11	–
	1 605 218	–	119 047	5 315

Empresas	2012 Euros '000			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral				
Depósitos à ordem	67 906	–	4 339	–
Depósitos a prazo	517 736	–	15 139	–
Cedência de pessoal	–	–	–	5 438
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	–	–	15 820	–
Dividendos	–	–	16 584	–
Valores a receber	30	–	–	–
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	439	–	7	–
Ativos financeiros disponíveis para venda	430 467	–	14 122	–
Investimentos detidos até à maturidade	189 235	–	4 574	–
Alienação de fundos de investimento	–	–	11 137	–
Lusitania Vida				
Investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda	3 879	–	132	–
Dividendos	–	–	904	–
Bolsimo				
Investimentos detidos até à maturidade	40 007	–	7	–
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Futuro	–	–	182	–
MG Gestão de Ativos	–	–	277	–
Silvip	–	–	111	–
Sagies	–	–	52	–
Nova Câmbios	–	–	11	–
	1 249 699	–	83 398	5 438

As partes relacionadas da Associação podem ser analisadas como segue:

Partes relacionadas

Caixa Económica – Montepio Geral	Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	Fundação Montepio Geral
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	Montepio Investimento, S.A.N Seguros, S.A.
Nova Câmbios, S.A.	Montepio Recuperação de Crédito, ACE
Silvip, S.A.	Finibanco Angola, S.A.
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Montepio Valor – Soc. Gestora de Fundos de Investimento
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	Fundo de Pensões Montepio – Gerido pela Futuro
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	Finipredial – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	Montepio Arrendamento – FIIAH
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Montepio Arrendamento II – FIIAH
NEBRA, Energias Renovables, SL	Montepio Arrendamento III – FIIAH
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Sagies, S.A.
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	Leacock, Lda.
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	Bem Comum, Sociedade Capital Risco, S.A.
Montepio Imóveis – Soc. Imob. de Serviços Auxiliares, S.A.	Lestinvest, SGPS
Montepio Mediação–Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	Sociedade Portuguesa de Administrações
Iberpartners Cafés – S.G.P.S., S.A.	Moçambique Companhia de Seguros, S.A.
Nutre S.A.	Montepio Seguros SGPS, S.A.
Clínica CUF Belém, S.A.	Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior
Conselho de Administração Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Fundo Carteira Imobiliária – FEIIA	Portugal Estates Fund (PEF) – FIIF

34. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 31 de dezembro de 2013, a exposição do MGAM a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	2013						
	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Ativos financeiros disponíveis para venda	72 777	72 777	(2 826)	0	4,30%	6,7	1

Com referência a 31 de dezembro de 2012, a exposição do MGAM a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	2012						
	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Ativos financeiros disponíveis para venda	63 127	63 127	(5 347)	–	4,1%	6,8	1
Irlanda							
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 080	2 080	313	–	5,0%	7,8	1
	65 207	65 207	(5 034)	–			

35. Impacto da alteração da política contabilística

Até 31 de dezembro de 2012, as propriedades de investimento encontravam-se valorizadas ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade.

De acordo com uma das opções previstas no IAS 40 Propriedades de investimento, a Associação optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer as propriedades de investimento ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor, sendo as variações de justo valor determinadas a cada data de balanço e reconhecidas em resultados. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2012.

Assim, e conforme referido na nota 1 a), a rubrica Outras reservas e resultados transitados inclui, com efeito a 1 de janeiro de 2012, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão efetuada no âmbito das IFRS, pode ser analisada como segue:

	Reexpresso Euros '000		
	Capitais próprios 31.12.2012	Resultado líquido 2012	Capitais próprios 1.1.2012
Valor anteriormente reportado	448 749	60 351	415 630
Ajustamento			
Propriedades de investimento	130 777	21 842	108 935
Valores corrigidos	579 526	82 193	524 565

36. Gestão de riscos

O sistema de gestão de riscos do Montepio – Geral Associação Mutualista assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial do MGAM ao nível entendido como adequado.

Neste sentido, é dada particular atenção à identificação e controlo do risco de mercado, através da definição de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as características das responsabilidades assumidas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista mas igualmente as expectativas da evolução dos mercados financeiros.

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é igualmente objeto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

Por fim, a evolução da taxa de juro, variável crítica da atividade do Montepio Geral – Associação Mutualista, é monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a otimizar a rentabilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e aumento da volatilidade das taxas de juro.

Risco de mercado

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Ativos Disponíveis para Venda, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos estarem contabilizados em Ativos financeiros detidos para negociação ou Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Na análise efetuada considerou-se o efeito da duração modificada, considerando que é uma medida que reflete a sensibilidade do valor dos ativos de rendimento fixo a uma variação proporcional das taxas de juro.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

	2013 Euros '000		2012 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	(20 440)	–	(16 413)
Ativos financeiros detidos para negociação/ Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(641)	(641)	(93)	(93)
	(641)	(21 081)	(93)	(16 506)
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	21 759	–	17 302
Ativos financeiros detidos para negociação/ Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	641	641	93	93
	641	22 400	93	17 395

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

	2013 Euros '000		2012 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mercado mobiliário +10%				
Ações	15	165	–	148
Fundos de investimento	–	1 508	–	1 578
	–	1 673	–	1 726
Mercado mobiliário -10%				
Ações	(104)	(165)	(93)	(148)
Fundos de investimento	(842)	(1 508)	(654)	(1 578)
	(946)	(1 673)	(747)	(1 726)

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

	2013 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida
Mercado imobiliário +10%		
Ativos tangíveis	4	4
Propriedades de investimento	1 367	1 367
	1 371	1 371
Mercado imobiliário -10%		
Ativos tangíveis	(4)	(4)
Propriedades de investimento	(1 367)	(1 367)
	(1 371)	(1 371)

Risco de liquidez

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros é apresentada nas notas dos ativos respetivos.

O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez do Montepio Geral – Associação Mutualista é efetuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspetiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita de uma forma conservadora com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura otimizar ao máximo a rentabilidade dos ativos.

Risco de crédito

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2013 e 2012, encontra-se apresentada como segue:

Setor de atividade	2013				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Eletricidade, gás e água	–	1 994	–	47 327	(1 519)
Atividades de informação e comunicação	–	1 184	–	6 144	–
Atividades financeiras	600 238	–	15 325	578 757	(4 924)
Atividades imobiliárias	37 914	–	–	7 916	(1 972)
Administração e serviços públicos	–	–	–	76 104	–
Construção e obras públicas	–	–	–	–	–
Outras atividades de serviços coletivos	–	–	–	2 514	(1 077)
Papel e indústrias gráficas	–	–	–	6 135	–
Produtos químicos e de borracha	–	–	–	–	–
Refinação de petróleo	–	2 133	–	43 976	–
Transportes	–	–	–	3 153	–
Outros	–	97	684	35 869	(5 326)
Total	638 152	5 408	16 009	807 895	(14 818)

Setor de atividade	2012				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Eletricidade, gás e água	–	–	2 086	28 320	(1 515)
Atividades de informação e comunicação	–	1 224	–	7 280	–
Atividades financeiras	189 235	–	2 097	536 224	(4 924)
Atividades imobiliárias	40 007	–	7 806	7 462	(1 313)
Administração e serviços públicos	–	–	–	67 275	–
Construção e obras públicas	–	–	–	149	(149)
Outras atividades de serviços coletivos	–	–	–	4 228	(1 034)
Papel e indústrias gráficas	–	–	–	1 049	–
Produtos químicos e de borracha	–	–	–	170	–
Refinação de petróleo	–	–	–	32 309	–
Transportes	–	–	–	1 024	–
Outros	–	177	230	22 602	(3 416)
Total	229 242	1 401	12 219	708 092	(12 351)

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

Zona geográfica	2013				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Zona Euro					
Portugal	638 152	154	8 639	744 631	(4 169)
Espanha	–	–	–	8 933	(1 253)
Itália	–	3 178	–	17 958	–
Alemanha	–	–	936	6 934	(191)
França	–	–	–	1 063	–
Holanda	–	–	5 750	–	–
Grécia	–	–	–	–	–
Luxemburgo	–	–	–	2 053	–
Irlanda	–	–	–	2 268	–
Bélgica	–	–	–	1 025	(7)
Outros	–	–	–	–	–
Outros Países					
Japão	–	–	–	–	–
Reino Unido	–	–	0	840	(689)
Brasil	–	–	–	1 016	–
Estados Unidos	–	–	–	2 500	(2 500)
Outros	–	2 076	684	18 674	(6 009)
Total	638 152	5 408	16 009	807 895	(14 818)
Zona geográfica	2012				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Zona Euro					
Portugal	229 242	–	439	631 039	(2 766)
Espanha	–	–	4 183	8 682	(124)
Itália	–	1 224	–	15 598	–
Alemanha	–	–	899	6 644	(162)
França	–	–	–	1 024	–
Holanda	–	–	2 578	7 807	–
Grécia	–	–	–	–	–
Irlanda	–	–	–	2 080	–
Outros	–	–	1 669	3 835	(6)
Outros Países					
Japão	–	–	2 221	823	–
Reino Unido	–	–	–	1 820	(731)
Estados Unidos	–	–	–	12 360	(2 500)
Outros	–	177	230	16 380	(6 062)
Total	229 242	1 401	12 219	708 092	(12 351)

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (títulos de dívida) é analisada como segue:

Rating	2013				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
AAA	—	—	—	—	—
AA+	—	—	—	—	—
AA	—	—	—	—	—
AA–	—	—	—	—	—
A+	—	—	—	—	—
A	—	—	—	—	—
A–	—	—	—	81	—
BBB+	—	2 029	—	3 850	—
BBB	—	—	—	20 888	—
BBB–	—	1 994	—	10 956	—
<BBB–	600 238	1 185	5 848	634 259	(2 005)
N.R.	25 000	—	10 161	67 165	(3 142)
Total	625 238	5 208	16 009	737 199	(5 147)

Rating	2012				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
AAA	—	—	—	—	—
AA+	—	—	—	—	—
AA	—	—	—	—	—
AA–	—	—	—	1 470	—
A+	—	—	754	—	—
A	—	—	—	980	—
A–	—	—	3 135	12 146	—
BBB+	—	—	—	10 310	—
BBB	—	1 224	—	20 306	—
BBB–	—	—	—	9 172	—
<BBB–	189 235	—	669	567 338	(893)
N.R.	25 000	—	7 661	42 296	(3 142)
Total	214 235	1 224	12 219	664 018	(4 035)

Risco específico das modalidades

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

	2013 Euros '000		2012 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Taxa de juro +1%				
Modalidades atuariais	50 627	50 627	47 012	47 012
Modalidades de capitalização	(12 866)	(12 866)	(12 952)	(12 952)
	37 761	37 761	34 060	34 060
Taxa de juro -1%				
Modalidades atuariais	(61 436)	(61 436)	(57 332)	(57 332)
Modalidades de capitalização	641	641	3 496	12 952
	(60 795)	(60 795)	(53 836)	(44 380)

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

	2013 Euros '000		2012 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mortalidade +10%				
Modalidades atuariais	14 927	14 927	10 807	10 807
Mortalidade -10%				
Modalidades atuariais	(21 038)	(21 038)	(14 984)	(14 984)

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

	2013 Euros '000		2012 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Reembolsos +10%				
Modalidades capitalização	2 728	2 728	2 005	2 005
Reembolsos -10%				
Modalidades capitalização	(2 728)	(2 728)	(2 005)	(2 005)

A maturidade das responsabilidades com modalidades associativas, em 2013 e 2012, é analisada como segue:

		2013 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Modalidades atuariais		3 770	9 190	92 187	162 931	272 604	540 682
Modalidades capitalização		24 917	54 295	1 359 372	21 382	1 401 562	2 861 528
		28 687	63 485	1 451 559	184 313	1 674 166	3 402 210

		2012 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Modalidades atuariais		3 763	8 018	79 326	151 886	251 469	494 462
Modalidades capitalização		–	85 385	878 344	22 533	1 315 729	2 301 991
		3 763	93 403	957 670	174 419	1 567 198	2 796 453

Relativamente às modalidades atuariais, importa referir que a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foram consideradas como sendo indeterminadas.

37. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o MGAM aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à «IAS 19 – Benefícios dos empregados», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

Ao abrigo da IAS 19 (2011), o MGAM determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (ceiling) do ativo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do MGAM.

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à «IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, o MGAM modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à «IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre ativos e passivos financeiros», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

O MGAM não teve impacto na adoção destas alterações.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na «IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento», evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O MGAM não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a «IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor», com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, o MGAM adotou a nova definição de justo valor. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos do MGAM, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, o MGAM proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 19 de outubro de 2011, a «IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Dada a natureza das operações do MGAM, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

O MGAM decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à «IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase «direito legal oponível corrente para compensar» significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O MGAM não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à «IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas», com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O MGAM não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a «IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como «silos»).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O MGAM está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IFRS 11 – Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a «IFRS 11 – Acordos Conjuntos», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define «controlo conjunto», introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num «acordo conjunto» determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida («operação conjunta» ou «empreendimento conjunto»), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de «empreendimento conjunto» devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O MGAM está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à «IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos», com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O MGAM não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a «IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O MGAM está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como «entidades de investimento». O IASB define o termo de «entidade de investimento» como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstas na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de novembro.

O MGAM está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

IAS 36 (Alterada) – Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (clearing counterparty) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação («novação») que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o MGAM

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo um forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras do MGAM.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de «condição de aquisição (vesting)» contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de «condição de desempenho» e «condição de serviço» da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – conceito de «IFRS efetivas»

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios se aplicam a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura.

O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de «detido até à maturidade», «disponível para venda» e «contas a receber e pagar».

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

O MGAM iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do MGAM, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do MGAM.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11ª
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Geral – Associação Mutualista**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 4.068.378 milhares de euros, e um total de situação líquida de 650.808 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 70.271 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações na situação líquida e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações na situação líquida e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual do **Montepio Geral – Associação Mutualista** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações na situação líquida e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 5 de Março de 2014

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeiro (ROC n.º 1081)



Montepio

14. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS EM BASE INDIVIDUAL EM 31.12.2013

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação, o Relatório da sua atividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras de 2013 do MGAM, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

Durante o ano de 2013 Conselho Fiscal, realizou 12 reuniões, em que participaram todos os seus elementos. Além destas reuniões, o Conselho Fiscal participou em sete reuniões do Conselho Geral do MGAM.

No cumprimento das competências que lhe estão atribuídas, durante o ano de 2013, o Conselho Fiscal desenvolveu várias atividades das quais se destacam as seguintes:

- Acompanhou a atividade do Conselho de Administração pela leitura das atas e através de reuniões periódicas com este e com alguns dos seus elementos;
- Analisou a documentação contabilística e os relatórios de gestão disponibilizados mensalmente pelos Serviços;
- Apreciou os Relatórios de Controlo Interno elaborados pela Direção de Auditoria e Inspeção;
- Realizou reuniões de trabalho com alguns dos Diretores e com o Auditor Externo;



- Acompanhou o trabalho do Auditor Externo relativamente ao fecho de contas individuais e consolidadas de 2012 e emitiu Parecer favorável;
- Analisou e emitiu Parecer favorável sobre o Programa de Ação e Orçamento para o ano de 2014.

Relativamente ao ano de 2013, importa relevar:

- I. Num ano de grandes dificuldades o MGAM, atingiu 579.530 associados o que traduz um crescimento, face ao período homólogo, de 8,4% e um aumento das receitas associativas de 17,7%, totalizado 875 milhões de euros.
- II. Da atividade do MGAM em 2013, destacam-se as duas dotações institucionais na CEMG, no montante total de 205 milhões de euros, e a participação na reestruturação financeira do setor Segurador do Grupo Montepio. Em 27 de dezembro de 2013 foi constituída a Montepio Seguros SGPS, SA, na qual o MGAM detém uma participação de 72.500 milhares de euros, correspondente a 52,6%.
- III. A Fundação Montepio Geral, com um expressivo nível de intervenções de natureza social junto da comunidade, tem permitido ao Grupo Montepio assumir-se como parceiro estratégico das entidades que Intervêm na Economia Social ao apresentar-se como instituição financeira de referência do Terceiro Setor. Em 2013, o MGAM realizou a entrega de um donativo de 1.000.000 de euros, que permitiu à Fundação centrar a sua ação na concessão de apoios financeiros a entidades que atuam nos domínios da solidariedade, educação, saúde e ambiente. O projeto mais emblemático é o da Frota Solidária, que consiste em devolver à sociedade o produto da consignação fiscal de IRS feita pelos contribuintes, tendo oferecido 20 viaturas adaptadas a instituições que trabalham com doentes, idosos e deficientes.

[Handwritten signature]



Relativamente ao fecho de contas de 2013, importa salientar:

1. O MGAM adotou em 2008 as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) embora mantendo o modelo de demonstrações financeiras constante do Plano de Contas das Associações Mutualistas (PCAM), entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que criou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2012, e que o MGAM adotou, não tendo, contudo, seguido o modelo de demonstrações financeiras definido para as ESNL, porque este regime permite que as demonstrações financeiras sejam preparadas em conformidade com os IFRS.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, nesta data, não são objeto de análise, pois, conforme calendário elaborado pelo Conselho de Administração, serão apresentadas ao Conselho Fiscal até ao final de Maio de 2014, por forma a integrar todas as empresas do seu perímetro de consolidação.

2. Após o encerramento do exercício, o Conselho Fiscal apreciou os documentos de prestação de contas, compreendendo o relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa, das Alterações da Situação Líquida e do Rendimento Integral, em 31 de dezembro de 2013, bem como as correspondentes Notas Explicativas.
3. Na apreciação das demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas do MGAM elaborada pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, entidade que, por contrato, acompanhou e auditou ao longo do ano e no final do exercício de 2013 a contabilidade e as contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. O documento produzido pela referida entidade foi apresentado sem reservas ou ênfases e a cujo teor damos a nossa concordância.



4. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do MGAM e respectivas Notas Explicativas respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das alterações da situação líquida e do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
5. No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Instituição, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
6. O Conselho Fiscal agradece a referência feita no relatório de Gestão à sua atividade, assim como também acompanha o Conselho de Administração no reconhecimento às diversas Entidades enunciadas e aos membros dos demais Órgãos Sociais.
7. Nestes termos, o Conselho Fiscal apoia as políticas que vêm sendo adotadas pelo MGAM, certo de que o Conselho de Administração, vai prosseguir as aludidas políticas e saberá encontrar os meios mais adequados para fazer face às dificuldades previsíveis e prosseguir na via do desenvolvimento que tem vindo a alcançar.

PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras do Montepio Geral Associação Mutualista, referentes a 31 de dezembro de 2013, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

① *SH*



- a) A proposta de aplicação de resultados e as demais propostas contidas no Relatório de Gestão, apresentadas pelo Conselho de Administração;
- b) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Colaboradores pelo seu empenhamento na atividade desenvolvida.

Lisboa, 05 de março de 2014

O CONSELHO FISCAL

(Álvaro João Duarte Pinto Correia – Presidente)

(Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal)

(Luisa Maria Xavier Machado – Vogal)

15. Anexos

15.1. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO PARA 2014

1. As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma Comissão de Vencimentos, eleita nos termos do artigo 25.º *b)* dos Estatutos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
2. O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.
3. O estatuto remuneratório dos membros do órgão de administração é constituído por:
 - a) Remuneração fixa mensal, paga em dobro nos meses de janeiro (subsídio de férias) e novembro (subsídio de Natal), diferenciada, por acréscimo, em relação ao Presidente do Conselho de Administração e equivalente no que respeita aos demais membros;
 - b) Eventualmente, um subsídio anual de montante fixo, pago no mês de abril, de montante que não excede 11% da remuneração fixa anual, conforme vier a ser deliberado pela Comissão de Vencimentos;
 - c) Ajudas de custo, em caso de deslocação, pagas em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal da CEMG;
 - d) Eventualmente, por uma gratificação especial a atribuir, em condições de distribuição e com critérios idênticos aos aplicados aos Diretores de primeira linha;
 - e) Esta remuneração variável nunca pode exceder 20% da remuneração fixa anual;
 - f) As remunerações referidas em *a)* e *c)* podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que forem revistas as remunerações do quadro de pessoal da CEMG;
 - g) No termo das suas funções, têm os membros do órgão de administração direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida do que mais for devido, por aplicação analógica do regime em vigor para o contrato de trabalho;
 - h) No caso de destituição sem justa causa, têm os membros do órgão de administração direito a receber as remunerações mensais que lhes fossem devidas até ao termo do exercício das suas funções;
 - i) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em participadas, quer pagas por estas, quer pelo MGAM.
4. A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é constituída por senhas de presença. Aplica-se a esta remuneração o disposto na alínea *f)* do número antecedente.
5. Os restantes membros dos órgãos associativos, titulares da Mesa da Assembleia Geral e titulares do Conselho Geral, a que se refere a alínea *b)* do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos, são remunerados, em senhas de presença, pelas reuniões em que participem.

15.2. RELATÓRIO ATUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

1. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório abrange as modalidades individuais atuariais do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) com reservas matemáticas, as rendas vitalícias e as rendas temporárias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas.

As reservas matemáticas de cada modalidade associativa, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas com as bases técnicas atuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Tutela¹. As reservas matemáticas calculadas desta forma são designadas de Reservas Matemáticas Estatutárias.

Contudo, algumas modalidades e rendas, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, é efetuado anualmente um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando bases técnicas atuariais mais adequadas à realidade atual.

O teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar através da constituição de uma provisão adicional. O valor de provisão adicional, constituído no final de cada ano, é designado de Reservas Matemáticas Atuariais.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias era de 446,9 milhões de euros, tendo registado um aumento de 29,1 milhões de euros durante o ano de 2013.

Adicionalmente, na sequência do teste anual à adequação das responsabilidades, o MGAM constituiu um reforço líquido de reservas matemáticas no montante de 17,2 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2013, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais era de 93,6 milhões de euros.

O total de reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu em 31 de dezembro de 2013 os 540,5 milhões de euros, ou seja, mais 46,3 milhões de euros do que em período homólogo de 2012.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

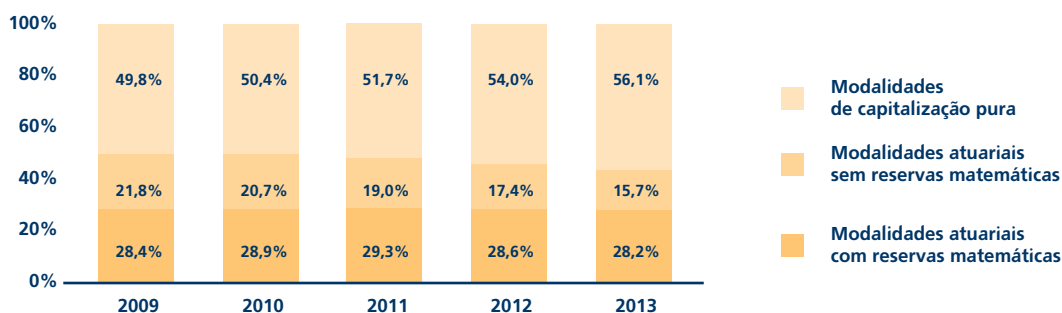
2.1. Análise Global

Em 31 de dezembro de 2013, o número de subscrições nas modalidades associativas do MGAM era de 1 014 039, o que representa um crescimento de 8,9% relativamente a 31 de dezembro de 2012. Neste número estão incluídas 5 482 subscrições em coberturas adicionais.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades de capitalização pura²;
- Modalidades atuariais sem reservas matemáticas³;
- Modalidades atuariais com reservas matemáticas⁴.

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



1. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Direção-Geral da Segurança Social.

2. Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma.

3. Montepio Proteção – Crédito Habitação, Montepio Proteção – Outros Encargos e Montepio Proteção – Crédito Individual.

4. As rendas vitalícias e as rendas temporárias não estão incluídas nesta análise gráfica por não serem modalidades associativas.

O número de subscrições nas modalidades atuariais com reservas matemáticas registou, à semelhança do ano passado, uma ligeira diminuição, representando atualmente 28,2% do total de subscrições (28,6% em 2012).

As modalidades atuariais sem reservas matemáticas têm vindo, nos últimos anos, a perder peso no total de subscrições, representando atualmente 15,7% do total de subscrições (17,4% em 2012).

Quanto às modalidades de capitalização, o número de subscrições continua a aumentar, mantendo a tendência dos últimos anos, tendo atualmente um peso de 56,1% no total de subscrições (54,0% em 2012).

2.2. Modalidades Atuariais sem Reservas Matemáticas

Nas modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Montepio Proteção – Crédito Habitação, Montepio Proteção – Outros Encargos e Montepio Proteção – Crédito Individual), uma vez que não possuem reservas matemáticas, importa analisar o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano e os pagamentos efetuados pelo MGAM nesse mesmo ano.

MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS – ANO 2013

(euros)

Modalidades	Quotizações recebidas pelo MGAM	Capitais pagos pelo MGAM	Saldo
Montepio Proteção – Crédito Habitação	22 652 163,23	7 831 762,76	14 820 400,47
Montepio Proteção – Outros Encargos	312 655,07	103 238,01	209 417,06
Montepio Proteção – Crédito Individual	11 760,20	4 145,12	7 615,08
Total	22 976 578,50	7 939 145,89	15 037 432,61

Em 2013, o valor das quotas pagas pelos subscritores destas modalidades foi largamente superior aos capitais pagos pelo MGAM em caso de morte e invalidez.

2.3. Modalidades Atuariais com Reservas Matemáticas

Mantendo a tendência dos últimos anos, a modalidade atuarial com reservas matemáticas mais subscrita em 2013, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito, foi a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%), representando cerca de 91,9% do total de subscrições e 88,2% do total de capital subscrito.

MODALIDADES ATUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

Número de Subscrições		Capitais Subscritos	
Modalidades	%	Modalidades	%
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	91,9	Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	88,2
Capitais para Jovens – 3%	7,8	Capitais para Jovens – 3%	11,2
Pensões de Reforma – 3%	0,2	Capitais de Previdência – 3%	0,5
Outras Modalidades	0,1	Outras Modalidades	0,1

Apresenta-se, de seguida, o número de subscrições, os valores subscritos e a quotização anual, à data de 31 de dezembro de 2013, discriminados por modalidade.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência – 3%	921	6 781 049,07	7 362,70	177 559,72	192,79
Pensões de Reforma – 3%	1 318	911 953,01	691,92	1 238 208,02	939,46
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	1 175	3 477 615,03	2 959,67	141 665,75	120,57
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	146 196	334 240 369,02	2 286,25	40 697 788,83	278,38
Capitais para Jovens – 3%	14 083	48 151 794,48	3 419,14	5 302 026,62	376,48
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	91	152 516,33	1 676,00	1 001,30	11,00
Total	163 784	393 715 296,94	2 403,87	47 558 250,24	290,37

SUBSCRIÇÕES

(euros)

Modalidades de subscrição fechada	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência	6 851	21 175 265,98	3 090,83	608 138,73	88,77
Subsídio por Morte	1 379	1 294 831,87	938,96	22 840,85	16,56
Pensões de Reforma – 6%	897	1 354 320,71	1 509,83	0,00	0,00
Pensões de Reforma – 4%	1 305	1 027 783,54	787,57	0,00	0,00
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 396	763 253,68	546,74	0,00	0,00
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	1 014	9 876 728,48	9 740,36	0,00	0,00
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	2 938	18 868 983,20	6 422,39	0,00	0,00
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	65	387 791,68	5 966,03	0,00	0,00
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	76	86 168,59	1 133,80	0,00	0,00
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	96 076	340 315 634,98	3 542,15	22 351 429,97	232,64
Capitais de Previdência a Prazo	122	1 675 743,61	13 735,60	46 923,12	384,62
Capitais para Jovens	7 053	35 495 694,45	5 032,71	1 846 821,22	261,85
Pensões para Deficientes	22	61 789,12	2 808,60	25 371,13	1 153,23
Capitais Temporários por Invalidez	93	559 816,60	6 019,53	3 018,73	32,46
Rendas de Sobrevivência	31	73 568,73	2 373,18	33 667,89	1 086,06
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	23	123 404,94	5 365,43	8 107,51	352,50
Capitais para Estudos	897	458 012,51	510,60	349 254,41	389,36
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 797	30 340,01	16,88	6 230,19	3,47
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	5	7 042,15	1 408,43	173,64	34,73
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	5 314,08	91,62	0,00	0,00
Total	122 102	433 641 584,69	3 551,47	25 302 012,79	207,22

Apresenta-se, também, o número de pensões⁵ existentes em 31 de dezembro de 2013, os respetivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre o valor das subvenções e melhorias e o valor das pensões.

PENSÕES

(euros)

Modalidades	N.º de Pensões	Encargo anual (a)		Encargo médio por pensão	Relação entre Subv. + Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias (b)		
Capitais de Previdência – 3%	1	161,76	1,08	162,84	0,01
Capitais para Jovens – 3%	3	4 052,04	121,68	1 391,24	0,03
Capitais de Previdência	1 376	201 069,36	553 454,88	548,35	2,75
Pensões de Reforma – 6%	1 960	3 490 006,80	2 245 406,52	2 926,23	0,64
Pensões de Reforma – 4%	759	883 578,96	73 592,88	1 261,10	0,08
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	221	259 525,92	106,92	1 174,81	0,00
Capitais para Jovens	202	328 419,72	78 473,40	2 014,32	0,24
Pensões para Deficientes	3	2 128,08	278,52	802,20	0,13
Rendas de Sobrevivência	5	12 186,84	1 013,28	2 640,02	0,08
Capitais para Estudos	459	248 941,31	32 462,08	613,08	0,13
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	873,60	1 304,22	0,50
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	159	340 021,92	37 111,44	2 371,91	0,11
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	196	477 707,28	10 771,80	2 492,24	0,02
Pensões de Poupança Reforma – 3%	7	5 991,36	46,08	862,49	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 177	34 428,72	1 320 036,60	622,17	38,34
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas	36	648,96	6 624,25	202,03	10,21
Total	7 566	6 290 603,87	4 360 375,01	1 407,74	0,69

(a) O valor da pensão de Capitais para Estudos refere-se a uma semestralidade.

(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

5. Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

2.4. Rendas Vitalícias

Em 31 de dezembro de 2013, existiam 714 rendas vitalícias e 386 rendistas. Estes valores incluem 8 rendas vitalícias diferidas e respetivos rendistas, cujo pagamento só se inicia após o período de diferimento, bem como uma renda vitalícia imediata constituída no mês de dezembro, cujo pagamento só se inicia em janeiro de 2014.

O montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias, em 2013, totalizou 1 103 267,91 euros.

RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas Vitalícias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias – 6%	99	46	173 463,94	1 752,16
Rendas Vitalícias – 4%	446	252	1 802 479,34	4 041,43
Rendas Vitalícias – 3%	169	88	370 790,81	2 194,03
Total	714	386	2 346 734,09	3 286,74

2.5. Rendas Temporárias

Em 31 de dezembro de 2013, existiam 7 rendas temporárias e 8 rendistas. O montante de capitais recebidos para constituição de rendas temporárias, em 2013, totalizou 109 847,40 euros.

RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

Rendas Temporárias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Temporárias – 3%	7	8	32 771,42	4 681,63
Total	7	8	32 771,42	4 681,63

3. RESERVAS MATEMÁTICAS

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas, mensalmente, com as bases técnicas (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Tutela.

Contudo, algumas modalidades e rendas, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas (tábua de mortalidade e/ou taxa técnica de juro). Neste contexto, por questões prudenciais e de acordo com os auditores externos, é efetuado anualmente um teste à adequação das reservas matemáticas destas modalidades e rendas.

O teste anual à adequação das reservas matemáticas tem vindo a ser realizado desde 2005 e incide sobre todas as modalidades atuariais e rendas vitalícias do MGAM que se encontram encerradas a novas subscrições⁶. Este teste consiste em recalcular as reservas matemáticas utilizando bases técnicas mais adequadas à realidade atual, permitindo avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar através da constituição de uma provisão adicional.

Face ao exposto, a partir de 2005, o MGAM passou a refletir no seu Balanço dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Tutela;
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem a um reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste à adequação das responsabilidades realizado no final de cada ano

Do ponto de vista metodológico, o teste de adequação das responsabilidades é efetuado da seguinte forma:

- Calculam-se as reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Tutela (Reservas Matemáticas Estatutárias);
- Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos atuariais mais adequados à realidade atual;

6. As modalidades de subscrição aberta não são sujeitas ao teste anual à adequação das reservas matemáticas uma vez que apresentam bases técnicas ajustadas à realidade atual.

- Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas no ponto anterior for superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes;
- Caso a modalidade ou renda vitalícia não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada;
- Caso a modalidade ou renda vitalícia já tenha Reservas Matemáticas Atuariais, compara-se o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas no ano anterior:
 - i) Se o valor da insuficiência for inferior ao observado no ano anterior, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
 - ii) Se o valor da insuficiência for superior ao observado no ano anterior, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.

3.1. Reservas Matemáticas Estatutárias

Em 31 de dezembro de 2013, o montante das Reservas Matemáticas Estatutárias totalizou 446 943 352,22 euros, registando um aumento de 29 103 420,95 euros em relação ao ano anterior.

As Reservas Matemáticas Estatutárias encontram-se divididas em:

- Reservas matemáticas das Subscrições;
- Reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções;
- Reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar.

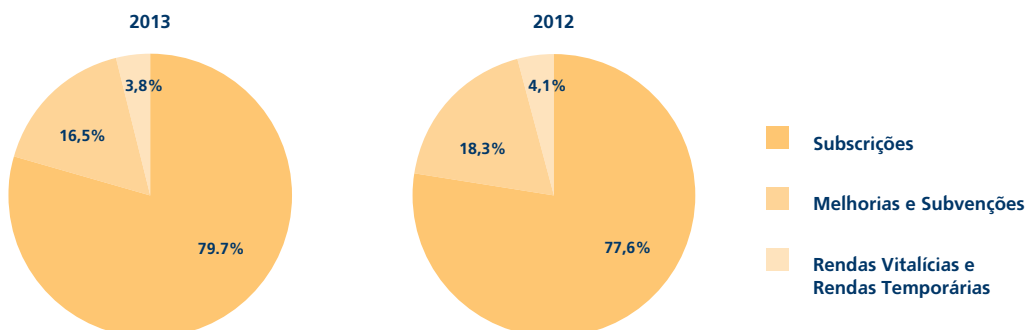
RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31/12/2013

(euros)

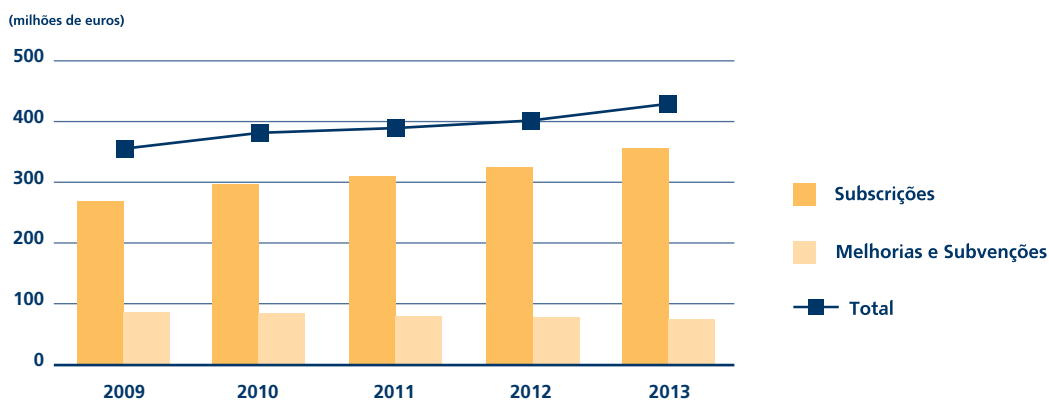
	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Benefícios em formação	300 898 563,93	43 503 423,93	
Benefícios em curso	55 126 505,54	30 305 945,27	14 404,78
Rendas Vitalícias	16 705 320,57		
Rendas Temporárias	389 188,20		
Total	373 119 578,24	73 809 369,20	14 404,78

Os dois gráficos seguintes apresentam a composição das Reservas Matemáticas Estatutárias e a sua evolução nos últimos cinco anos. Em ambos, dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL



Comparando com 2012, o peso das reservas matemáticas das Subscrições aumentou 2,1%, enquanto o das Melhorias e Subvenções e o das Rendas diminuíram 1,8% e 0,3%, respetivamente.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – EVOLUÇÃO ANUAL

Em 2013, manteve-se a tendência de crescimento do total das reservas matemáticas, tendo-se verificado um aumento de 21% nos últimos cinco anos. A componente referente às Melhorias e Subvenções registou, mais uma vez, uma ligeira des- cida, à semelhança dos anos anteriores.

Apresenta-se, de seguida, as reservas matemáticas das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2013, discriminadas por modalidade, bem como a sua variação relativa- mente a 31 de dezembro de 2012.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

Benefícios em formação	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	921	6 781 049,07	741 438,39
Pensões de Reforma – 3%	1 318	911 953,01	4 251 880,93
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	1 175	3 477 615,03	496 623,88
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	146 196	334 240 369,02	99 361 592,28
Capitais para Jovens – 3%	14 083	48 151 794,48	19 796 051,36
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	91	152 516,33	3 545,63
Capitais de Previdência	6 851	21 175 265,98	11 142 129,74
Subsídio por Morte	1 379	1 294 831,87	923 821,08
Pensões de Reforma – 6%	897	1 354 320,71	13 953 779,04
Pensões de Reforma – 4%	1 305	1 027 783,54	11 157 439,79
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 396	763 253,68	10 035 029,71
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	1 014	9 876 728,48	492 527,35
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	2 938	18 868 983,20	1 530 692,19
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	65	387 791,68	38 695,59
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	76	86 168,59	11 040,21
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	96 076	340 315 634,98	93 347 664,45
Capitais de Previdência a Prazo	122	1 675 743,61	1 282 239,78
Capitais para Jovens	7 053	35 495 694,45	26 811 955,57
Pensões para Deficientes	22	61 789,12	439 421,03
Capitais Temporários por Invalidez	93	559 816,60	13 842,07
Rendas de Sobrevivência	31	73 568,73	599 852,61
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	23	123 404,94	42 625,10
Capitais para Estudos	897	458 012,51	4 083 141,47
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 797	30 340,01	331 932,99
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	5	7 042,15	3 849,39
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	676,49
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	5 314,08	5 075,81
			300 898 563,93
Benefícios em curso	N.º Pensões	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	1	161,76	2 874,69
Capitais para Jovens – 3%	3	4 052,04	13 845,79
Capitais de Previdência	1 376	201 069,36	1 426 805,20
Pensões de Reforma – 6%	1 960	3 490 006,80	29 964 144,19
Pensões de Reforma – 4%	759	883 578,96	8 825 488,78
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	221	259 525,92	3 371 149,29
Capitais para Jovens	202	328 419,72	706 774,34
Pensões para Deficientes	3	2 128,08	33 415,64
Rendas de Sobrevivência	5	12 186,84	202 883,69
Capitais para Estudos	459	248 941,31	1 711 541,89
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	7 861,66
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	159	340 021,92	2 598 921,31
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	196	477 707,28	5 956 048,87
Pensões de Poupança Reforma – 3%	7	5 991,36	82 697,52
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 177	34 428,72	218 027,93
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	36	648,96	4 024,75
			55 126 505,54
Rendas Vitalícias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Vitalícias – 6%	99	173 463,94	629 340,41
Rendas Vitalícias – 4%	446	1 802 479,34	10 500 473,93
Rendas Vitalícias – 3%	169	370 790,81	5 575 506,23
			16 705 320,57
Rendas Temporárias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Temporárias – 3%	7	32 771,42	389 188,20
			389 188,20
Total			373 119 578,24

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

Benefícios em formação	N.º de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	844	19 747,99	10 315,90
Pensões de Reforma – 3%	1 192	3 012,33	34 837,05
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	87 898	1 164 788,14	807 856,79
Capitais para Jovens – 3%	9 569	260 904,92	207 048,46
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	89	745,22	53,38
Capitais de Previdência	6 851	33 026 563,60	20 316 842,29
Subsídio por Morte	1 376	980 128,72	716 880,15
Pensões de Reforma – 6%	897	750 164,59	5 441 949,14
Pensões de Reforma – 4%	1 305	63 681,67	544 756,15
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	112	628,32	7 605,73
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	65	139 567,15	11 044,06
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	74	2 563,91	274,00
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	82 249	8 409 824,29	2 960 506,98
Capitais de Previdência a Prazo	122	93 928,67	77 197,38
Capitais para Jovens	7 050	1 924 642,03	1 710 084,58
Pensões para Deficientes	22	13 854,52	115 350,59
Capitais Temporários por Invalidez	92	36 177,25	3 058,96
Rendas de Sobrevivência	31	5 677,42	58 312,70
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	23	5 125,34	2 000,52
Capitais para Estudos	897	20 292,16	195 381,69
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 797	856 221,11	10 247 946,96
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	5	21 750,12	14 400,79
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	934,89	7 273,14
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	13 030,94	12 446,54
			43 503 423,93
Benefícios em curso	N.º Pensões	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	1	1,08	19,19
Capitais para Jovens – 3%	3	121,68	425,61
Capitais de Previdência	1 374	553 042,80	3 520 052,21
Pensões de Reforma – 6%	1 960	2 245 406,52	17 444 971,83
Pensões de Reforma – 4%	759	73 592,88	699 872,72
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	31	106,92	1 472,99
Capitais para Jovens	202	78 473,40	139 852,78
Pensões para Deficientes	3	278,52	3 822,13
Rendas de Sobrevivência	5	1 013,28	16 657,40
Capitais para Estudos	459	32 462,08	186 105,04
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	873,60	3 959,76
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	137	37 111,44	251 425,55
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	175	10 771,80	147 019,38
Pensões de Poupança Reforma – 3%	6	46,08	616,79
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 177	1 317 392,88	7 849 031,85
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	36	6 624,25	40 640,04
Total			73 809 369,20

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

Benefícios em curso	N.º Pensões	Import. anual a pagamento	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência	28	412,08	3 845,04
Pensões de Sobrevivência e Dotes	240	2 643,72	10 559,74
Total			14 404,78

As reservas matemáticas das Subscrições registaram um aumento de 31 858 054,91 euros em relação a 2012. O seu valor em 31 de dezembro de 2013 era de 373 119 578,24 euros (+9,3%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação anual
Benefícios em formação	300 898 563,93	273 309 004,74	27 589 559,19
Benefícios em curso	55 126 505,54	50 937 587,95	4 188 917,59
Rendas Vitalícias	16 705 320,57	16 717 632,14	-12 311,57
Rendas Temporárias	389 188,20	297 298,50	91 889,70
Total	373 119 578,24	341 261 523,33	31 858 054,91

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 2 752 894,57 euros em relação a 2012. O seu valor em 31 de dezembro de 2013 era de 73 809 369,20 euros (-3,6%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação anual
Benefícios em formação	43 503 423,93	46 617 381,01	-3 113 957,08
Benefícios em curso	30 305 945,27	29 944 882,76	361 062,51
Total	73 809 369,20	76 562 263,77	-2 752 894,57

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2013, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação anual
Benefícios em curso	14 404,78	16 144,17	-1 739,39
Total	14 404,78	16 144,17	-1 739,39

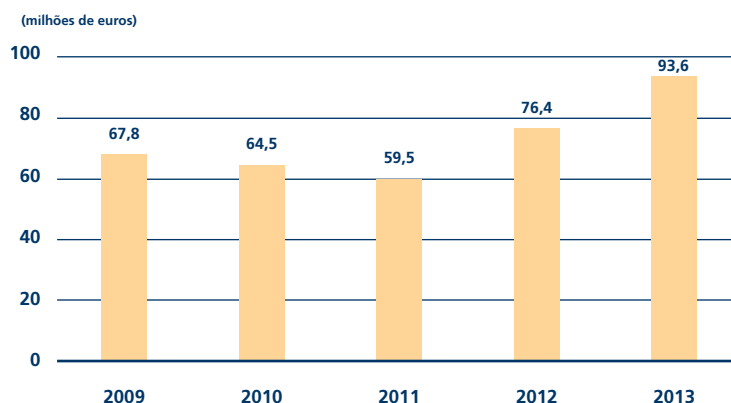
As Reservas Matemáticas Estatutárias registaram um aumento de 29 103 420,95 euros em relação a 2012. O seu valor em 31 de dezembro de 2013 era de 446 943 352,22 euros (+7,0%).

3.2. Reservas Matemáticas Atuariais

Na sequência do teste anual à adequação das responsabilidades, o MGAM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 22 173 556,51 euros e libertou 4 983 436,40 euros. Em 31 de dezembro de 2013, o valor acumulado da provisão adicional (Reservas Matemáticas Atuariais) era de 93 588 463,53 euros, ou seja, mais 17 190 120,11 euros do que em data homóloga de 2012.

O gráfico seguinte apresenta a evolução anual das Reservas Matemáticas Atuariais nos últimos cinco anos.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS – EVOLUÇÃO ANUAL



Apresenta-se, de seguida, as Reservas Matemáticas Atuariais à data de 31 de dezembro de 2013, discriminadas por modalidade, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2012.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS A 31/12/2013

(euros)

Modalidades	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2013	31/12/2012	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma – 6%	52 142 639,13	39 984 493,77		12 158 145,36
Pensões de Reforma – 4%	7 113 889,00	5 480 747,58		1 633 141,42
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	1 346 393,03	617 827,27		728 565,76
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	7 572 601,26	10 243 792,60	-2 671 191,34	
Capitais de Previdência a Prazo	196 199,15	251 005,77	-54 806,62	
Capitais para Jovens	2 975 700,07	3 996 456,37	-1 020 756,30	
Pensões para Deficientes	161 674,10	67 881,47		93 792,63
Rendas de Sobrevivências	1 516,24	0,00		1 516,24
Capitais para Estudos	840 852,86	1 113 891,69	-273 038,83	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	15 340,87	17 390,58	-2 049,71	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 294 275,76	2 754 339,37	-460 063,61	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	6 969 351,82	7 458 791,35	-489 439,53	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	52 619,57	64 710,03	-12 090,46	
Subsídio de Morte – Lutuosa Nacional	343,52	246,07		97,45
Rendas Vitalícias – 6%	897 505,84	344 798,43		552 707,41
Rendas Vitalícias – 4%	11 007 561,31	4 001 971,07		7 005 590,24
Total	93 588 463,53	76 398 343,42	-4 983 436,40	22 173 556,51

3.3. Total das Reservas Matemáticas

Em 31 de dezembro de 2013, o total de reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 540 531 815,75 euros, tendo registado um aumento de 46 293 541,06 euros durante o ano de 2013.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2013 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	754 648,17		754 648,17
Pensões de Reforma – 3%	4 286 717,98		4 286 717,98
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	496 623,88		496 623,88
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	100 169 449,07		100 169 449,07
Capitais para Jovens – 3%	20 017 371,22		20 017 371,22
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	3 599,01		3 599,01
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	6 103 068,25		6 103 068,25
Pensões de Poupança Reforma – 3%	83 314,31		83 314,31
Total	131 914 791,89		131 914 791,89

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2013 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA

Modalidades de subscrição fechada	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência	36 409 674,48		36 409 674,48
Subsídio por Morte	1 640 701,23		1 640 701,23
Pensões de Reforma – 6%	66 804 844,20	52 142 639,13	118 947 483,33
Pensões de Reforma – 4%	21 227 557,44	7 113 889,00	28 341 446,44
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	13 415 257,72	1 346 393,03	14 761 650,75
Restituição de Quotas – 6%	492 527,35		492 527,35
Restituição de Quotas – 4%	1 530 692,19		1 530 692,19
Adicional de Invalidez – 6%	49 739,65		49 739,65
Adicional de Invalidez – 4%	11 314,21		11 314,21
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	96 308 171,43	7 572 601,26	103 880 772,69
Capitais de Previdência a Prazo	1 359 437,16	196 199,15	1 555 636,31
Capitais para Jovens	29 368 667,27	2 975 700,07	32 344 367,34
Pensões para Deficientes	592 009,39	161 674,10	753 683,49
Capitais Temporários por Invalidez	16 901,03		16 901,03
Rendas de Sobrevivência	877 706,40	1 516,24	879 222,64
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	44 625,62		44 625,62
Capitais para Estudos	6 176 170,09	840 852,86	7 017 022,95
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	11 821,42	15 340,87	27 162,29
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 850 346,86	2 294 275,76	5 144 622,62
Pensões de Sobrevivência e Dotes	18 657 499,47	6 969 351,82	25 626 851,29
Capitais de Previdência Favor de Pessoas Certas	18 250,18		18 250,18
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	52 614,42	52 619,57	105 233,99
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	17 522,35	343,52	17 865,87
Total	297 934 051,56	81 683 396,38	379 617 447,94

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2013 – RENDAS VITALÍCIAS

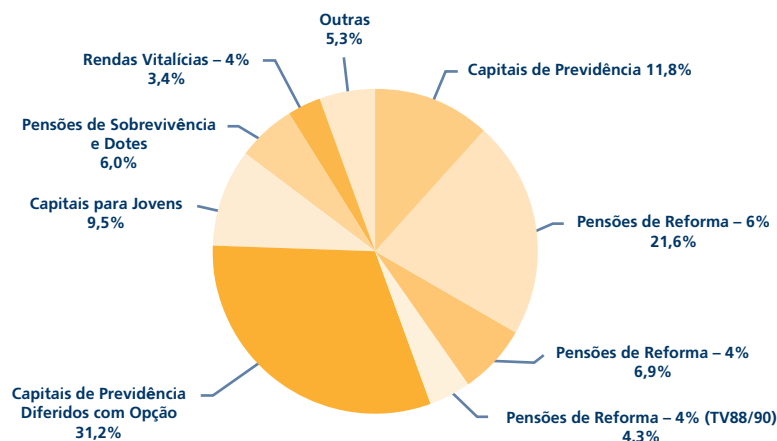
Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias – 6%	629 340,41	897 505,84	1 526 846,25
Rendas Vitalícias – 4%	10 500 473,93	11 007 561,31	21 508 035,24
Rendas Vitalícias – 3%	5 575 506,23		5 575 506,23
Total	16 705 320,57	11 905 067,15	28 610 387,72

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2013 – RENDAS TEMPORÁRIAS

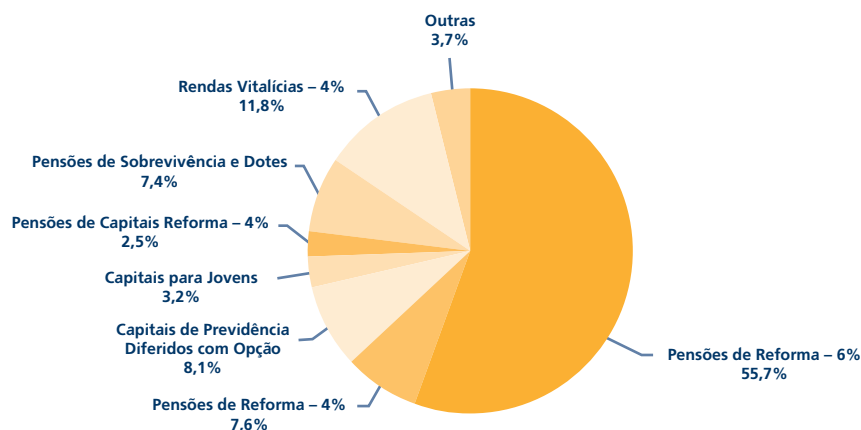
Rendas Temporárias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias – 3%	389 188,20		389 188,20
Total	389 188,20		389 188,20

Os dois gráficos seguintes apresentam a composição das Reservas Matemáticas Estatutárias e das Reservas Matemáticas Atuariais (i.e. provisão adicional de reservas matemáticas, decorrente do teste anual de adequação das responsabilidades) das modalidades encerradas a novas subscrições.

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS



Destaca-se o peso de 55,7% que a modalidade Pensões de Reforma (6%) detém no total das Reservas Matemáticas Atuariais, quando comparado com os 21,6% que representa no total das Reservas Matemáticas Estatutárias das modalidades encerradas a novas subscrições.

4. SITUAÇÃO TÉCNICO-ATUARIAL DA MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas no Núcleo de Atuariado do Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Tutela.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas internacionais, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais mais adequados à realidade atual, tendo-se procedido ao reforço da provisão adicional de reservas matemáticas.

No seu conjunto, o valor das reservas matemáticas do MGAM está integralmente coberto pelo volume do ativo líquido, pelo que o MGAM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2014

A Atuária,

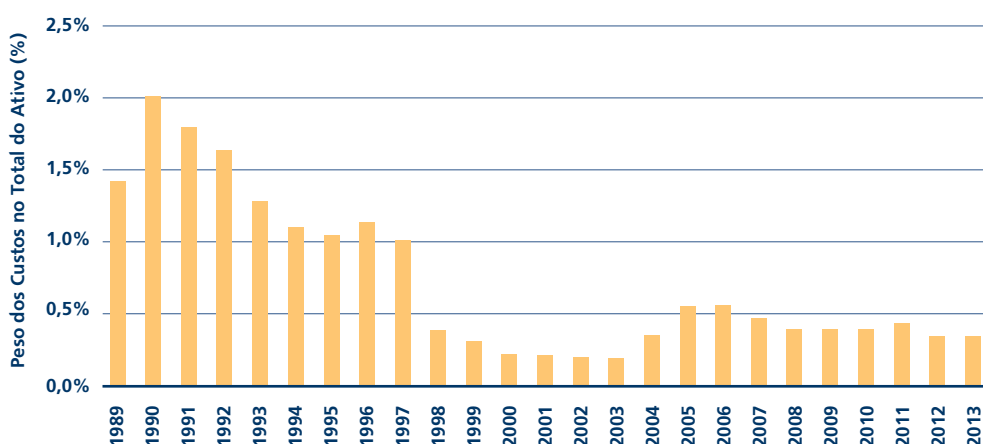
Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

15.3. IMPUTAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS PELAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS

A Associação Mutualista suportou, durante o ano de 2013, cerca de 13,38 milhões de euros de custos administrativos (exceto «Custos Operacionais»), que compara com 9,99 M€ registados no ano anterior. Aquele valor representa cerca de 0,33% do volume total do Ativo Líquido, em 31 de Dezembro de 2013, ligeiramente acima do valor observado em 2012 (0,31%).

EVOLUÇÃO DO PESO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS NO TOTAL DO ATIVO



Nota 1: A partir do ano de 2010, inclusive, o valor do Ativo encontra-se reexpresso.

Nota 2: A partir do ano de 2010, os Custos Administrativos deixaram de considerar os «Outros Encargos Operacionais».

A estrutura de custos administrativos é composta pelas seguintes componentes de valores:

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) – 10,706 M€ (9,992 M€ em 2012);
- Custos com Pessoal (CP) – 2,674 M€ (0,0 M€ em 2012)
(na sequência da reclassificação contabilística, efectuada no ano de 2012, passaram a ser registadas na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos os «encargos com cedência de pessoal»: 5,315 milhões de euros em 2013 e 5,438 M€ em 2012).

Alguns destes custos, pela sua natureza e especificidade, são considerados custos próprios das modalidades e rendas e, por conseguinte, suportados pelas respetivas contas de exploração (2,760 M€ em 2013 e 1,906 M€ em 2012); por outro lado, existe ainda um conjunto de outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns às modalidades e rendas (10,619 milhões de euros em 2013 e 8,086 M€ em 2012). Estes custos continuam a ser imputados a cada uma delas com base nos seguintes critérios:

- Custos Gerais – 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos do Trabalho – calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos custos do trabalho pelas diferentes modalidades e rendas, agruparam-se as seguintes categorias:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (CRPC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo
- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar/Capitais de Reforma; Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas
- Modalidades de Previdência (Atuariais) – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção da Modalidade de Proteção Encargos.

Os Custos Gerais e os Custos com Trabalho, relativos aos exercícios de 2012 e 2013, foram os seguintes:

TABELA 1 – COMPONENTE DE CUSTOS GERAIS

Ano	Ponderador (¹)	Fundo Permanente / Próprio + Reserva Estabilizada de Resultados (€)			Custos Gerais (€)			
		CRPC	Capitalização	Previdência	CRPC	Capitalização	Previdência	Total
2011	0,10%	539 000 000	1 409 000 000	504 000 000	539 000	1 409 000	504 000	2 452 000
2012	0,10%	958 000 000	1 340 000 000	644 000 000	958 000	1 340 000	644 000	2 942 000
2013	0,10%	1 469 000 000	1 442 000 000	515 000 000	1 469 000	1 442 000	515 000	3 426 000

(1) Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento.

TABELA 2 – COMPONENTE DE CUSTOS DO TRABALHO

Ano	Custos Trabalho (€)	Consumo Trabalho (% do Total)				Custos Trabalho (€)			
		CRPC	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos	CRPC	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos
2011	6 419 000	10,70%	50,57%	31,28%	7,45%	687 000	3 246 000	2 008 000	478 000
2012	5 144 000	35,46%	45,91%	8,18%	10,45%	1 824 000	2 362 000	421 000	537 000
2013	7 193 000	49,41%	33,98%	8,70%	7,91%	3 554 000	2 444 000	626 000	569 000

A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades está directamente relacionada com a gestão operacional dos processos e é mensurada com base na informação que é recolhida junto dos próprios serviços envolvidos. Neste contexto, estes valores devem ser encarados como uma estimativa aproximada.

De referir, também, que: (i) em 2011, a percentagem de consumo de trabalho afeta à Modalidade de Montepio Capitais Certo e às outras Modalidades de Capitalização está relacionada com o elevado volume de reembolsos verificado ao longo do ano; (ii) em 2012, com o aumento do número de reembolsos verificado, sobretudo, na Modalidade de Montepio Capital Certo, o consumo de trabalho em termos operacionais aumentou consideravelmente; (iii) em 2013, em consequência do cada vez maior volume de séries emitidas na Modalidade de Montepio Capital Certo, a carga administrativa revelou-se, ainda, maior, tendo o consumo de trabalho diminuído, particularmente, ao nível da gestão operacional da Modalidade de Poupança Complementar.

TABELA 3 – TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS COMUNS (CUSTOS GERAIS E CUSTOS DO TRABALHO)

(euros)

Ano	CRPC	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos	Total
2011	1 226 000	4 655 000	2 512 000	478 000	8 871 000
2012	2 782 000	3 702 000	1 065 000	537 000	8 086 000
2013	5 023 000	3 886 000	1 141 000	569 000	10 619 000

A cobertura dos custos administrativos, comuns às várias modalidades e rendas da Associação Mutualista, começou a ser efetuada, a partir do ano de 2008 (aquando da segregação patrimonial das Modalidades), através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual do Fundo Permanente de cada modalidade e renda). Esta disposição encontra-se prevista nas Disposições Gerais do Novo Regulamento de Benefícios.

TABELA 4 – CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO VALOR MÉDIO ANUAL DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

Ano	CRPC	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos
2011	0,250%	0,315%	0,475%	1,000%
2012	[0,25%-0,40]	0,280%	0,200%	1,000%
2013	0,42%	0,290%	0,200%	1,000%

Notas:

i) Dada a natureza e a particularidade das modalidades da Montepio Proteção Encargos (por exemplo, de não distribuir melhorias de benefícios), considera-se prudente e razoável continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

ii) A partir do ano de 2012, em função do volume de capitais recebidos nas várias séries emitidas da modalidade Montepio Capital Certo, decidiu-se aumentar a comparticipação desta modalidade para o Fundo de Administração tendo em conta, também, o nível de taxas de juro com que é feita a cobertura das respetivas responsabilidades.

15.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

DESIGNAÇÃO	Pensão de Reforma + P. R. – Restituição Quotas 4%	Pensão de Reforma TV 88/90 + P. R. – Restituição Quotas 4%	Pensão de Reforma + P. R. – Restituição Quotas 4%	Montepio Pensão de Reforma + P. R. – Restituição Quotas 3%	P. R. – Adicional de Invalidez 4%	P. R. – Adicional de Invalidez TV 88/90 4%
Proveitos Inerentes a Associados				1 380		
Jóias						
Quotizações				1 380		
Capitais Recebidos						
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados						
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>						
Rendas Temporárias						
Custos Inerentes a Associados	(1 066)	(408)	(5 843)	(199)	()	()
Prestações	(830)	(242)	(3 364)			
Capitais Vencidos						
Subvenções e Melhorias de Benefícios	(73)	()	(2 186)			
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes a Associados	(163)	(165)	(293)	(199)	()	()
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>	(63)	(33)	(223)	(9)	()	()
Rendas Temporárias						
1. Margem de Atividade Associativa	(1 066)	(408)	(5 843)	1 181	()	()
Redução Provisões Matemáticas	1 784	1 134	7 060	272		
Aumento de Provisões Matemáticas	(3 358)	(1 968)	(18 417)	(1 522)	()	()
2. Variação de Provisões Técnicas	(1 574)	(833)	(11 357)	(1 250)		
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	76	10	254	3		
Outros Rendimentos e Gastos	854	187	4 319	65		1
Outros Gastos e Perdas	(88)	(124)	(1 117)	(43)		(1)
4. Outros Resultados de Exploração	766	63	3 201	22		
5. Juros, Dividendos e Out. Rend. Similares	523	280	4 131	67	1	
6. Custos e Perdas de Financiamento	(1)	()	(30)	(1)		
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor	(4)		53			
8. Resultados de Ativos Financeiros Disp. Venda	482	238	3 819	50	()	
9. Gastos Gerais Administrativos	(2)	(2)	(20)	()		()
Fornecimentos e Serviços Externos	(2)	(2)	(20)	()		()
Custos com o Pessoal						
10. Gastos de Depreciação e Amortização	()	()	(1)	()		()
11. Provisões do Exercício	()	()	(4)	()		()
12. Imparidades Líquidas de Reversões	(1)	(1)	(10)	()		()
Outros Ativos	(1)	(1)	(10)	()		()
Ativos Financeiros						
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(799)	(652)	(5 807)	70	1	

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

P. R. – Adicional de Invalidez 4%	Pensão p/ Deficientes	Pensão Sobrevivência e Dotes	Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	Rendas Sobrevivência	Capitais de Previdência 4%	Montepio Proteção Vida 3%	Capitais Diferidos c/ Opção	Montepio Proteção 5 em 5	Capitais de Previdência a Prazo
	25	6		34	608	178	22 356	40 705	47
	25	6		34	608	178	22 351	40 698	47
							4	8	
()	(4)	(1 448)	(6)	(15)	(1 820)	(28)	(28 814)	(18 205)	(111)
	(2)	(34)	(1)	(12)	(195)	()			
		()			(236)		(21 796)	(15 123)	(64)
	()	(1 333)	(6)	(1)	(893)	()	(835)	(137)	(41)
()	(2)	(81)	()	(2)	(496)	(28)	(2 183)	(2 944)	(6)
()	(2)	(57)	()	(2)	(98)	(2)	(254)	(168)	(5)
()	21	(1 441)	(6)	19	(1 212)	150	(2 458)	22 501	(64)
6	1	1 669	17	47	1 675	37	27 430	18 916	161
()	(126)	(472)	(2)	(88)	(1 467)	(157)	(25 834)	(42 858)	(99)
5	(126)	1 197	16	(41)	208	(120)	1 596	(23 942)	62
	1	67		1	105		294	61	4
4	25	873	1	36	1 285	20	3 456	835	136
(3)	(10)	(166)	(1)	(17)	(255)	(13)	(604)	(540)	(37)
1	16	707		19	1 030	7	2 852	295	99
3	12	386	2	9	737	12	1 873	1 264	22
()	()	()	()	()	(2)	()	(8)	(20)	
		(19)			(9)		(9)	15	
13	26	385	8	10	629	9	1 067	931	34
()	()	(5)	()	()	(3)	()	(7)	(8)	()
()	()	(5)	()	()	(3)	()	(7)	(8)	()
()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
()	()	(1)	()	()	(1)	()	(2)	(2)	()
()	()	(1)	()	()	(2)	()	(5)	(5)	()
()	()	(1)	()	()	(2)	()	(5)	(5)	()
22	(51)	1 273	20	18	1 478	58	5 192	1 089	156

DESIGNAÇÃO	Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	Capitais p/ Jovens 4%	Montepio Proteção 18-30 3%	Capitais Diferidos Cobertura Adicional	Capitais p/ Estudos	Capitais Temporários Invalidez 4%
Proveitos Inerentes a Associados		1 848	5 303	8	349	3
Jóias						
Quotizações		1 847	5 302	8	349	3
Capitais Recebidos						
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados		1	1			
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>						
Rendas Temporárias						
Custos Inerentes a Associados	(1)	(4 415)	(489)	(4)	(663)	(1)
Prestações		(351)	(2)			
Capitais Vencidos	()	(3 293)	(275)	(4)	(514)	
Subvenções e Melhorias de Benefícios	(1)	(565)	(8)	()	(71)	
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes a Associados	()	(207)	(203)	()	(78)	(1)
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>	()	(85)	(32)	()	(15)	(1)
Rendas Temporárias						
1. Margem de Atividade Associativa	(1)	(2 567)	4 814	4	(314)	2
Redução Provisões Matemáticas	1	5 775	570	5	1 687	8
Aumento de Provisões Matemáticas	()	(3 327)	(5 802)	(8)	(1 343)	(1)
2. Variação de Provisões Técnicas		2 448	(5 232)	(4)	344	7
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital		101	11		10	
Outros Rendimentos e Gastos		1 483	130	1	218	5
Outros Gastos e Perdas		(330)	(86)	(1)	(27)	(3)
4. Outros Resultados de Exploração		1 154	44		190	2
5. Juros, Dividendos e Out. Rend. Similares	1	580	272	2	129	6
6. Custos e Perdas de Financiamento		(5)	(4)	()	()	()
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor		(7)			(2)	
8. Resultados de Ativos Financeiros Disp. Venda		310	326	4	32	6
9. Gastos Gerais Administrativos		(4)	(1)	()	()	()
Fornecimentos e Serviços Externos		(4)	(1)	()	()	()
Custos com o Pessoal						
10. Gastos de Depreciação e Amortização		()	()	()	()	()
11. Provisões do Exercício		(1)	()	()	()	()
12. Imparidades Líquidas de Reversões		(3)	(1)	()	()	()
Outros Ativos		(3)	(1)	()	()	()
Ativos Financeiros						
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2 005	228	7	390	24

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Montepio Proteção Invalidez 3%	Subsidio p/ Morte	Subsidio p/ Morte Lutuosa Nacional	Rendas Certas /Pensão de Modalidades Coletivas	Rendas Temporárias	Rendas Vitalícias + Pensões Modal. Capitalização 4%	Rendas Vitalícias + Pensões Modal. Capitalização 6%	Rendas Vitalícias + Pensões Modal. Capitalização 3%	Subtotal	Fundo Montepio Egitaniense
1	23			110			2 156	75 140	2
1	23						1 053 1 103 14	72 860 1 053 1 103 14	2
				110				110	
()	(68)	()	(16) (16)	(33)	(2 228) (338)	(178) (2)	(916) (503)	(62 980) (5 892) (41 334)	
	(27) (30)				(37) (1 802)	(1) (173)	(10) (371)	(6 227) (2 347)	
()	(11)	()	()	(1)	(50)	(2)	(32)	(7 147)	
()	(5)	()	()	(1) (33)	(50)	(2)	(32)	(1 139) (33)	
1	(46)	()	(16)	76	(2 228)	(178)	1 240	12 160	2
1 (1)	58 (49)	()	8 (4)	18 (110)	1 484 (7 006)	66 (554)	1 007 (2 184)	70 897 (116 757)	
1	9	()	4	(92)	(5 522)	(488)	(1 177)	(45 860)	
	2				48		7	1 055	
	59 (19)	1 ()	19 (6)		772 (215)	50 (10)	173 (97)	15 008 (3 813)	5 (3)
	40		13		557	40	75	11 195	2
	34	1		9	288	59	191	10 894	
()		()		()	(2)	(1)	(7)	(81)	
					(1)	6		22	4
	17	2		16	103	138	27	8 683	
	()	()	()	()	(3)	()	(2)	(58)	(40)
	()	()	()	()	(3)	()	(2)	(58)	(40)
	()	()	()		()	()	()	(2)	()
	()	()	()		(1)	()	()	(15)	()
	()	()	()		(2)	()	(1)	(33)	()
	()	()	()		(2)	()	(1)	(33)	()
2	57	3	1	10	(6 763)	(425)	353	(2 038)	(31)

DESIGNAÇÃO	Montepio Proteção Crédito à Habitação	Montepio Proteção Outros Encargos	Montepio Proteção Crédito Individual	Subtotal	Capitais de Reforma	Capitais de Garantia
Proveitos Inerentes a Associados	22 652	313	12	22 979	188 991	175
Jóias						
Quotizações	22 652	313	12	22 979		175
Capitais Recebidos					187 802	
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados					1 189	
<i>dos quais: Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>						
Rendas Temporárias						
Custos Inerentes a Associados	(8 342)	(161)	(5)	(8 508)	(136 768)	(11)
Prestações						
Capitais Vencidos					(133 001)	(10)
Subvenções e Melhorias de Benefícios						
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes a Associados	(8 342)	(161)	(5)	(8 508)	(3 767)	(2)
<i>dos quais: Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>	(511)	(58)	()	(569)	(3 715)	(2)
Rendas Temporárias						
1. Margem de Atividade Associativa	14 310	152	7	14 471	52 223	164
Redução Provisões Matemáticas					133 001	
Aumento de Provisões Matemáticas					(188 397)	
2. Variação de Provisões Técnicas					(55 395)	
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	405	212		617	2 989	1
Outros Rendimentos e Gastos				5	35 857	
Outros Gastos e Perdas	(5)			(8)	(13 449)	
4. Outros Resultados de Exploração	(5)			(3)	22 408	
5. Juros, Dividendos e Out. Rend. Similares	163	17	1	181	7 994	24
6. Custos e Perdas de Financiamento	()	()	()	()	(40)	(2)
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor	435			439	59	
8. Resultados de Ativos Financeiros Disp. Venda	325			325	4 455	1
9. Gastos Gerais Administrativos	(105)	(32)		(177)	(156)	()
Fornecimentos e Serviços Externos	(105)	(32)		(177)	(156)	()
Custos com o Pessoal						
10. Gastos de Depreciação e Amortização				()	7	
11. Provisões do Exercício	(486)			(486)	(51)	
12. Imparidades Líquidas de Reversões	(1 272)			(1 272)	(3 744)	
Outros Ativos	(818)			(819)	(1 731)	
Ativos Financeiros	(454)			(454)	(2 013)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13 770	349	8	14 095	30 734	187

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Benefícios Solidarietà Associativa	Poupança Reforma	Modalidades Coletivas	Capitais Reforma Prazo Certo	Invalidez Modalidades Coletivas	Fundo Bolsas de Estudo	Fundo de Administração	Fundo de Reserva	TOTAL
9 517	4 616	360	576 928	1		11 218 599		889 925 599
9 515				1				105 530
	4 580	360	575 743					769 538
								1 103
2	35		1 185			10 619		13 045
						10 619		10 619
								110
(1 702)	(4 242)	(595)	(150 460)	()				(365 266)
(157)	(3 998)	(570)	(144 677)					(5 892)
								(323 747)
								(6 227)
								(2 347)
(1 545)	(244)	(25)	(5 783)	()				(27 021)
	(243)	(24)	(4 927)	()				(10 619)
								(33)
7 815	373	(235)	426 468	1		11 218		524 659
	3 998	570	144 677					353 144
	(4 622)	(364)	(618 381)					(928 521)
	(624)	206	(473 704)					(575 377)
125	185	3					901	5 875
1 559	3 098	78			26		9 915	65 546
(3 786)	(430)	(52)	()		(10)	(22)	(891)	(22 461)
(2 227)	2 668	26	()		16	(22)	9 024	43 084
185	1 035	209	52 174		3	29	1 352	74 079
(1)	(20)	(9)	()	()	()		(129)	(282)
4	21	()	37				2 759	3 341
267	3 850	107	1 051	1			(33)	18 707
(1 809)	(8)	(1)	()		()	(11 162)	(10)	(13 379)
(1 809)	(8)	(1)	()		()	(8 488) (2 674)	(10)	(10 706) (2 674)
()	()	()			()		()	(9)
(2)	(2)	()			()		(3)	(559)
(4)	(4)	()			()		(4 809)	(9 867)
(4)	(4)	()			()		(4 809)	(7 400) (2 467)
4 353	7 474	306	6 025	2	18	63	9 050	70 271

15.5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS E RENDIMENTO DE BENEFÍCIOS

TABELA 1 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Previdência Abertas					
Montepio Proteção Vida	58 093			2 905	
Montepio Proteção 5 em 5	1 089 297			54 465	
Montepio Proteção 18-30	227 752			11 388	
Montepio Pensões de Reforma	69 705			3 485	
Montepio Proteção Invalidez	2 111			106	
Capitais Garantia (*)	187 477			9 374	
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	1 964			98	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 390			69	
TOTAL	1 637 789			81 889	

(*) Coberturas Complementares.

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis (1)	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades de Previdência Abertas				
Montepio Proteção Vida	55 188	3 738	51 450	
Montepio Proteção 5 em 5	1 034 833	380 282	654 550	
Montepio Proteção 18-30	216 364	83 955	132 409	
Montepio Pensão de Reforma	66 220	19 626	46 594	
Montepio Proteção Invalidez	2 005	18	1 987	
Capitais Garantia (*)	178 104	0	178 104	
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	1 865	0	1 865	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 320	0	1 320	
TOTAL	1 555 899	487 620	1 068 279	

(1) Depois de efetuada a dotação para o Fundo de Reserva Geral (5%).

(*) Coberturas Complementares.

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2013	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Previdência Abertas			
Montepio Proteção Vida	51 450	136 399	187 849
Montepio Proteção 5 em 5	654 550	2 838 203	3 492 753
Montepio Proteção 18-30	132 409	154 973	287 381
Montepio Pensões de Reforma	46 594	117 372	163 965
Montepio Proteção Invalidez	1 987	2 216	4 203
Capitais Garantia (*)	178 104	941 238	1 119 342
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	1 865	16 220	18 085
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 320	4 999	6 319
TOTAL	1 068 279	4 211 618	5 279 897

(*) Coberturas Complementares.

TABELA 2 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reposição
Modalidades de Previdência Encerradas						
<u>Taxa Técnica – 6%</u>						
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	(5 806 506)		(2 052 521)		(3 753 985)	
P. R. – Adicional de Invalidez	22 489			1 124		
<u>Taxa Técnica – 4%</u>						
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	(799 485)		(799 485)			
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)	(651 959)		(651 959)			
P. R. – Adicional de Invalidez	1 461			73		
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	418			21		
Capitais de Previdência	1 478 102			73 905		
Capitais Diferidos c/ Opção	5 191 962	2 671 191		259 598		
Capitais p/ Jovens	2 005 379	1 020 756		100 269		
Capitais p/ Estudos	389 532	262 696		19 477		107 359
Subsídio p/ Morte	56 656			2 833		
Capitais Previdência a Prazo	156 331	54 807		7 817		
Pensão Sobrevivência e Dotes	1 273 156	489 440		63 658		
Pensão p/ Deficientes	(50 518)		(50 518)	0		
Capitais Temporários Invalidez	23 505			1 175		
Rendas Sobrevivência	17 742			887		
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	6 880			344		
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	428			21		
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	19 776	12 090		989		1 424
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	2 638			132		
TOTAL	3 337 986	4 510 980	(3 554 483)	532 323	(3 753 985)	108 783

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjuntas.

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis (1)	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades de Previdência Encerradas				
<u>Taxa Técnica – 6%</u>				
Pensão de Reforma + Retituição de Quotas (*)			0	
P. R. – Adicional de Invalidez	21 364		21 364	
<u>Taxa Técnica – 4%</u>				
Pensão de Reforma + Retituição de Quotas (*)			0	
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)			0	
P. R. – Adicional de Invalidez	1 388		1 425	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	398		441	
Capitais de Previdência	1 404 197		1 404 197	
Capitais Diferidos c/ Opção	2 261 172		2 261 172	
Capitais p/ Jovens	884 354		884 354	
Capitais p/ Estudos	0		0	
Subsídio p/ Morte	53 824		53 824	
Capitais Previdência a Prazo	93 708		93 708	
Pensão Sobrevivência e Dotes	720 059		720 059	
Pensão p/ Deficientes	0		0	
Capitais Temporários Invalidez	22 330		22 330	
Rendas Sobrevivência	16 855		16 855	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	6 536		6 536	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	406		406	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	5 273		5 273	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	2 506		2 506	
TOTAL	5 494 369		5 494 450	

(1) Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral (5%).

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta.

(euros)			
DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2013	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Previdência Encerradas			
<u>Taxa Técnica – 6%</u>			
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	(2 052 521)	2 052 521	0
P. R. – Adicional de Invalidez	21 364	172 535	193 900
<u>Taxa Técnica – 4%</u>			
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	(799 485)	1 799 963	1 000 478
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)	(651 959)	882 153	230 194
P. R. – Adicional de Invalidez	1 388	38 018	39 406
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	398	2 948	3 346
Capitais de Previdência	1 404 197	12 654 648	14 058 844
Capitais Diferidos c/ Opção	4 932 364	17 771 940	22 704 303
Capitais p/ Jovens	1 905 110	7 027 646	8 932 756
Capitais p/ Estudos	262 696	0	262 696
Subsídio p/ Morte	53 824	819 455	873 278
Capitais Previdência a Prazo	148 515	773 477	921 991
Pensão Sobrevivência e Dotes	1 209 498	751 937	1 961 436
Pensão p/ Deficientes	(50 518)	159 168	108 650
Capitais Temporários Invalidez	22 330	310 232	332 562
Rendas Sobrevivência	16 855	107 283	124 138
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	6 536	28 117	34 653
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	406	7 883	8 290
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	17 363	0	17 363
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	2 506	18 302	20 809
TOTAL	6 450 866	45 378 227	51 829 093

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta.

TABELA 3 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Rendas Vitalícias					
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 6%) – Encerrada	(425 052)				(425 052)
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Encerrada	(6 763 008)				(6 763 008)
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 3%) – Ativa	353 371			17 669	
TOTAL	(6 834 688)			17 669	(7 188 059)

(1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Rendas Temporárias			
Rendas Temporárias (Tx Técn – 3%) – Ativa	10 123		506
TOTAL	10 123		506

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis ⁽²⁾	Resultados Distribuídos (Custo Taxa de Atualização)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Rendas Vitalícias				
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 6%) – Encerrada	0	0	0	
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Encerrada	0	0	0	
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Ativa	335 703	51 440	284 263	
TOTAL	335 703	51 440	284 263	

(1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

(2) Depois de efetuada a contribuição para o Fundo de Reserva Geral (5%).

Rendas Temporárias			
Rendas Temporárias – Ativa	9 617	1 397	8 220
TOTAL	9 617	1 397	8 220

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2013	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Rendas Vitalícias			
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 6%) – Encerrada			0
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Encerrada			0
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Ativa	284 263	340 043	624 306
TOTAL	284 263	340 043	624 306

(1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Rendas Temporárias			
Rendas Temporárias (Tx Técn) – Ativa	8 220	960	9 180
TOTAL	8 220	960	9 180

TABELA 4 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Montepio Poupança Reforma	7 473 608		373 680	
Montepio Poupança Complementar	30 733 515		1 536 676	
Modalidade Coletivas	306 188		15 309	
Montepio Capital Certo (MCC)	6 025 392	(35 796)	606 119	
TOTAL	44 538 702	(35 796)	2 531 784	0

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Próprios Distribuíveis ⁽¹⁾	Resultados Distribuídos (Custo do Complemento)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Montepio Poupança Reforma	7 099 928	2 653 107		4 446 821
Montepio Poupança Complementar	29 196 839	38 226 798		(9 029 959)
Modalidade Coletivas	290 878	263 998		26 880
Montepio Capital Certo (MCC)	5 455 069		5 419 273	
TOTAL	42 042 713	41 143 903	5 419 273	(4 556 259)

(1) Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral (10% na modalidade MCC e 5% nas restantes modalidades).

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2013	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Capitalização			
Montepio Poupança Reforma	4 446 821		4 446 821
Montepio Poupança Complementar ⁽¹⁾	(9 029 959)	31 733 031	22 703 072
Modalidade Coletivas	26 880	32 612	59 492
Montepio Capital Certo (MCC) ⁽²⁾	5 419 273	8 778 011	14 197 284
TOTAL	863 014	40 543 654	41 406 668

(1) Este deficitte será coberto através do recurso extraordinário à Reserva de Estabilização de Resultados da Modalidade.

(2) Ao longo de 2013, venceram-se três Séries desta Modalidade, que tinham sido emitidas em 2008, pelo que a verba acumulada em Excedentes Técnicos foi reduzida na proporção dos montantes que foram atribuídos aos associados (Capital e Juro).

TABELA 5 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DO FUNDOS DISPONÍVEIS – FUNDOS DIVERSOS

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Fundo Próprio (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Fundos Diversos				
Fundo de Reserva Legal	9 050 245			
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	4 353 179			
Fundo de Administração	63 385			
Fundo Bolsas de Estudo	18 452			923
Fundo Montepio Egitanense	(30 664)	(30 664)		
Montepio Proteção Crédito à Habitação	13 769 51			9 225 573
Montepio Proteção Outros Encargos	348 705			233 632
Montepio Proteção Crédito Individual	7 920			5 307
TOTAL	27 580 734	(30 664)	0	9 465 434

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Próprios Distribuíveis (1)	Fundos Próprios (-) Utilização (+) Reforço	Fundos Próprios e Reserva Geral em 31.DEZ.2013	Fundos Próprios e Reserva Geral (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Capitalização				
Fundo de Reserva Legal (2)	9 050 245		229 404 809	238 455 054
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	4 353 179		57 067 313	61 420 492
Fundo de Administração	63 385		270 076	333 460
Fundo Bolsas de Estudo	17 529		989 401	1 006 930
Fundo Montepio Egitanense		(30 664)	351 715	321 052
Montepio Proteção Crédito à Habitação	4 543 939		52 706 826	57 250 765
Montepio Proteção Outros Encargos	115 073		6 291 934	6 407 006
Montepio Proteção Crédito Individual	2 614		33 980	36 593
TOTAL	18 145 963		347 116 053	365 231 352

(1) Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral (67% nas Modalidades de Proteção Encargos e 5% nas restantes modalidades). O Fundo de Administração e o Fundo de Solidariedade Associativa não contribuem para o Fundo de Reserva Geral.

(2) A este valor acresce, ainda, a Dotação Anual das Modalidades e, também, a Reposição e a Utilização de valores pelas várias modalidades.

Nos últimos anos, a atribuição de Melhorias às Modalidades de Previdência, a Atualização das Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias e a atribuição de Rendimento Complementar às Modalidades de Capitalização, foi a seguinte:

TABELA 6 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2007		Melhorias 2008		Melhorias 2009	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Abertas						
<u>Taxa Técnica – 3%</u>						
Montepio Proteção Vida	–		1,00%	9	1,00%	146
Montepio Proteção 5 em 5	–		1,00%	32 371	1,00%	113 135
Montepio Proteção 18-30	–		1,00%	4 416	1,00%	19 435
Montepio Pensões de Reforma	–		1,00%	1 155	1,00%	3 751
Pensões de Capitais de Reforma (*)	0	11 373	1,00%	23 665	1,00%	31 411
Pensões de Poupança de Reforma (*)	–		–	–	–	–
Montepio Proteção Invalidez	–		1,00%	2	1,00%	5

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2010		Melhorias 2011		Melhorias 2012		Melhorias 2013	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Abertas								
<u>Taxa Técnica – 3%</u>								
Montepio Proteção Vida	1,00%	3 182	1,00%	4 502	0,50%	3 118	0,50%	3 738
Montepio Proteção 5 em 5	1,00%	240 255	1,00%	440 737	0,50%	302 465	0,50%	380 283
Montepio Proteção 18-30	1,00%	46 878	1,00%	83 441	0,50%	63 032	0,50%	83 955
Montepio Pensões de Reforma	1,00%	9 227	1,00%	14 734	0,50%	15 366	0,50%	19 626
Pensões de Capitais de Reforma (*)	1,00%	36 654	1,00%	40 696	0,50%	24 401	0,50%	
Pensões de Poupança de Reforma (*)	1,00%	67	1,00%	279	0,50%	307	0,50%	
Montepio Proteção Invalidez	1,00%	18	1,00%	33	0,50%	21	0,50%	18

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Renditas Vitalícias.

TABELA 7 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2007		Melhorias 2008		Melhorias 2009	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Encerradas						
<u>Taxa Técnica – 6%</u>						
Pensão de Reforma	–		–			
P. R. – Adicional de Invalidez	–		–			
Pensões de Capitais de Reforma (*)	–		–			
<u>Taxa Técnica – 4%</u>						
Pensão de Reforma	–		–			
Pensão de Reforma (TV 88/90)	–		–			
P. R. – Adicional de Invalidez	1,10%	71	–			
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1,10%	36	–			
Pensões de Capitais de Reforma (*)	–		–			
Capitais de Previdência	1,10%	383 090	0,50%	177 590	0,50%	180 028
Capitais Diferidos c/ Opção	1,10%	1 146 142	0,50%	552 136	0,50%	557 918
Capitais p/ Jovens	1,10%	410 140	0,50%	186 136	0,50%	180 643
Capitais p/ Estudos	1,10%	53 559	0,50%	26 965	0,50%	28 669
Subsídio p/ Morte	1,10%	18 298	0,50%	8 409	0,50%	8 192
Capitais Previdência a Prazo	1,10%	23 487	0,50%	9 030	0,50%	7 539
Pensão Sobrevivência e Dotes	1,10%	249 718	0,00%		0,25%	53 152
Pensão p/ Deficientes	1,10%	4 382	0,50%	2 117	0,50%	2 322
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	1,10%	16	0,50%	6	0,50%	3
Capitais Temporários Invalidez	1,10%	664	0,50%	266	0,50%	200
Rendas Sobrevivência	1,10%	5 649	0,50%	2 770	0,50%	2 968
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1,10%	770	0,50%	263	0,50%	265
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	1,10%	181	0,50%	85	0,50%	87
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	1,10%	801	0,50%	355	0,50%	325
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	1,10%	183	0,50%	84	0,50%	85

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Renditas Vitalícias.

(Custo em euros)

Designação	Melhorias 2010		Melhorias 2011		Melhorias 2012		Melhorias 2013	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Encerradas								
<u>Taxa Técnica – 6%</u>								
Pensão de Reforma	–		–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–		–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	–		–		–		–	
<u>Taxa Técnica – 4%</u>								
Pensão de Reforma	–		–		–		–	
Pensão de Reforma (TV 88/90)	–		–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–		–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	–		–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	–		–		–		–	
Capitais de Previdência	0,25%	91 132	–		–		–	
Capitais Diferidos c/ Opção	0,25%	274 860	–		–		–	
Capitais p/ Jovens	–		–		–		–	
Capitais p/ Estudos	–		–		–		–	
Subsídio p/ Morte	0,25%	4 114	–		–		–	
Capitais Previdência a Prazo	0,25%	3 609	–		–		–	
Pensão Sobrevivência e Dotes	–		–		–		–	
Pensão p/ Deficientes	0,25%	1 241	–		–		–	
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	–		–		–		–	
Capitais Temporários Invalidez	0,25%	80	–		–		–	
Rendas Sobrevivência	0,25%	1 933	–		–		–	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	0,25%	130	–		–		–	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	0,25%	45	–		–		–	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0,25%	149	–		–		–	
Pensão de Reforma – Estat. 1922	–		–		–		–	
Pensão Invalidez/Reforma	–		–		–		–	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	0,25%	43	–		–		–	

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

TABELA 8 – ATUALIZAÇÃO – RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Atualização Melhorias 2007		Atualização Melhorias 2008		Atualização Melhorias 2009	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias						
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	–	–	1,00%	17 413	1,00%	22 498
Rendas Temporárias						
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	–	–	–	–	–	–

Custo em euros)

DESIGNAÇÃO		Atualização Melhorias 2010		Atualização Melhorias 2011		Atualização Melhorias 2012		Atualização Melhorias 2013	
		Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias									
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada		–		–		–		–	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada		–		–		–		–	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa		1,00%	31 302	1,00%	40 624	0,50%	21 358	0,50%	51 440
Rendas Temporárias									
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa		–		–		–		0,50%	1 397

TABELA 9 – RENDIMENTO COMPLEMENTAR – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2007		Rendimento Garantido 2008		Rendimento Garantido 2009	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Montepio Poupança Reforma	3,24%	1 343 260	3,30%	1 594 866	0,68%	396 368
Montepio Poupança Complementar	3,24%	42 862 484	3,30%	44 014 347	[0,68%-2,25%]	15 202 494
Modalidade Coletivas	3,24%	213 955	3,30%	224 492	0,68%	55 162
Modalidade Capital Certo (MCC)	(a)	936 657	(a)	4 460 894	(a)	8 522 320

(a) De acordo com as Fichas Técnicas.

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2007		Rendimento Complementar 2008		Rendimento Complementar 2009	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Montepio Poupança Reforma	0,76%	246 084	0,50%	241 354	2,07%	1 212 751
Montepio Poupança Complementar (1)	0,76%	7 547 760	0,50%	6 229 958	[0,5%-2,07%]	21 738 238
Modalidade Coletivas	0,76%	59 215	0,50%	37 415	2,07%	168 436
Modalidade Capital Certo (MCC)	N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série).

(1) Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes). A partir de 28-Fev-2013 a taxa passou a ser única para todos os subscritores. Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%.

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2010		Rendimento Garantido 2011		Rendimento Garantido 2012		Rendimento Garantido 2013	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Montepio Poupança Reforma	0,40%	280 032	0,65%	506 422	0,28%	224 839	0,052%	41 997
Montepio Poupança Complementar	[0,4%-2,25%]	8 555 366	[0,65%-2,25%]	8 736 726	[0,29%-0,58%]	3 305 857	0,052%	595 139
Modalidade Coletivas	0,40%	33 708	0,65%	54 392	0,28%	22 804	0,052%	4 309
Modalidade Capital Certo (MCC)	(a)	6 477 605	(a)	10 853 859	(a)	20 723 592	(a)	42 637 574

(a) – De acordo com as Fichas Técnicas

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2010		Rendimento Complementar 2011		Rendimento Complementar 2012		Rendimento Complementar 2013	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Montepio Poupança Reforma	2,10%	1 470 169	2,60%	2 028 358	2,97%	2 430 830	3,198%	2 653 107
Montepio Poupança Complementar (1)	[0,25%-2,1%]	25 581 611	[1,00%-2,60%]	31 144 908	[2,67%-2,96%]	3 305 857	3,198%	38 226 798
Modalidade Coletivas	2,10%	176 966	2,60%	217 856	2,97%	258 023	3,198%	263 998
Modalidade Capital Certo (MCC)	N.A.		N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série).

(1) Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes). A partir de 28-Fev-2013 a taxa passou a ser única para todos os subscritores. Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%.

15.6. CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
1. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO		
ABÓBODA – Estrada de Polima – Fase 2 – Piso Zero R/C, Loja B	356	38
ÁGUEDA – Rua Comandante Pinho e Freitas, 42	213	18
ALBERGARIA-A-VELHA – Rua 25 de Abril, 9 R/C	367	40
ALBUFEIRA – Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja – Cerro Lagoa	180	18
ALCAINS – Largo Santo Antonio, 11	86	7
ALFRAGIDE – Corpo D, Rua Alfredo Silva, Lote 11	5 949	496
ALFRAGIDE – Urb. Quinta Grande, 60 – R/C Esq.	458	35
ALFRAGIDE – Rua A Lte 11 – Corpos A/B – C/D	5 425	338
ALGÉS – Rua de Olivença, 9 A	439	34
– Rua João Chagas, 53/53 G 5	687	420
ALHANDRA – Av Afonso de Albuquerque	265	22
– Rua Augusto Marcelino Chamusco 5	77	0
– Rua Dr. Miguel Bombarda 109	278	0
– Rua Dr Miguel Bombarda, 111	61	0
– Rua Dr Miguel Bombarda, 113	61	1
– Rua Dr Miguel Bombarda, 115	148	0
– Rua Passos Manuel, 128	227	0
– Rua Passos Manuel, 132/R Dr Miguel Bombarda, 119	77	0
– Rua Passos Manuel, 134/R Augusto Marc. Chamusco 1	294	0
– Rua Passos Manuel, 136/R Augusto Marc. Chamusco 3	116	9
– Rua Passos Manuel, 138	77	0
– Rua Passos Manuel, 140/R. Aug. Marcel. Chamusco, 7	174	0
ALMADA – Rua Capitão Leitão, 83	1 079	84
– Rua Galileu Saúde Correia, 11-B R/C e 16-A, Loja	754	67
– Rua Padre António Vieira, 46 – R/C	855	50
ALMEIRIM – Praça da República, 36/36A/37A	584	46
ALPENDURADA – Av. Dr. F. Sá Carneiro. Ed. Memorial Center -Bl. A – R/C	315	34
ALVERCA – Av. Cap. Almeida Meleças, 46 – R/C	253	21
ALVERCA – Rua José António Virrissimo da Silva, 1 e 2	431	36
AMADORA – R. Actor António Silva, 7-B R/C Dto. – Venda Nova	694	68
AMADORA – Rua Elias Garcia, 279 Fr B e Fr C	496	39
– Av. Artur Semedo Lt 69, Loja A, Vila Chã	288	25
AMARANTE – Av. 1.º de Maio, Lote 18	281	23
AMORA – Av. Movimento Forças Armadas, Loja 2	276	23
ANGRA DO HEROÍSMO – Ladeira da Pateira – Posto Santo	17	0
– Rua de São João, 106 – 114	269	26
ARCOS DE VALDEVEZ – Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R. Nunes Azevedo	402	39
ARMACAO DE PÊRA – Rua da Panasqueira, Lt 8 – Loja A	351	27
AVEIRO – Av.Dr.Lourenço Peixinho, 16/18 «G» (Dep.Regional)	418	35
– Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16 – 18	130	11
– Rua Angola, 22 – 1.º	743	63
– R. Cónego Maia, 196 R/C Esq.	382	32
AVEIRO – Rua Alberto Souto, 23 – 25	394	32
BAIXA DA BANHEIRA – R. Jaime Cortesão, 24, R/C Dto. – C/V	459	45
BARREIRO – Rua Alfredo da Silva, 47 / 53	479	42
– Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste,7-B	200	18
– Urbanização Quinta dos Lóios, Lote 2	117	10
BRAGA – Largo Senhora-a-Branca, 8/11	439	52
– Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	503	44
– Rua do Caires, 291/309	20	2
– Rua do Caires, 285 – Bloco A – Loja 1 R/C	450	39
– Rua S.Vicente, 174/176	438	39
– Rua do Souto, 65/71 1	550	129
– R. do Regimento da Infantaria, 8/R, São Vicente, 167	1 550	0
BRAGANÇA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	734	79
CACÉM – Praça das Comunidades	131	11
– Rua Elias Garcia, 153/155 R/C Esq.	477	52

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
CALDAS DAS TAIPAS – Rua Banda da Musica, 272	250	21
CALDAS DAS TAIPAS – Loteamento Vinha das Coxas	2 045	0
CÂMARA DE LOBOS-MADEIRA – R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	378	41
CARTAXO – Rua Combatentes Ultramar, 1 R/C	618	52
CARVALHOS – Rua Gonçalves Castro, 186 – A	551	46
CASTELO BRANCO – Av. Liberdade, 7/13 / R. Rei D.Dinis, 2/10	702	29
– Praça Rainha D. Leonor, 4 – Loja	853	72
– Rua Sra. Piedade/Rua Cadetes Toledo, Lote 4	0	76
– Rua Sra. Piedade/Rua Cadetes Toledo, Lote 5	917	0
– Rua Sra. Piedade / Rua Cadetes Toledo	0	0
CHARNECA DA CAPARICA – Rua Ruy Furtado, 2-A – Palhais	712	70
CHAVES – Rua do Olival e Longas – C. Com. Charlot, R/C – Lj 6	0	2
– Rua Olival e Longas Lj 4 Fracção EP	0	29
– Rua Olival e Longas Lj5 Fracção EQ	53	0
– Rua Olival e Longas Lj 8 Fracção ET	294	0
COIMBRA – Rua João Machado, 100	159	9
– Av. Sá da Bandeira, 81 R/C	744	63
– Lq. Miguel Bombarda, 39/53 / Couraça Estrela, 5	2 951	115
– Urbanizacao Adriano Lucas, Lt 3 R/C – Estrada da Beira	755	53
– Urbanizacao Quinta da Romeira	8 096	601
COIMBRA CELAS – Largo da Cruz de Celas	1 347	78
COSTA DA CAPARICA – Rua António Correia, 1 C/V	149	10
– Rua Gil Eanes, 2/2B	558	55
COVA DA PIEDADE – ALMADA – Rua Ivone Silva, 1/3-Lj 1-2	564	46
COVAS – Urbanização Vila das Trofas, Lote 7	264	23
COVILHÃ – Edifício Monteverde, Lote 1 – Loja A	508	50
CUCUJÃES – Rua Clube Desportivo de Cucujães, Lote 10	143	12
DAMAIA – Av. D. Carlos I, 7-7B/ Rua José Estevão, 11-Loja	517	77
ELVAS – Rua da Cadeia, 17/17A	671	56
ENTRONCAMENTO – Rua 5 de Outubro	366	30
ERICEIRA – Estrada Nacional, 247 – Edifício Garden Park – Loja	432	42
ESMORIZ – Av. 29 de Março, 638/652	169	15
ESTREMOZ – Praça Luís de Camões, 61 – R/C	572	48
– Rua Alcaçarias, 42	49	3
– Rua Alcaçarias, 44	101	2
– Rua Alcaçarias, 46	41	2
– Rua Alcaçarias, 48	34	2
– Rua Alcaçarias, 50	31	2
– Rua Alarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	1 245	40
– Rua Fernando Seno, 28	669	59
– Urb. Horta Porta – Av. Cidade Lisboa, 219	699	62
FAMALICÃO – Av. Marechal Humberto Delgado – Edifício Plaza, Loja 3	621	61
FARO – Rua Alportel, 20/22	1 566	151
– Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	610	54
– Rua Jornal Correio do Sul, 22 – Cv. / Dt.	527	47
– Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14 – 1.º E	30	0
– Rua Sol, 16/18	463	3
FÁTIMA – Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	699	80
– Rua Jacinta Marto, Shopp, Loja 9	111	0
FIGUEIRA DA FOZ – Rua Bombeiros Voluntários, 15 – 21	508	42
FORTE DA CASA – Rua Alves Redol, 1 e 5 R/C	546	54
FUNCHAL – Rua Ferreiros, 270/274 / Rua 5 de Outubro, 91-A/D	1 075	90
– Rua Dr. João Brito Câmara – Frac. «A» e «B» (Caniço)	1 117	94
– Rua Dr. Francisco Peres, 26-B – Caniço	511	50
– Jardins Forum Plaza II – Piso 0 – Bloco 3	621	52
– Rua do Carmo, 86-90/R / Rua Anadia, 38/39	704	59
– Rua da Sé, 16 – 18	678	30
FUNDÃO – Rua Três Lagares, Lote 3	327	28

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (CONTINUAÇÃO)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
GONDOMAR – Rua Dom Afonso Henriques, 129 – Areosa	605	50
– Av. 25 de Abril, R/C	427	35
GANDARA – Rua 25 Abril, 438/438-A	350	29
GOUVEIA – Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	539	45
GUARDA – Rua Vasco da Gama, 35	1 426	-1
– Rua Vasco da Gama, 37	334	13
– Rua Mouzinho da Silveira, 38	273	4
– Rua Mouzinho da Silveira, 40	448	0
GUIMARÃES – Rua Dr. José Sampaio, Loja 10	248	17
– Alameda S. Dâmaso, Edifício S. Francisco Centro – Loja 1	691	82
– Lugar da Igreja, Lote 1, R/C Esq. E Dt.º	367	31
– Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	570	56
INFANTADO – Av. das Descobertas — Lote 74 – Lojas 3 e 4	568	48
LAGES DO PICO – Rua de São Francisco	53	5
LAGOS – Urbaniz. Porta da Vila, Lote 1 R/C	380	41
LARANJEIRO – Rua Dr. António Elvas, 24 – A (Loja)	350	29
LEIRIA – Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	612	73
– Rua Vasco da Gama, 5/15	3 229	239
– Rua Camilo Korrodi, 5	2 021	167
– Av. D. João III – Edifícios Terraços do Liz – Lote 1 – Piso 1	653	77
LINDA-A-VELHA – Rua Marcelino Mesquita, 9	746	74
LISBOA – Av. Almirante Reis, 237/237-B	2 181	14
– Av. António Augusto Aguiar, 124/124-B / R. Carlos Testa	5 607	156
– Av. do Brasil, 112	2 676	97
– Av. do Brasil, 112-C – loja	184	15
– Av. do Brasil, 114	1 890	67
– Av. do Brasil, 114-C – loja	184	11
– Av. do Brasil, 116	1 405	30
– Av. do Brasil, 118	2 006	54
– Av. do Brasil, 118-C – loja	184	0
– Av. do Brasil, 120	3 181	87
– Av. do Brasil, 120-C – loja	184	6
– Av. do Brasil, 122	2 528	42
– Av. do Brasil, 124	1 450	21
– Av. do Brasil, 124-C – loja	184	12
– Av. do Brasil, 126	2 452	87
– Av. do Brasil, 126-C – loja	184	0
– Av. do Brasil, 128	1 629	35
– Av. do Brasil, 130	1 293	27
– Av. do Brasil, 130-C – loja	184	23
– Av. do Brasil, 132	1 875	46
– Av. Defensores de Chaves, 40	2 883	72
– Av. João Crisóstomo, 26/28	2 258	258
– Av. D. João II – Ed. Gil Eanes / Parque Expo (Est. Oriente)	2 648	71
– Av. Oscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	455	50
– Av. de Roma, 51/51-C 2	876	121
– Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	2 175	86
– Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	2 407	82
– Estrada de Benfica, 365/365A (S. Domingos de Benfica)	857	91
– Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	1 299	96
– Praça João Rio, 7/7-A	1 236	17
– Rua 4 Infantaria, 85/85-H	2 426	108
– Rua Alexandre Braga, 19	922	42
– Rua da Graça 2 A/B	333	24
– Rua do Carmo, 54 / 62	6 432	399
– Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	2 158	157
– Rua Artur Lamas, 24	20	-1
– Rua Artur Lamas, 26	210	1
– Rua Áurea, 219-241 – EDIFÍCIO SEDE	22 602	1 903
– Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 – Edifício Grandella	28 517	1 219

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
– Alameda Linhas de Torres, 94 – A	462	36
– Rua Vale de Santo António, 74	318	0
– Rua do Centro Cultural, 12/12-B	1 983	251
– Rua dos Fanqueiros, 183/189	450	14
– Rua Ferreira Borges, 183/183-C	2 198	89
– Rua Garrett, 37/51 / Rua Ivens, 66/76	993	41
– Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 210	272
– Rua da Graça, 2-F, Loja	227	22
– Rua Inácio Sousa, 19	704	18
– Rua Inácio Sousa, 21	793	20
– Rua Inácio Sousa, 23	620	-1
– Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B – Pedralvas	703	68
– Rua Latino Coelho, 85/85-A	1 126	63
– Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	1 472	10
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2-A/ Av. Rio de Janeiro	565	17
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2	938	25
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 4	1 074	38
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 6	695	20
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 8	1 245	43
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 10	1 439	52
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 12	1 175	67
– Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1 – B / Rua de S. José, 213	4 284	308
– Rua Padre Américo, 27 – Carnide	707	69
– Rua da Prata, 76/86	2 657	35
– Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	734	-5
– Rua Sousa Loureiro, 10 cave	84	10
– Travessa das Verduras, 6 – CV Dto./Esq.	177	-1
– Rua Amílcar Cabral, 11	828	60
– Rua José Duro, 25 – C/D	252	18
– Av. Liberdade – Garagem (C.C. LIBERSIL)	84	8
– Rua Tomás Ribeiro, 6 – C	339	25
– Rua Augusta, 206 11	270	708
– Av. da República, 60	593	50
– Av. Marques de Tomar, 5 – A	665	48
– Rua de Campolide, 55 B/C	396	27
– Rua Castilho, 5	34 162	1 829
– Rua Mariano Pina, 7 a 7-C (Fracção A)	341	48
– Rua Mariano Pina, 7 a 7-C (Fracção B)	170	0
– Av Infante D. Henrique, 342 a 342 C	5 950	0
LOULE – Av. 25 de Abril, Bloco A – R/C	396	31
LOURES – Rua da Republica 64 / 66	568	44
LOURINHÃ – Rua Actor António José Almeida, n.º 11-B – R/C	456	40
LOUSADA – Av. General Humberto Delgado, 146	222	19
MACEDO CAVALEIROS – Rua do Mercado, Loja 3 – Piso 1	600	53
MADALENA – Largo Jaime Ferreira, 1 – Pico (Antigo Lq. Matriz)	269	27
MAFRA – Av. 25 Abril, 13 – 13 D, R/C (Fracção B e C)	519	51
– Av. da Liberdade, 3-A – Loja 3	73	0
MAIA – Rua Augusto Simões, 1433 – R/C	650	54
– Rua Nova dos Altos, 13 – Parqueamento – Vermoim	29	3
MALVEIRA – Rua 25 de Abril, Loja 5 – R/C – Alagoa Pequena	505	50
MANGUALDE – Rua 1.º de Maio, BI 2, R/C	472	49
MARCO DE CANAVEZES – Ed. Triunfo, lote 6 – Lojas 14 e 16	554	55
– Rua Amália Rodrigues, 242	276	24
MARINHA GRANDE – Av. Vítor Galo, 13 R/C e cave	420	46
MASSAMÁ – Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	130	0
– Rua Direita Massama, 120-Lj 5	496	44
MEALHADA – Av. Dr. Manuel Lousada	177	15
MIRANDELA – Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	421	46
MOITA – Mercado Municipal, Loja 28	113	9
MONTEMOR-O-NOVO – Av. Gago Coutinho, 10/12	342	29

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (CONTINUAÇÃO)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
MONTIJO – Av. Pedro Nunes, Afonsoeiro	10 794	1 228
MOSCAVIDE – Av. Moscavide, 30 / 48	325	25
MATOSINHOS – Rua Brito Capelo, 694	706	58
NAZARE – Av. Manuel Remigio – Bloco A – Lj / R/C	568	48
NORDESTE – Praça da Republica	125	12
ODIVELAS – Av. Miguel Torga, Zona 2-Lt 12 – Loja	445	36
– Rua Francisco Relvas Marques, 3	210	0
OEIRAS – Rua Cândido dos Reis, 39 (Loja)	461	38
OLHÃO – Rua General Humberto Delgado, 28-A	574	51
– EN 125, 3	244	21
OLIVEIRA DO DOURO – Largo da Lavandeira, 36 R/C	315	31
– Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282 – R/C	9	0
OSSEIRA – Rua José Bento Pereira, 957 (Caldas da Rainha)	155	14
PALMELA – Av. da Liberdade, Lote 7 – Loja A	282	23
PAÇO DE ARCOS – Av. Marquês de Pombal, 5	805	68
PAREDE – Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º 2 – R/C	605	66
– Rua Latino Coelho, 4 Fracção BA e AZ	177	15
– Rua Marquês de Pombal, 6 e 6-A	8 986	996
PAREDES – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N – R/C	500	54
PEDROSO – Av. Dr. Moreira de Sousa	152	15
PINHAL NOVO – Rua S. Francisco Xavier, Lote 2 – Loja 4	814	68
PONTA DELGADA – Largo do Poço Velho, 10	20	0
– Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 – Armazém	125	0
– Av. Infante D. Henrique, 25	2 550	-3
PONTE DE LIMA – Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	427	46
PORTALEGRE – Largo Antonio José Lourinho, 12	233	19
PORTIMÃO – Urbanização Horta de S. Pedro – Lote 21 – Lojas 1, 2, 3	644	51
– Rua da Hortinha, 38 / 48	524	41
– Rua Dom Carlos I, Lote H 4	255	20
PORTO – Av. dos Aliados, 90	3 517	250
– Rua do Almada, 411 / 413	172	12
– Av. Fernão Magalhães (Lojas)	327	25
– Rua Costa Cabral, 849 / 855	566	44
– Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	387	46
– Rua do Breyner, 96-128-136-156	9 861	732
– Rua Campo Alegre, 1620 – Loja	383	30
– Rua de Ceuta, 38/44/48	917	-2
– Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	2 188	134
– Rua do Heroísmo, 342 / 360	527	41
– Rua Fernandes Tomás, 424/438	83	5
– Rua Júlio Dinis, 656	3 248	60
– Rua Júlio Dinis, 674/678	771	91
– Rua Magalhães Lemos, 111/113	1 894	136
– Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	98	0
– Rua Mártires da Liberdade, 142	36	0
– Travessa do Covelo, 99 cave	20	1
– Rua 1.º de Janeiro, 332 – Bessa	511	55
– Rua das doze Casas, 235 a 237, 4.º (Bomfim) Fração I e H	55	-13
PORTO DE MÓS – Av. Santo António – Bloco 5 R/C – Esq.	374	37
PÓVOA SANTA IRIA – Urb. Casal Serra, Torre 8 R/C, Lojas 3/4	911	81
POVOA VARZIM – Praça Almada, 59 / 60	459	36
POVOAÇÃO – AÇORES – Rua Barão Laranjeiras, 17	433	25
PRAIA DA VITÓRIA – Rua de Jesus	195	11
QUARTEIRA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	530	47
QUELUZ – Av. Luís de Camões, 38-B/C	672	60
– Rua Helidoro Salgado, 61 (Loja)	512	30
RAMALDE – Rua São João de Brito, 530	624	55
RIBEIRA GRANDE – AÇORES – Rua de S. Francisco	331	32
– Rua do Rosário, 13 (Maia)	76	7
RIO MAIOR – Av. Paulo VI, Lote 82	630	56

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
RIO TINTO – Travessa Senhor do Calvário, 18 CV	333	33
S. JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 359 Fr F	170	0
SANDIM – Rua da Columbófila, 371 C/D	466	46
SANTA MARIA DE LAMAS – Rua Bairro da Mata, 34	113	10
SANTAREM – Av. Dom Afonso Henriques, 1	247	19
– Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 684	80
SANTIAGO CACÉM – Praça Mercado, 7 – Loja	275	25
SANTO TIRSO – R. D. Nuno A. Pereira / Pr. Camilo C. Branco, Lojas 8/9	338	37
SÃO JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 259 Fr B	358	29
SÃO MAMEDE INFESTA – Rua Godinho Faria, 332 – R/C	409	32
SÃO ROQUE – Lugar da Igreja, Bloco C	154	13
SEIA – Av. 1.º Maio, 18 – Loja	622	55
SEIXAL – Rua Gil Vicente, 1/1-B – Loja – Torre da Marinha	689	54
SETÚBAL – Av. Luísa Todi, 294/308 / Praça do Bocage, 135/145	4 492	293
– Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	39	3
– Praça de Portugal, Lote 2	350	29
– Vale do Cobro, Lote 34 R/C Dto.	45	0
SINTRA – Rua Helidoro Salgado, 42 / 42 A	527	41
SINES – Av. Gen. Humberto Delgado, 59/59A	100	0
SEVER DO VOUGA – Av. Comendador Martins Pereira	188	15
TAPADA DAS MERCÊS – Rua Três – Lote 1A, Lojas 1/2	528	57
TAVIRA – Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	427	42
TOMAR – Alameda 1 Março, Lote P	536	42
TORRES NOVAS – Largo Cor. António Maria Batista, 2 R/C	1 382	116
TORRES VEDRAS – Rua Santos Bernardes, 30-A Fr B	335	28
– Rua Santos Bernardes, 30-A Fr C	0	0
TROFA – Rua Abade Inácio Pimentel, 193	52	9
– Rua Abade Inácio Pimentel Fr G	540	42
VAGOS – Rua António Carlos Vidal, 92 R/C	141	0
VALADARES – Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	422	42
VALE DE CAMBRA – Av. Camilo Tavares de Matos, Ed. Mercado	435	23
VENDA DO PINHEIRO – Av. 9 de Julho, 96-A/B	539	53
VILA FRANCA DE XIRA – Av. 25 de Abril, 14/16	722	64
VILA NOVA DE FAMALICÃO – Av. 25 Abril, 94	382	33
VILA NOVA DE GAIA – Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	839	74
– Av. da República, 728 / 732	748	52
– Av. da República, 2531	795	63
– Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 – Lj 10 Fr BH	146	11
– Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 – Lj 10 Fr CQ	106	8
– Av. da República, 1473	1 172	63
– Rua Fernando Lopes Vieira, 273	7 506	541
VILA REAL STO. ANTÓNIO – Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 R/C	412	34
WISEU – Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	3 050	371
– Rua Dr. Álvaro Monteiro, Lote 11 R/C – Marzovelos	603	53
– Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja – S. Mateus	442	39
TOTAL (1)	398 927	25 373
2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO EM CURSO		
Residências Assistidas		
Parede II	2 807	
Unidades de Cuidados Continuados		
Lisboa – Unidade Cuidados Continuados	164	
Leiria – Unidade Cuidados Continuados	61	
Diversos – Construções em Curso (1)		
TOTAL (2)	3 033	
TOTAIS	401 960	25 373

(1) Valores incorporados no Valor de Avaliação do Imóvel.

15.7. CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÃO MG – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(euros)

	2013	2012
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	225 154	202 402
	225 154	202 402
Ativo corrente		
Outras contas a receber	180	–
Caixa e depósitos bancários	846 819	876 944
Total do Ativo	1 072 153	1 079 346
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos	498 798	498 798
Reservas	367 280	302 773
Resultado líquido do período	4 377	64 507
Total do Fundo de Capital	870 455	866 078
Passivo		
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar	201 698	213 268
Total do Passivo	201 698	213 268
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	1 072 153	1 079 346

FUNDAÇÃO MG – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013 E 2012

(euros)

	2013	2012
RENDIMENTOS E GASTOS		
Subsídios, doações e legados à exploração	1 000 000	900 000
Fornecimentos e serviços externos	11 070	11 070
Outros rendimentos e ganhos	625 071	693 691
Outros gastos e perdas	1 632 456	1 518 084
Ganhos por aumentos de valor	22 752	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4 297	64 537
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	–	41
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 297	64 496
Juros e rendimentos similares obtidos	80	11
Resultado líquido do período	4 377	64 507

OUTRAS FUNDAÇÕES – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2013

(euros)

	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
ATIVO					
Ativo Não Corrente					
Ativos fixos tangíveis		18 707			
Investimentos financeiros	9 766	120 886	4 587	2 294	7 340
Ativo Corrente					
Caixa e depósitos bancários	39 616	401 525	5 266	5 402	20 568
Total do Ativo	49 382	541 118	9 853	7 696	27 908
PASSIVO					
Outras contas a pagar					
Total do Passivo					
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	40 251	510 542	6 545	5 189	7 044
Reservas de justo valor	1 627	4 594	1 566	783	2 507
Resultado líquido do período	1 917	17 004	246	148	899
Total do Fundo de Capital	49 382	541 118	9 853	7 696	27 908
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	49 382	541 118	9 853	7 696	27 908

OUTRAS FUNDAÇÕES – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013

(euros)

	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornecimentos e serviços externos		436			
Outros rendimentos e ganhos	907	3 568	165		619
Outros gastos e perdas		13			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	907	3 119	165		619
Gastos / reversões de depreciação e de amortização					
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	907	3 119	165		619
Juros e rendimentos similares obtidos	1 010	13 885	81	148	280
Resultado Líquido do Período	1 917	17 004	246	148	899

PRÉMIOS – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2013

(euros)

	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Bailim Pissarra
ATIVO								
Ativo Não Corrente								
Investimentos financeiros	5 505	8 671	14 099	4 587	68 158		3 107	
Ativo Corrente								
Caixa e depósitos bancários	4 913	23 760	59 404	48 113	59 037	61 992	75 380	4 561
Total do Ativo	10 418	32 431	73 503	52 700	127 195	61 992	78 487	4 561
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	74 820	38 308	49 880	7 482
Reservas	6 359	17 449	53 037	24 785	49 500	20 934	25 442	
Reservas de justo valor	1 881	1 615	3 796	1 567	3 514		36	
Resultados transitados					(4 250)		(701)	(2 635)
Resultado líquido do período	183	897	1 706	1 408	3 611	2 750	3 831	(286)
Total do Fundo de Capital	10 418	32 431	73 503	52 700	127 195	61 992	78 487	4 561
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	10 418	32 431	73 503	52 700	127 195	61 992	78 487	4 561

PRÉMIOS – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013

(euros)

	Santa Joana	Herminia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Bailim Pissarra
RENDIMENTOS E GASTOS								
Outros rendimentos e ganhos	123	330	2 887	619	4 950	1 402	3 300	
Outros gastos e perdas			1 704		2 708		500	350
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	123	330	1 183	619	2 242	1 402	2 800	-350
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	123	330	1 183	619	2 242	1 402	2 800	-350
Juros e rendimentos similares obtidos	60	567	523	789	1 369	1 348	1 031	64
Resultado Líquido do Período	183	897	1 706	1 408	3 611	2 750	3 831	(286)

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2013
do
MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

Pré-Impressão
Heragráfica – *Artes Gráficas, Lda.*

Impressão
Agir – Produções Gráficas Unip. Lda.

O Montepio Geral - Associação Mutualista, a maior mutualidade portuguesa, integra o setor social da economia, cuja doutrina defende que as necessidades de saúde e proteção encontram resposta nas ações integradas do conjunto de cidadãos.

Com mais de 173 anos de experiência e atividade, esta instituição materializa os valores do associativismo e da solidariedade, posiciona-se entre o setor solidário e o lucrativo e orgulha-se de ter sido criada por pessoas, para pessoas.



Montepio

Valores que crescem consigo.